

AJUDA DE EMERGÊNCIA AO PATRIMÓNIO CULTURAL EM TEMPOS DE CRISE

AJUDA DE EMERGÊNCIA AO PATRIMÓNIO CULTURAL EM TEMPOS DE CRISE

1. Manual

*Coordenação da preparação e da resposta
à ajuda de emergência para a proteção
do património material e imaterial*

Aparna Tandon

Publicado pelo Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), Via di San Michele 13, 00153 Roma, Itália;

pelo Fundo Príncipe Claus para a Cultura e o Desenvolvimento, Kingsfordweg 155, 1043 GR Amesterdão, Países Baixos

com o apoio Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna, 45A, 1067-001 Lisboa, Portugal

no âmbito da colaboração entre o ICCROM, o Fundo Príncipe Claus e o Instituto Smithsonian para o desenvolvimento da capacidade de preparação e de resposta de emergência para o património cultural.

© ICCROM 2021

© Fundo Príncipe Claus para a Cultura e o Desenvolvimento 2021

ISBN 978-92-9077-311-5

CO-CRIAÇÃO

Autora principal e editora Aparna Tandon, ICCROM

CONTRIBUIÇÕES PARA CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Avaliação no local de danos e de riscos após o evento Rohit Jigyasu, Eugénie Crété, Elke Selter

Segurança e estabilização Eugénie Crété, Elke Selter, Xavier Romão, Esmeralda Paupério

Exemplos de casos María Cecilia Rodríguez Moreno, Eugénie Crété, Ihor Poshyvailo, Kyaw Myo Ko, Elke Selter, Valentina Spano, Layla Salih

Revisão científica Jessica Doyle, Jonathan Eaton, Sonia Giovinazzi

Investigação Jessica Doyle, Valentina Spano

Conceção da informação Christopher Malapitan

COORDENAÇÃO

ICCROM Catherine Antomarchi, Aparna Tandon, Jennifer Copithorne, Isabelle de Brisis & Isabelle Verger

Fundo Príncipe Claus Deborah Stolk

EDIÇÃO PORTUGUESA

Coordenação Isabel Raposo de Magalhães

Tradução Ana Isabel Almeida

Revisão Esmeralda Paupério, Xavier Romão



Esta publicação está disponível em Acesso Livre sob a licença Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0) (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>). Ao utilizar o conteúdo desta publicação, os utilizadores aceitam ficar vinculados aos termos de utilização de qualquer futuro Repositório de Acesso Aberto do ICCROM.

As designações utilizadas e a apresentação de material ao longo desta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do ICCROM e do Fundo Príncipe Claus para a Cultura e o Desenvolvimento relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras.

As ideias e as opiniões expressas nesta publicação são as dos autores; não são necessariamente as do ICCROM e do Fundo Príncipe Claus para a Cultura e o Desenvolvimento e não comprometem as organizações.

Fotografia da capa cortesia de Rohit Jigyasu

ÍNDICE

Preâmbulo	5
Prefácio	6
Utilização do manual	8



Introdução à intervenção de emergência em património cultural

• O que é a intervenção de emergência em património cultural?	10
• Como a providenciar?	11
• Quem a pode iniciar?	14
• Porquê coordenar?	18
• Quando a providenciar?	20



Etapa 1: Análise da situação

• O que é a análise da situação?	25
• Porquê realizar uma análise da situação?	26
• Quem deve participar?	27
• Como implementá-la?	28



Etapa 2: Avaliação no local de danos e riscos após o evento

• O que é a avaliação no local de danos e riscos após o evento?	43
• Porquê realizá-la?	44
• Como implementá-la?	45



Etapa 3: Segurança e estabilização

• O que são a segurança e a estabilização?	69
• Quem pode implementar a segurança e a estabilização?	70
• Proteger o local	73
• Evacuação após o evento	77
• Resgate	88
• Estabilização de emergência de estruturas	104
• Preservação de património cultural imaterial	117



Fase inicial da recuperação

• O que é a fase inicial de recuperação?	125
• Ações recomendadas	127
• Conclusão	135

Glossário	136
-----------------	-----

Referências bibliográficas	150
----------------------------------	-----

PREÂMBULO

A cultura é considerada um motor do desenvolvimento. No entanto, uma catástrofe pode fazer regredir uma comunidade, destruindo anos de desenvolvimento, o que pode levar a consequências trágicas. Contudo, em situações de sofrimento e perda, têm surgido histórias de resiliência onde a cultura desempenha um papel central. Isto tem encorajado a comunidade científica a olhar mais de perto para a interação entre as tradições culturais e os mecanismos de resiliência.

A convicção do Fundo Príncipe Claus – de que a cultura é uma necessidade primordial – ressoa no princípio fundador do ICCROM que visa preservar as culturas e promover a diversidade. Foi com este objetivo comum que as duas organizações se uniram para desenvolver um instrumento que visa incluir os principais interessados, as comunidades, no processo de recuperação dos locais e objetos com significado cultural. Isto, por sua vez, ajudá-los-á a serem mais resilientes contra futuras catástrofes.

Um dos principais desafios que enfrentamos é a não inclusão de diretrizes relativas ao património cultural na maioria dos sistemas de resposta a emergências a nível nacional e local. No entanto, os operacionais de primeira intervenção dir-lhe-ão que estão inevitavelmente envolvidos no resgate de património cultural, seja para evitar que os habitantes locais ponham em perigo as suas próprias vidas ao tentarem salvá-lo, seja porque estão perfeitamente conscientes do importante papel que o património cultural desempenha para ultrapassar perdas e traumas.

A cultura não pode esperar. Tanto o ICCROM como o Fundo Príncipe Claus defendem esta convicção. Em 2010, o ICCROM lançou o curso de Intervenção de Emergência em Património Cultural em Tempos de Crise juntamente com o Ministério da Cultura italiano e vários outros parceiros. Este curso foi alargado para incluir o Instituto Smithsonian e o Fundo Príncipe Claus, o que se revelou fundamental para o reforço da rede de “profissionais de ajuda de emergência ao património” e para o financiamento de iniciativas dos participantes, assegurando um efeito multiplicador dos resultados positivos.

Este livro destina-se a definir os processos da Intervenção de Emergência e a estimular ainda mais a investigação, atividades e a sensibilização para este tema. Os autores deste livro estão conscientes de que cada emergência nos ensina uma nova lição e nos permite continuar a colmatar lacunas no conhecimento e na prática. A informação disponibilizada representa pontos de vista diversos, procurando suscitar debates inclusivos sobre este assunto e alargar o diálogo.

A redução do risco de catástrofes é, sem sombra de dúvida, uma questão ligada ao desenvolvimento. Esperamos que, com as suas sugestões práticas, este Manual e o Guia Prático abram novos caminhos para a preservação da cultura, caminhos esses que começam no desenvolvimento e culminam na resiliência.

Webber Nodoro
Diretor-Geral, ICCROM

Joumana El Zein Khoury
Diretora, Fundo Príncipe Claus
para a Cultura e o Desenvolvimento

PREFÁCIO

Porquê proteger o património cultural durante uma crise humanitária?

A cultura não pode esperar. Apenas um mês após os devastadores sismos de 2015, os fiéis e os vendedores de flores regressaram aos escombros dos templos destruídos na histórica Praça Durbar de Catmandu, no Nepal. Desafiando as réplicas do sismo, procuravam nesses locais o conforto dos seus rituais religiosos quotidianos desejando retomar as suas práticas habituais – demonstrando claramente que, para reduzir a vulnerabilidade do povo nepalês a futuros sismos, devem ser os templos antigos e as praças públicas do Nepal os primeiros a ser preservados e estabilizados.

Um ano mais tarde, enquanto realizavam operações de busca e salvamento pós-sismo, bombeiros em Itália ajudaram a comunidade local a evacuar o quadro da *Madonna Addolorata* – a Nossa Senhora das Dores – de uma igreja em Nórcia, antes do seu colapso total dois meses após um novo sismo. Os bombeiros deram prioridade ao resgate do quadro porque compreenderam que, para a comunidade de Nórcia, a Nossa Senhora das Dores simbolizava continuidade e resiliência, pois era conhecida por ter sobrevivido a sismos anteriores.

As iniciativas altruístas e voluntárias para proteger o património cultural durante crises humanitárias não se limitam às catástrofes. Sabe-se que quando as comunidades se vêm envolvidas em conflitos violentos dão prioridade à proteção do seu património cultural, mesmo quando a sua segurança pessoal está em risco. Fotografias, documentos, artefactos religiosos e pessoais, tradições e edifícios - tudo o que cria um elo entre as pessoas e que lhes oferece um sentimento de identidade ou um meio de subsistência torna-se mais valioso em situações de destruição e de desalojamento. É, portanto, essencial que a proteção e a recuperação do património cultural não sejam adiadas ou separadas da ajuda humanitária prestada durante e imediatamente após uma emergência, especialmente quando o objetivo principal é ajudar as pessoas a ultrapassarem traumas e a retomarem as suas atividades quotidianas.

Porquê este Manual?

A proteção do património cultural durante crises humanitárias multidimensionais complexas e de grande amplitude é um desafio por várias razões. Uma das principais resulta da não integração do património cultural nos sistemas de gestão de emergências a nível nacional e internacional. Outras estão relacionadas com questões tais como: se há vários bens ou sítios culturais afetados, por onde se deve começar? Quem pode facultar o acesso? Quem pode ajudar? Qual é o momento certo para intervir? Como se deve intervir?

Este Manual e o seu Guia Prático explicam a “ajuda de emergência ao património cultural”: as medidas imediatas e interdependentes que devem ser tomadas para estabilizar e reduzir os riscos no património cultural material e imaterial ameaçado, com o objetivo de promover a sua recuperação. Através de uma metodologia de ação em três etapas, testada no terreno, esta publicação estabelece quando e como proteger o património cultural ameaçado e refere todos os que poderão colaborar nessas operações. As etapas e os processos de trabalho aqui propostos podem ser adaptados a diferentes tipos de emergências e aos seus contextos específicos.

Este manual pretende servir de:

- Referência para a formação de profissionais que venham a realizar intervenções de emergência em património cultural, equipas de emergência e voluntários.
- Ferramenta para melhorar os planos de preparação e de resposta à emergência das instituições ligadas ao património cultural.
- Guia de ajuda na implementação de operações de intervenção de emergência em conjunto com as operações de ajuda humanitária e recuperação.

Este manual identifica aspetos da ajuda de emergência ao património cultural cuja implementação coordenada poderá contribuir para reduzir a vulnerabilidade das populações afetadas. Desta forma, esperamos promover a inclusão da ajuda de emergência para a proteção do património cultural nos sistemas de resposta a emergências e ajuda humanitária internacionais, nacionais e locais.

Este manual e o guia prático que o acompanha são trabalhos em constante evolução e os seus autores estão abertos a comentários, de forma a assegurar a sua relevância prática e a qualidade da informação fornecida para quem dela mais necessita.

Aparna Tandon

Coordenadora do programa de Ajuda de Emergência
ao Património Cultural em Tempos de Crise, ICCROM
fac@iccrom.org

Utilização do manual

Consulte a seguir sugestões de ajuda à utilização deste Manual e do Guia Prático que o acompanha.

SEPARADORES DO LIVRO

Na parte superior direita de cada página encontrará separadores interativos que permitem avançar para uma secção específica do manual.

HIPERLIGAÇÕES

A azul e a negrito: Ligações para secções específicas do documento e para documentos externos.

A laranja e a negrito: Ligações para o glossário.



SUGESTÕES: Conselhos baseados na experiência.



ATENÇÃO: Preste atenção para evitar problemas e/ou erros imprevistos.



SAIBA MAIS: Leitura adicional.



ESTUDO DE CASO: Desafios encontrados em casos específicos, ou boas práticas e lições aprendidas no terreno.



INTERATIVO: Experimente o exercício ou a atividade.



**INTRODUÇÃO
À AJUDA DE
EMERGÊNCIA
AO PATRIMÓNIO
CULTURAL**



O que é a ajuda de emergência ao património cultural?

Podemos definir a ajuda de emergência ao património cultural como sendo o conjunto de medidas imediatas e interdependentes tomadas para estabilizar e reduzir os **riscos** do **património cultural** em perigo durante e após uma emergência. A causa imediata de uma emergência pode ser um perigo **natural**, um perigo de **origem antrópica** ou uma combinação de ambos. A ajuda de emergência inclui a **análise** da situação de emergência e dos seus possíveis efeitos no património cultural; **a avaliação no local de danos e riscos**; e a **segurança e a estabilização**.

O objetivo principal da ajuda de emergência é promover a recuperação do património cultural afetado, facilitando, por sua vez, a recuperação das comunidades a ele ligadas.

No âmbito de um plano institucional de emergência ou de resposta a crises, a ajuda de emergência ao património cultural faz parte dos procedimentos de resposta à emergência. Em muitos casos, especialmente na sequência de grandes catástrofes, a ajuda de emergência ao património cultural é frequentemente iniciada apenas após terminada a fase oficial de emergência. No entanto, a preparação e a coordenação prévias ajudarão a garantir uma ajuda rápida e eficaz ao património cultural em caso de emergência.



Estabilização de emergência de um templo em Catmandu, Nepal, 2015. Fotografia: ICCROM.

Como podemos prestar ajuda de emergência a diferentes tipos de patrimônio cultural em situações de crise ou em risco?

Este Manual descreve uma metodologia de ação em três etapas para prestar ajuda de emergência a todos os tipos de patrimônio cultural em diversos locais.

Esta metodologia tem por base o curso internacional **Ajuda de Emergência ao Patrimônio Cultural em Tempos de Crise (FAC)**, que envolve vários parceiros do ICCROM, e beneficia de uma vasta experiência de campo e de uma colaboração interdisciplinar com profissionais de todo o mundo.

Como não há duas emergências iguais, as ações descritas na metodologia proposta devem ser adaptadas aos contextos individuais.

METODOLOGIA DE AÇÃO DA AJUDA DE EMERGÊNCIA AO PATRIMÔNIO CULTURAL



Cada etapa da metodologia de ação tem um processo de trabalho separado que pode ser dividido em ações de menor dimensão.



Etapa 1: Análise da situação

A análise da situação permite compreender o contexto mais alargado da emergência e permite aos serviços de primeira intervenção desenvolverem um plano contextualizado para as medidas a tomar no local. No final da fase de emergência é efetuada uma análise aprofundada da situação, com o objetivo de determinar as necessidades a médio e a longo prazo para a **recuperação do património cultural**.



Etapa 2: Avaliação no local de danos e riscos

A **avaliação de riscos** e de **danos** permite identificar e registar os danos observados e os riscos para o património cultural no rescaldo de uma **catástrofe**. Os resultados desta etapa ajudam a identificar as ações prioritárias para o local.



Etapa 3: Segurança e estabilização

A segurança e a **estabilização** incluem ações que ajudam a conter os danos e a reduzir os riscos, favorecendo assim a recuperação do património afetado. Nesta fase, o património cultural material e o imaterial precisam de diferentes tipos de ações.

O **registo e a documentação**, a **gestão de riscos** de forma continuada, a **comunicação** e a **coordenação** com outros **operacionais de primeira intervenção** são essenciais para a implementação bem-sucedida das etapas delineadas na metodologia de ação. Os processos de trabalho descritos nesta metodologia ajudam a identificar as áreas de ação conjunta entre os profissionais que prestam ajuda de emergência ao património cultural, as comunidades locais, as equipas de emergência e as organizações humanitárias.

As ações implementadas para proteger e recuperar o património cultural devem alinhar-se com os princípios de ação humanitária, nomeadamente: humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência. Para favorecer as boas práticas, este Manual propõe um conjunto de princípios orientadores, conformes aos que vigoram para a ajuda humanitária.



Princípios orientadores da ajuda de emergência ao património cultural

1. Centrar a ajuda nas pessoas

Dar prioridade às necessidades das pessoas e reforçar a sua capacidade para protegerem e recuperarem o seu próprio património cultural.



Os locais do património cultural são frequentemente utilizados para proporcionar refúgio às pessoas deslocadas durante as crises. A ajuda de emergência ao património cultural deve ter essas necessidades em consideração e facilitar o trabalho da ajuda humanitária. Além disso, as estatísticas indicam que, na maioria das catástrofes, as comunidades locais são as primeiras a reagir e a proteger o seu património cultural. Por exemplo, durante o conflito de 2012 no norte do Mali, as redes intercomunitárias tradicionais mantiveram em segurança manuscritos antigos de particulares. Muitas vezes, as comunidades têm mecanismos de sobrevivência que foram sendo testados ao longo do tempo e uma riqueza de saberes (como é o caso dos métodos de construção tradicionais) que devem ser valorizados/aproveitados na reconstrução e na recuperação.

2. Ter uma atitude inclusiva e de respeito pela diversidade

A ajuda de emergência deve adotar uma visão inclusiva, para ajudar a identificar os elementos que constituem o património cultural da zona afetada pela catástrofe.



Como indivíduos e como profissionais, os que prestam ajuda de emergência ao património cultural podem, involuntariamente, emitir juízos de valor subjetivos, levando a uma identificação seletiva do património cultural e a um aumento das desigualdades existentes na área afetada. Por exemplo, tradicionalmente, as respostas institucionais têm-se concentrado na proteção do património cultural emblemático ou monumental, em detrimento do património cultural vernacular que tem sido largamente negligenciado.

3. Adaptar a intervenção ao contexto

É crucial compreender o contexto geral da emergência para fornecer uma ajuda eficaz ao património cultural.



Cada emergência tem um determinado contexto. A análise desse contexto permite identificar as necessidades imediatas dos principais intervenientes e a sua capacidade para proteger o património cultural. A avaliação do contexto também ajuda a identificar os fatores de risco que podem causar danos acrescidos ao património cultural numa determinada crise. Por exemplo, a falta de segurança pode aumentar o risco de pilhagem sistemática de bens culturais durante conflitos violentos.

4. Integrar a cultura na ajuda humanitária

A ajuda de emergência ao património cultural deve ser englobada na ajuda humanitária e de recuperação.



Em qualquer situação de crise, sabe-se que a prioridade número um é salvar vidas humanas, mas as pessoas afetadas por catástrofes têm também o direito de receber auxílio para assegurar a continuidade das suas culturas. Assim, a Metodologia da Ajuda de Emergência enfatiza a interdependência entre a resposta ao património cultural e a resposta humanitária. As ações para proteger o património cultural devem, pois, ser iniciadas em coordenação e em estreita cooperação com as agências governamentais e humanitárias apropriadas. Por exemplo, programas de trabalho remunerado criados por organizações humanitárias poderão ser utilizados para triar destroços e para recuperar objetos e fragmentos de construções em sítios culturais.



5. Não causar danos

As medidas tomadas devem prevenir a possibilidade de surgirem novos danos e favorecer a recuperação



Um dos principais objetivos da ajuda de emergência ao património cultural é evitar novos danos através da avaliação, da mitigação e da preparação para outros riscos. Por exemplo, ao criar um armazenamento temporário à prova de bombas para coleções culturais, assegure-se de que não ficam expostas a outros riscos como inundações ou pilhagens.

Quem pode autorizar a implementação da ajuda de emergência ao património cultural?

Na maioria dos casos, é o detentor ou o responsável pelo património cultural afetado que autoriza o início das operações de ajuda de emergência. Existem vários tipos de detentores/responsáveis pelo património cultural, tais como instituições governamentais nacionais ou locais, instituições religiosas, e outras.

No entanto, o detentor/responsável pelo património cultural não é a única entidade com autoridade. Durante uma emergência oficialmente declarada, são os agentes de proteção civil encarregados da gestão do incidente que definem as **respostas** prioritárias.

A legislação de gestão de emergências do país é crucial para determinar quem, ou que organismo, tem autoridade para iniciar as ações de resposta e permitir o acesso à(s) área(s) afetada(s). Para se iniciarem as operações de ajuda de emergência ao património cultural é necessário trabalhar de forma coordenada com o organismo encarregado de organizar a resposta geral à emergência e obter a sua autorização e a autorização do detentor/responsável pelo património cultural.



*Operações de limpeza em curso no rescaldo do sismo em Catmandu, Nepal, 2015.
Fotografia: Tapash Paul/Drik.*



No caso de ser oficialmente declarada uma emergência, a autoridade estatal nomeará, normalmente, um **coordenador da resposta à emergência** ou um **comandante das operações** de socorro, que estabelecerá o **sistema de gestão da emergência** de acordo com um procedimento predefinido. Por exemplo, na Índia, a Autoridade Nacional de Gestão de Catástrofes coordena a resposta a todas as catástrofes que derivam de ações naturais e antrópicas, ao abrigo da **Lei Nacional de Gestão de Catástrofes de 2005**.

Dependendo das necessidades e da escala do evento, as equipas de resposta à emergência tais como unidades do serviço de proteção civil, voluntários da Cruz Vermelha, polícia e militares integram o sistema de gestão de emergências de um determinado país com o objetivo de proteger vidas, restaurar os meios de comunicação e de transporte e satisfazer ainda outras necessidades básicas.

Na ocorrência de uma **emergência grave**, o governo nacional pode procurar a ajuda de outro país ou da comunidade internacional sob a liderança da Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU dirige as respostas humanitárias através do Comité Permanente Interagências (IASC), que é composto pelos principais **intervenientes** humanitários da ONU e de agências internacionais. No prazo de 48 horas após o início de uma emergência, e com base numa avaliação inicial, o IASC classifica o seu nível de acordo com a escala, a complexidade, a urgência e a **capacidade** local existente para gerir a situação.

No caso de uma emergência de **Nível 2** ou de **Nível 3**, a ONU ativará uma resposta coordenada de múltiplas agências (ONU, organizações intergovernamentais e organizações não governamentais), separando a ajuda por **agrupamento**. Estes níveis de emergência indicam, frequentemente, que as autoridades locais e a sua capacidade de resposta foram afetadas de forma crítica. Nestas situações, o governo local trabalhará em coordenação com as agências internacionais para realizar determinadas ações, tais como as avaliações e os apelos ao financiamento para determinado agrupamento. Atualmente, a cultura não está incluída em qualquer agrupamento.

No caso de uma emergência complexa, a ajuda humanitária da ONU pode incorporar operações militares e/ou policiais numa missão de manutenção da paz.

Ver referências na página 151.



Quem pode planejar e implementar a ajuda de emergência ao património cultural?

Um agente que preste ajuda de emergência em património cultural pode planejar e implementar operações de ajuda em coordenação com as equipas de emergência, os profissionais da ajuda humanitária, os detentores/responsáveis pelo património cultural e os voluntários.

Uma pessoa que presta ajuda de emergência ao património cultural é alguém que recebeu formação prévia na proteção de património cultural em perigo durante emergências ou no seu rescaldo. A ajuda ao património cultural durante **emergências graves ou complexas** deve ter em consideração o equilíbrio entre diversas necessidades, tais como as de alimentação, de água, de abrigo, de segurança e de identidade. Quem presta ajuda de emergência ao património cultural deve, portanto, ser capaz de lidar com as exigências físicas, mentais, ambientais e com as tarefas específicas do trabalho.

Ele/a deve ter conhecimentos e competências para avaliar, documentar, proteger e estabilizar diferentes tipos de património cultural em diversos contextos de emergência. Ele/a deve ser capaz de trabalhar em equipas multidisciplinares. As primeiras pessoas na ajuda de emergência ao património cultural poderão ser oriundos das comunidades locais, das instituições de proteção civil ou de instituições do património cultural.

Leia as qualidades enumeradas na página seguinte e identifique alguém da sua instituição ou comunidade local que melhor se adequaria ao papel de agente de ajuda de emergência ao património cultural.



*Profissionais de ajuda à emergência em património cultural em Port-au-Prince, Haiti, 2010.
Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.*

As três principais qualidades do agente de ajuda de emergência ao património cultural



Qualificado

- compreende as diversas formas do património cultural
- conhece o contexto da emergência
- tem fortes capacidades analíticas e críticas



Centrado nas pessoas

- é um ouvinte atento
- compreende e respeita as estruturas sociais existentes, as crenças e os valores
- trabalha em equipa
- é sensível às necessidades humanas
- é capaz de criar confiança



Orientado para a ação

- tem uma atitude positiva e diligente
- soluciona problemas com criatividade
- pensa rapidamente e tem resistência física

Porque é importante coordenar a ajuda de emergência ao património cultural com a resposta geral à emergência?

Numa situação de emergência, as prioridades da ajuda humanitária e de recuperação são identificadas através de sistemas nacionais ou internacionais pré-definidos de gestão de emergências. Com base nas prioridades identificadas, a ajuda é então canalizada através destes sistemas. Para garantir a segurança e a proteção, o acesso à área afetada deve ser estritamente controlado.

Para ter acesso à área afetada e assegurar que o património cultural é considerado prioritário, é importante coordenar os esforços para a salvaguarda do património cultural no seio da resposta global. Caso contrário, o risco do património cultural afetado ser danificado ou destruído pode aumentar.



Razões para coordenar a ajuda de emergência ao património cultural: Haiti

Nos meses que se seguiram ao sismo no Haiti, em 2010, o Instituto de Proteção do Património Nacional (ISPAN) levou a cabo um exercício para identificar e sinalizar os edifícios históricos danificados nas áreas afetadas. Atendendo à falta de meios suficientes para proteger e estabilizar os edifícios (em termos monetários e de mão-de-obra), o ISPAN teve como objetivos



Sinalização de estruturas patrimoniais em Jacmel, Haiti, 2010.
Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.





evitar a sua demolição e a implementação de medidas para a sua proteção, de acordo com a sua importância, função e utilização.

Este exercício foi levado a cabo em simultâneo com as avaliações estruturais conduzidas pelo Ministério das Obras Públicas e pelas agências de apoio da ONU. A coordenação total destas operações não foi possível, principalmente, porque a recuperação/proteção do património cultural não foi incluída na resposta de emergência, nem a nível nacional, nem a nível internacional. Como consequência, muitas estruturas históricas foram declaradas inseguras e acabaram por ser demolidas.

[Ver referências na página 153.](#)



*Sinalização de estruturas patrimoniais em Jacmel, Haiti, 2010.
Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.*

Quando é apropriado providenciar ajuda de emergência ao patrimônio cultural?

Durante uma emergência, a primeira prioridade é salvar vidas e garantir a segurança. Uma vez concluídas essas ações, a ajuda de emergência ao patrimônio cultural pode ser iniciada. No entanto, os mecanismos de coordenação entre os diferentes serviços de emergência e de ajuda humanitária presentes no terreno devem ser criados antecipadamente e devem estar já contemplados nos planos de preparação para emergências dos governos locais e das instituições da tutela da cultura. Na prática, o momento certo para iniciar a intervenção de emergência varia e depende dos seguintes fatores:

- A natureza e a escala da emergência: no caso de uma **emergência grave ou complexa**, envolvendo danos extensos e perda de vidas, as operações de ajuda de emergência ao patrimônio cultural podem ser atrasadas.
- O acesso às áreas afetadas: em caso de conflito armado ou de acidente nuclear, o acesso à área afetada será drasticamente limitado, o que pode, por sua vez, atrasar a ativação da ajuda de emergência.
- A extensão dos danos no patrimônio cultural e/ou a sua importância para as **partes interessadas** (por exemplo, a sua importância local, nacional, internacional): quando os danos são extensos, a necessidade de ajuda externa pode atrasar as operações. Do mesmo modo, no caso do patrimônio cultural muito importante, tal como um local classificado como Patrimônio Mundial, poderá ser necessário recorrer a peritos externos para realizar inspeções antes de se poder adotar qualquer medida.
- A capacitação e a preparação a nível local: quando existe capacitação a nível local em termos de pessoal qualificado e de recursos, bem como mecanismos de coordenação com as instituições de gestão da emergência, é mais fácil iniciar a ajuda de emergência ao patrimônio cultural imediatamente após as operações de salvamento de vidas humanas.



Iniciar as operações de ajuda de emergência ao patrimônio cultural: Itália e Iraque

Como referido anteriormente, o momento certo para iniciar a ajuda de emergência ao patrimônio cultural depende da natureza e da escala da situação de emergência. Por exemplo, após o primeiro sismo que atingiu a região montanhosa do centro de Itália, a 24 de Agosto de 2016, as operações de busca e salvamento duraram dez dias; só após esse período é que o Departamento Italiano de Proteção Civil, em colaboração com o Ministério da Cultura, realizou uma avaliação inicial dos danos que ocorreram no **patrimônio cultural imóvel e móvel** da região.

No norte do Iraque, uma avaliação dos sítios do patrimônio cultural que foram intencionalmente destruídos em 2014 só pôde ser realizada seis meses após a libertação da cidade de Mosul. A falta de acesso às áreas ocupadas e as condições de segurança incertas existentes após a libertação no final de 2016 atrasaram significativamente a implementação da ajuda de emergência ao patrimônio cultural nos locais afetados.

[Ver referências na página 153.](#)



*Topo: Sismo no centro de Itália, 2016. Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.
Fundo: Intervenções de emergência no sítio arqueológico de Nimrud, norte do Iraque, 2017.
Fotografia: Layla Salih.*



CONSIDERE que foi declarada uma emergência na sua área. A situação é pouco clara, uma vez que os relatórios de danos ainda estão a chegar. Os relatórios preliminares sugerem que ocorreram danos no património cultural em diversos locais e estão previstas grandes perdas. A diversidade e a riqueza do património cultural na sua área estão ligadas à identidade nacional do seu país. Preocupado/a com a potencial perda da História, gostaria de prestar ajuda de emergência.

Por onde começa?

Continue a ler para saber.

ETAPA UM

ANÁLISE DA

SITUAÇÃO



O que é uma análise da situação?

A recolha de informação fiável durante uma emergência pode ser um desafio, especialmente quando essa informação é desarticulada e obtida de fontes não confirmadas. Por conseguinte, antes de se implementarem ações para proteger o património cultural, dedique algum tempo a avaliar a situação, a analisar a informação recolhida e a preparar uma estratégia para prestar a ajuda de emergência. Não o fazer, pode levar à priorização incorreta do património cultural afetado, aumentar os danos no património e até colocar vidas em risco.

A avaliação sistemática de uma emergência que ocorre repentinamente, ou de uma crise que se desenvolve gradualmente, chama-se análise da situação. Este passo envolve a recolha e a criação de ligações entre informações específicas pré- e pós-evento, a fim de informar as ações no terreno, bem como identificar as necessidades imediatas e a capacidade existente para lhes dar resposta.

A análise da situação é um instrumento muito utilizado pelas organizações humanitárias. É utilizada para definir as prioridades da ajuda humanitária em relação às consequências imediatas de uma catástrofe e, no início da **fase inicial de recuperação**, para identificar as necessidades humanitárias a longo prazo.



Análise de situação integrada no curso internacional ajuda de Emergência ao Património Cultural em Tempos de Crise, Amesterdão, 2015, Países Baixos. Fotografia: ICCROM.

Porquê fazer uma análise da situação para a ajuda de emergência ao património cultural?

Numa crise em rápida evolução, a análise da situação pode ajudar a reduzir os riscos e a conter ou a prevenir os danos no património cultural. Se esta for realizada no início de uma operação no terreno para proteger o património cultural, pode ajudar a determinar o(s) local(ais), o momento, a escala e o âmbito da operação.

Com base nas informações pré-evento sobre o(s) tipo(s) e a importância do património cultural afetado, a análise da situação ajuda a responder a questões cruciais, tais como o que **priorizar** e como intervir. Ao mesmo tempo, ajuda a identificar os intervenientes e as partes interessadas que poderão ajudar na implementação da ajuda de emergência.

Numa emergência provocada por conflitos, a análise da situação pode alargar-se para incluir uma avaliação do conflito, conhecida como **análise de conflitos** (ver página 38).

Os resultados da análise da situação são utilizados para desenvolver um plano específico para a segurança e estabilização do património cultural afetado, o qual poderá ser adaptado à medida que as **avaliações no local de danos e riscos** vão fornecendo mais dados (ver página 42).



*Igreja danificada pelo sismo de Bohol, Filipinas, 2013.
Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.*



Como a análise da situação ajudou a conter os danos e a reduzir os riscos numa crise em curso: Kiev, Ucrânia

Em fevereiro de 2014, eclodiram protestos públicos em Kiev, na Ucrânia. No centro de Kiev, os manifestantes e a polícia de choque cercaram várias instituições e locais patrimoniais. Com base numa análise da situação relativamente à evolução dos acontecimentos na envolvente, o primeiro andar do Museu Nacional de Arte da Ucrânia foi evacuado e transferiram-se temporariamente artefactos valiosos para um local mais seguro, antes de os protestos se transformarem em violentos tumultos. Para além de transferir partes da coleção, os funcionários do museu contactaram as forças de segurança, instando-as a prevenir o risco de vandalismo. Estas medidas oportunas salvaram a coleção do museu de danos consideráveis, enquanto que um museu vizinho teve parte da sua coleção roubada durante os tumultos.

Fonte: Ihor Poshyvailo, Diretor do Complexo do Memorial Nacional aos Heróis dos Cem Celestiais - Museu da Revolução da Dignidade, Kiev, Ucrânia. Participante no Curso Internacional de Ajuda de Emergência ao Património Cultural em Tempos de Crise, 2015.

Quem deve participar numa análise da situação?

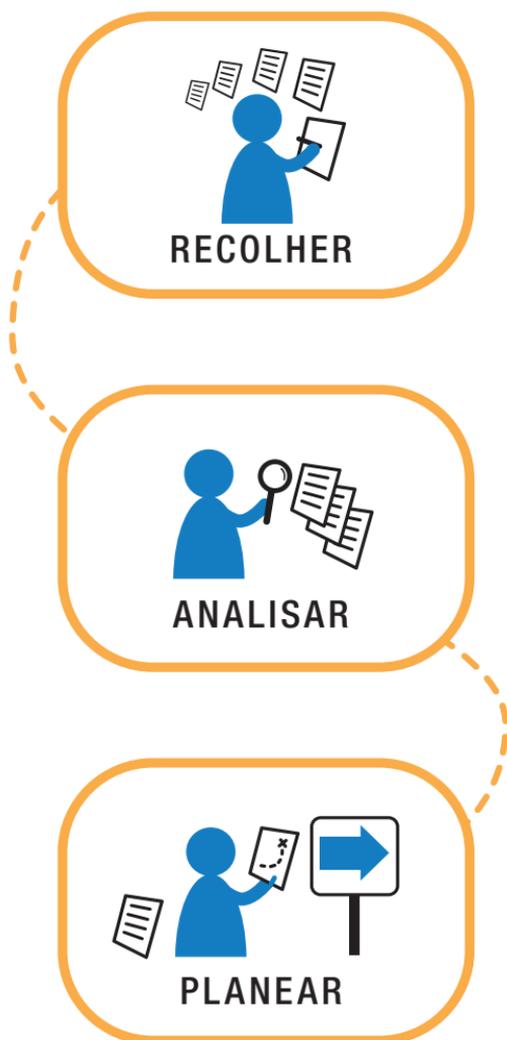
Uma análise da situação para a implementação da ajuda de emergência ao património cultural, embora não se limite aos elementos definidos em seguida, pode envolver:

- equipas ou instituições que implementam a ajuda de emergência;
- proprietários ou instituições responsáveis pelo património cultural afetado;
- representantes das instituições de gestão da emergência que controlam o acesso à área afetada e que são responsáveis pela definição de prioridades para a resposta a emergências;
- representantes das comunidades locais;
- voluntários e as ONG locais.



Como realizar uma análise da situação para a ajuda de emergência ao património cultural?

Apresenta-se abaixo um procedimento de trabalho de análise da situação para a ajuda de emergência ao património cultural.





Recolher informação

O primeiro passo de uma análise da situação na ótica da ajuda de emergência ao património cultural é a recolha de informações específicas sobre a natureza da emergência, a sua localização geográfica, o(s) tipo(s) e a importância do património cultural afetado, o(s) tipo(s) e a extensão dos danos, bem como a identificação das partes interessadas e dos intervenientes envolvidos.

Contexto de emergência



- 1 Que província, região ou país está envolvido/a? Encontre as coordenadas geográficas exatas da área em questão.
- 2 Que **perigo** principal causou a emergência?
- 3 Que perigos secundários poderão causar mais danos ao património cultural na área afetada?
- 4 Que **vulnerabilidades** sociais, económicas ou políticas poderão tornar o património cultural mais suscetível a danos? Exemplo: estradas em más condições poderão impedir uma resposta atempada ou o colapso da ordem pública poderá expor o património ao perigo secundário de pilhagem.
- 5 Em que fase da situação se encontra?
 - a. É na fase de pré-emergência (por exemplo, foi emitido um pré-aviso de erupção vulcânica)?
 - b. É no início da emergência (por exemplo, começaram os motins, está a decorrer uma tempestade)?
 - c. É na sequência imediata de uma catástrofe natural ou de uma situação decorrente de perigos antrópicos, tal como um bombardeamento?



Numa situação de emergência multidimensional, os acontecimentos não seguem uma progressão linear. Por exemplo, um sismo pode desencadear um incêndio. Da mesma forma, numa crise prolongada, um novo conflito pode destabilizar um acordo de paz existente. Por conseguinte, é muito importante identificar corretamente a fase em que se encontra uma situação em evolução e incluir planos de contingência.





- 1 Quantos e que tipo de bens culturais são suscetíveis de serem afetados? Se estiverem envolvidos vários **bens culturais**, assegure-se de que dispõe das coordenadas geográficas de todos eles. Esta informação pode ser encontrada nos **inventários** geridos pelos ministérios ou pelos departamentos nacionais da cultura.
- 2 Qual é a **importância** do património cultural afetado na zona e para quem é importante? É um bem do património cultural classificado como sendo de importância nacional ou regional?
- 3 Quais são as crenças ou atitudes locais que podem interferir com a ajuda de emergência ao património cultural? Estas podem ter impacto na disponibilidade de recursos e de pessoas para ajudar. Por exemplo, na sequência do sismo no Nepal, em 2015, engenheiros de estruturas estrangeiros não hindus foram impedidos de entrar nos espaços interiores dos templos hindus para avaliar os danos. De modo a planear uma operação de ajuda de emergência que respeite os contextos culturais e sociais locais, é crucial compreender:
 - a. As crenças religiosas da área.
 - b. A língua e as formas de comunicação preferidas.
 - c. O papel e o envolvimento de homens e mulheres no património cultural.
 - d. A inclusão ou a representação do património cultural de uma comunidade minoritária no sector do património cultural dominante nessa área.
 - e. As expectativas sobre o auxílio externo na recuperação do património cultural.
- 4 Qual era o estado do património cultural afetado antes do evento, ou seja, qual era o seu estado físico inicial e quais eram as suas vulnerabilidades? Teria sido restaurado? Estava a ser restaurado? Estava bem protegido? Estava bem documentado? Estas informações podem ser obtidas junto das instituições ou de indivíduos que gerem os bens culturais em causa.



É importante identificar e documentar o património cultural local antes da ocorrência de uma crise para que no futuro, e no caso de um evento ocorrer, seja possível identificar qualquer dano. Deve ser dada formação em registo e documentação, incluindo como registar os danos através de fotografias, aos funcionários da instituição local. (Para mais informações, ver **avaliação no local de danos e riscos**, página 53).

- 5 Existem planos operacionais de gestão de emergências para o património cultural afetado? Em caso afirmativo, recolha os dados de contacto da(s) pessoa(s) encarregada(s) de coordenar a resposta local para o património cultural.
- 6 Que tipo de danos foram causados aos bens do património cultural da zona? Recolha informação de fontes locais conhecidas.



Voluntários oriundos da comunidade local que, de acordo com as suas crenças, ignoraram a sua segurança pessoal e trabalharam descalços para salvar fragmentos de templos e pagodes budistas danificados pelo sismo de Bagan, Mianmar, 2016. As crenças e os costumes locais influenciarão sempre a ajuda de emergência ao património cultural. Contudo, e antes da ocorrência de catástrofes, devem ser envidados esforços para sensibilizar as comunidades locais para os riscos envolvidos no resgate do património cultural sem o uso de equipamento de proteção individual. Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.



Identificar as partes interessadas e os intervenientes



- 1 Quem são os proprietários (instituições/indivíduos/grupos sociais) dos **bens culturais** na área afetada? Recolha os seus contactos e, se possível, comunique com eles para recolher informações preliminares sobre quaisquer danos causados ao património cultural.
- 2 Quem são as pessoas ou comunidades que dependem dos bens culturais para a sua subsistência?
- 3 Quem é responsável pela coordenação da resposta à emergência e quem controla o acesso à(s) área(s) afetada(s)? Recolha os seus contactos para serem utilizados posteriormente na avaliação no local, se necessário.
- 4 Que comunidades locais, grupos de voluntários ou funcionários dos locais afetados podem ajudar na avaliação de danos e riscos e na implementação de medidas de segurança e estabilização?
- 5 Que equipas de emergência, por exemplo, bombeiros, militares ou elementos da proteção civil, podem ajudar a implementar a ajuda de emergência ao património cultural afetado?
- 6 Que tipo de recursos podem fornecer as partes interessadas do património cultural afetado?
- 7 Qual é o nível de cooperação entre os principais serviços de emergência e as principais partes interessadas?



Mapeamento das partes interessadas e dos intervenientes

A criação de um mapa visual pode ser uma ferramenta útil para identificar e compreender as relações complexas entre as partes interessadas e os intervenientes, bem como os seus respetivos interesses e papéis na ajuda de emergência ao património cultural. Como? Considere o exemplo na página seguinte, que identifica as partes interessadas e os intervenientes na sequência da explosão de uma bomba num local pertencente ao património religioso no país A. O pano de fundo do incidente é um conflito em curso.

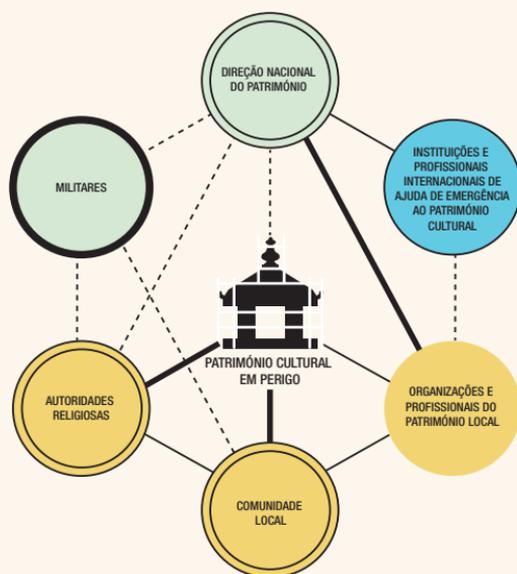
Os militares do país A estão encarregados das operações de manutenção da paz e da luta contra o terrorismo na área afetada. Atualmente, os militares controlam o acesso ao local.

Os membros da comunidade local que vivem nas proximidades não confiam totalmente nos militares. Esta comunidade tem uma forte ligação ao sítio religioso e quer salvá-lo.

Outras **partes interessadas centrais** e **intervenientes** incluem:

- O Conselho Nacional de Antiguidades, que tem o conhecimento necessário para prestar ajuda de emergência aos edifícios e objetos danificados do sítio religioso.
- As autoridades religiosas do santuário danificado, que podem não ter uma boa relação com o Conselho Nacional das Antiguidades, mas que devem ser consultadas antes deste ser autorizado a implementar medidas de ajuda de emergência.
- As organizações estrangeiras ligadas ao património cultural contactadas pelo Conselho Nacional de Antiguidades, que poderão fornecer ajuda financeira e assistência técnica.
- Os profissionais do património cultural local que conhecem a história do local e que têm experiência na avaliação de danos, bem como na estabilização e proteção do património cultural danificado.





A identificação das partes interessadas e dos intervenientes numa dada situação, bem como dos seus interesses e inter-relações, contribuirá para esclarecer:

- Quem poderá facultar o acesso ao sítio do património cultural afetado?
- Quem poderá financiar a ajuda de emergência para a proteção do património cultural?
- Quem poderá dar autorização para se iniciar a ajuda de emergência ao património cultural?
- Quem deverá ser consultado e envolvido ao nível comunitário?
- Quem poderá fornecer a informação necessária para uma resposta específica ao contexto em causa e que atenda às necessidades locais?

Um diagrama que identifique as partes interessadas e os intervenientes e suas interações permite compreender melhor os seus interesses e as suas relações de poder, o que, por sua vez, ajuda a evitar potenciais conflitos e mal-entendidos.



Analisar a informação

- 1 Analise a informação recolhida e identifique os bens culturais que:
 - a. são mais importantes;
 - b. estão muito danificados;
 - c. sofreram danos e estão vulneráveis a perigos secundários, levando ao risco de mais danos se deixados sem vigilância.
- 2 Identifique os bens culturais que exigem uma avaliação no local de danos e riscos. Os bens culturais que estejam parcial ou gravemente danificados e que corram o risco de sofrerem novos danos devem ser considerados prioritários para uma avaliação no local. Da mesma forma, os bens de extrema importância que estão em risco poderão ser selecionados para uma avaliação no local.
- 3 Considere o tipo de conhecimento técnico necessário para a **avaliação no local de danos e riscos** (ver página 46), o que, para além de uma análise dos danos e dos riscos, pode também exigir uma avaliação global da segurança do local, bem como dos seus edifícios (se existirem). Por exemplo, uma avaliação no local pós inundação de um edifício histórico e de uma coleção, pode exigir a ajuda de um engenheiro de estruturas familiarizado com estruturas do patrim nio cultural danificadas pela água, bem como de um conservador-restaurador que possa avaliar, quer os danos, quer os riscos de decomposição e bolor. Da mesma forma, uma avaliação pós-guerra dos mesmos bens culturais pode exigir primeiro uma verificação de seguranç a para detetar a existência de dispositivos explosivos.



Dependendo do nível e da dimensão da emergência, a resposta pode envolver avaliações do estado dos edifícios, tais como escolas, hospitais e casas na área afetada, que venham a condicionar o seu uso. Contudo, estas avaliações não conferem necessariamente prioridade aos sítios e edifícios do patrim nio cultural. Por conseguinte, de modo a sincronizar esforç os, assegure-se de que um representante da instituição que coordena a resposta   emergência participa na análise da situação do patrim nio cultural.



- 4 Com base nas informações disponíveis, analise as **medidas de segurança a implementar no imediato** (ver página 73) que são necessárias em cada local. Por exemplo, o local precisa de ser coberto ou deve ser colocado um segurança para proteger a área? No caso do patrimônio imaterial, tenha em conta o tipo de ajuda humanitária que a comunidade envolvida necessita para recuperar da emergência.
- 5 Identifique os tipos de material e de equipamento (Guia Prático, ver página 9) necessários para a avaliação no local de danos e riscos.
- 6 Utilizando o diagrama das **partes interessadas e dos intervenientes**, identifique quem poderá dar-lhe autorização para trabalhar no local, facilitar o acesso, fornecer recursos, organizar a logística e oferecer conhecimento especializado para:
 - a. as avaliações no local de danos e riscos;
 - b. as operações de segurança e de estabilização em cada local;
 - c. a avaliação e o acompanhamento do trabalho realizado em cada local.
- 7 Com base na informação disponível sobre a(s) língua(s) local(ais) ou as formas de comunicação preferencial(ais) na área afetada, identifique **estratégias** para comunicar com os serviços de emergência, as partes interessadas, as comunidades afetadas e a comunicação social.



Planear as medidas de ajuda de emergência no local

Após a análise da informação recolhida, utilize os resultados para desenvolver um plano estratégico de implementação da ajuda de emergência em património cultural, definindo o seguinte:

- 1 O período de tempo previsto, a dimensão e o âmbito, os custos e os objetivos das operações no local.
- 2 O papel e as responsabilidades das instituições, dos serviços de emergência, das pessoas de ajuda de emergência em património cultural e dos grupos de voluntários envolvidos.
- 3 As autorizações formais e as consultas à comunidade necessárias para iniciar as avaliações no local, assim como para implementar as medidas de segurança e de estabilização.
- 4 O **plano de comunicação**: que meios de comunicação serão utilizados? Quem será o responsável?
- 5 A preparação e os recursos necessários para a realização de trabalhos no local, incluindo a documentação específica pré-evento sobre os bens culturais, bem como a lista dos materiais e do equipamento de emergência necessários para os trabalhos no local.
- 6 O tipo de formação ou orientação no local necessário para os voluntários e serviços de emergência antes de poderem intervir no património.
- 7 Os critérios de segurança e controlo de qualidade para a implementação da ajuda de emergência.
- 8 Os critérios e os modos de avaliação: quem fará a avaliação? Como?
- 9 O sistema de monitorização: quem o fará? Durante quanto tempo?



Tenha em mente que as avaliações no local de danos e riscos fornecerão informações mais detalhadas que poderão alterar ou melhorar o plano estratégico de implementação da ajuda de emergência.





O que é a análise de conflitos?

A análise de conflitos é um instrumento que ajuda a identificar as causas principais de um conflito e a compreender os fatores detonadores que podem transformar um conflito latente num conflito violento. Estes fatores detonadores podem incluir o ataque intencional ao património cultural.

Como realizar a análise de conflitos?

Sintetiza-se em seguida um método de análise de conflitos em três etapas: baseia-se nas orientações fornecidas pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido e pode ser adaptado para identificar as prioridades para a ajuda de emergência e a recuperação do património cultural.

- 1. Análise das causas do conflito.** Para compreender as causas subjacentes ao conflito é necessário analisar as vulnerabilidades políticas, sociais, económicas e as relacionadas com a segurança. Esta análise deve incorporar vários pontos de vista e incluir os seguintes elementos:
 - a. uma ampla análise do contexto (a história do conflito, as características físicas e demográficas e as desigualdades estruturais);
 - b. um mapa da(s) fonte(s) de tensões e conflitos, que pode incluir símbolos culturais;
 - c. a identificação das ligações entre as fontes de tensão em diferentes sectores, incluindo o sector do património cultural.
- 2. Análise dos intervenientes** que influenciam ou que são afetados pelo conflito. Esta etapa centra-se numa análise dos incentivos e interesses a curto prazo e deve incluir:
 - a. uma lista de todos os intervenientes direta ou indiretamente envolvidos no conflito;
 - b. a análise dos interesses, das relações, das capacidades, da agenda de paz e dos incentivos para cada interveniente;
 - c. um mapeamento visual.

Nota: A fim de analisar os conflitos que envolvem o património cultural, a segunda etapa deve incluir o mapeamento dos interesses e do que está em jogo em relação ao património cultural afetado.





3. Análise da dinâmica dos conflitos. Esta etapa diz respeito à avaliação da probabilidade de um conflito aumentar, diminuir ou permanecer estável, bem como aos fatores detonadores de longo e curto prazo envolvidos. Deve incluir:

- a. uma análise das tendências a longo prazo;
- b. uma avaliação dos possíveis fatores detonadores a curto prazo;
- c. uma avaliação dos fatores suscetíveis de acelerar ou abrandar a dinâmica do conflito (considere instituições e processos);
- d. o desenvolvimento de cenários de conflito.

Nota: A fim de analisar os riscos no património cultural afetado durante a **fase inicial da recuperação** (ver página 125), esta etapa deve incluir a avaliação da forma como as partes envolvidas irão percecionar as ações implementadas para recuperar o património cultural.

Ver referências na página 155.



O que se segue à análise da situação?

NA SEQUÊNCIA DE UMA EMERGÊNCIA na sua região, efetuou uma **análise da situação** com as diferentes partes interessadas, os membros da comunidade e os serviços de emergência relevantes; identificou os bens do património material e imaterial que sofreram danos e/ou estão em risco de continuar a degradar-se.

Qual deve ser o seu próximo passo?

Continue a ler para saber.

ETAPA DOIS

AVALIAÇÃO NO LOCAL DE DANOS E RISCOS APÓS O EVENTO



O que é a avaliação no local de danos e riscos após o evento?

A realização de uma **análise da situação** ajuda a identificar os bens do património cultural material e imaterial que requerem inspeções imediatas. Estas inspeções são as **avaliações no local de danos e riscos** após o evento.

A escolha dos bens patrimoniais a avaliar baseia-se na sua **importância**, no nível dos danos que sofreram e no risco do aparecimento de novos danos.

A avaliação no local de danos e riscos envolve a inspeção visual, o registo e a documentação dos danos e das perdas. Este procedimento é muito útil para uma avaliação imediata de riscos que, se não forem mitigados, poderão causar mais danos ao património cultural. Com base na informação pré-evento, registre a extensão dos danos físicos e o que pode ser recuperado. Além disso, avalie as perdas - por exemplo, a forma como a catástrofe afetou as pessoas, os seus rendimentos e as infraestruturas.

É importante realizar avaliações integradas de danos e riscos após o evento para todos os tipos de património cultural, ou seja, **móvel, imóvel e imaterial**. Se tal não for feito poderá levar a um desperdício de tempo e de recursos, bem como a uma estimativa incorreta das necessidades para a recuperação. Isto é essencial, uma vez que influenciará o **plano estratégico** para a implementação das medidas locais definidas durante a análise da situação.



Equipa a realizar a avaliação no local de danos e riscos no Museu Palácio Hanuman Dhoka em Catmandu, Nepal, 2015. Fotografia: ICCROM.

Porquê realizar uma avaliação no local de danos e riscos?

A inspeção direta do(s) local(ais) afetado(s) permite recolher mais informações sobre o estado do local/edifício/objeto que não puderam ser obtidas ou verificadas durante a análise da situação.

A avaliação no local proporciona a oportunidade de:

- Avaliar a natureza física do património cultural afetado no seu meio envolvente e identificar as medidas de segurança e de estabilização necessárias.
- Registrar a forma como a catástrofe afetou as partes interessadas, por exemplo, se falar com a comunidade, os líderes locais, os vendedores de lembranças no local ou nas suas proximidades, ou os donos de alojamentos.
- Identificar os riscos imediatos e as respetivas medidas de mitigação.
- Fazer uma estimativa dos custos específicos para a implementação das medidas de segurança e de estabilização e para a recuperação total do local.

A avaliação no local de danos e riscos pode ser utilizada para garantir os fundos necessários para a ajuda à emergência e à recuperação dos bens culturais. Esta avaliação pode influenciar a **Avaliação das Necessidades Pós-Catástrofe** (PDNA): um método de avaliação multissetorial que ajuda os governos afetados a determinar os efeitos diretos, os impactos a longo prazo e as necessidades de recuperação na sequência de uma catástrofe em grande escala.



Alguns países têm os seus próprios métodos para avaliar as necessidades de recuperação após uma catástrofe. A Avaliação das Necessidades Pós-Catástrofe só é realizada quando um país solicita o auxílio de organizações internacionais, tais como as Nações Unidas.

Como realizaria uma avaliação integrada de danos e riscos no local?

Apresenta-se em seguida o procedimento, passo a passo, para uma avaliação, no local, integrada de danos e riscos para o património cultural construído, móvel (objetos e coleções) e para o **património imaterial**.

Procedimento para uma avaliação no local de danos e riscos após o evento





Preparar

Utilize os resultados da **análise da situação** como base para:

1 Obter autorizações e contactos

Obtenha a autorização dos proprietários ou das instituições responsáveis, quando aplicável, e do coordenador da resposta à emergência ou do comandante das operações de socorro, para entrar no(s) local(ais) afetado(s). Obtenha as informações de contacto dos funcionários ou dos responsáveis que tenham um conhecimento profundo do património cultural afetado e do seu estado antes do evento.

2 Prepare a equipa. Reúna e prepare uma equipa para conduzir a avaliação no local de danos e riscos. A equipa deve ser criada de acordo com a natureza da situação de perigo, da escala da emergência e do tipo de património cultural afetado.

No caso de uma emergência em grande escala, a avaliação pode ser realizada em vários locais por voluntários e profissionais de diferentes áreas, tais como arquitetura, engenharia (de estruturas), museologia, conservação-restauro e antropologia. Dependendo da natureza da emergência e dos danos existentes, os militares e as equipas de emergência, tais como os engenheiros de estruturas, podem participar nas avaliações. Além disso, no caso de uma emergência grave ou complexa, podem fornecer apoio logístico para a realização dessa avaliação.

É importante que as equipas responsáveis pelas avaliações tenham formação prévia de forma a realizarem um registo e uma documentação coerente, incluindo:

- a utilização uniforme de formulários de avaliação e plantas/esboços de levantamentos de edifícios para registar danos e riscos;
- fotografias com capturas predeterminadas e padronizadas (fotografias de planos gerais ou de detalhes) para indicar um tipo específico de dano ou perda;
- a atribuição precisa do nível dos danos encontrados numa escala predefinida, ou seja, grave, moderada ou leve, juntamente com uma descrição dos danos causados aos objetos, às estruturas e ao património cultural imaterial;

- d. a utilização de formatos previamente acordados para a compilação de dados sobre os danos e as perdas, que possam ser facilmente compreendidos pelos serviços de emergência, pelas partes interessadas e pelos financiadores.

Ver a página 15 do Guia Prático para alguns exemplos de práticas de registo e de documentação padronizadas e de modelos de formulários para a avaliação de danos e riscos.

A orientação das equipas de avaliação no local deve incluir procedimentos para garantir a sua segurança pessoal. Além disso, os voluntários pré-selecionados para uma avaliação no local devem estar familiarizados com o contexto social e cultural da região e devem ser capazes de comunicar com a comunidade afetada na sua própria língua.

3 Reúna dados pré-evento

Reúna a seguinte documentação pré-evento:

- Um mapa que indique as coordenadas geográficas do património cultural afetado.
- O mapa do local (Guia Prático, página 11) ou a mais recente imagem de satélite, se disponível.
- Quando aplicável recolha plantas do edifício, caso contrário prepare um esboço da planta do edifício.
- Inventários elaborados com base nos dados recolhidos no local, descrevendo o tipo, o número e a localização dos edifícios, objetos e dos bens imateriais.
- Fotografias pré-catástrofe (principalmente fotografias de grande plano geral ou panorâmicas) dos locais, edifícios, objetos e do património imaterial afetados.



Note-se que o tipo e a importância da informação irá variar significativamente de acordo com o tipo de património cultural que foi afetado. Para uma única instituição cultural, como um museu, uma planta detalhada do edifício e um inventário são muito mais importantes do que um mapa em grande escala com coordenadas geográficas. Do mesmo modo, para uma catástrofe que afete uma grande área, as plantas das estruturas individuais podem ser demasiado detalhadas para efeitos da avaliação.

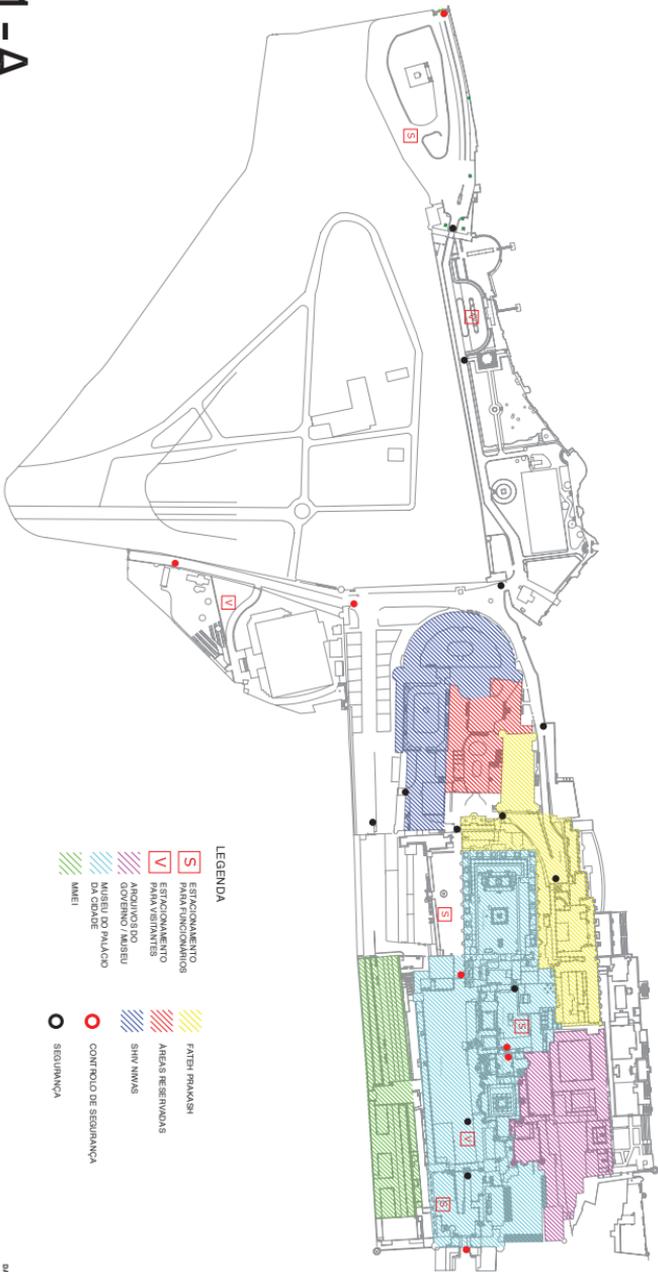


1-A

PLANO DE ZONAMENTO E SEGURANÇA DO COMPLEXO

PLANEJAMENTO DA GESTÃO DE RISCOS PARA O PALÁCIO DA CIDADE, UDAIPUR

DATA: 20/09/09
 DESIGNADO POR: D. KISHOR K. SHARMA
 VERIFICADO POR: ROHIT JIGYASU



- LEGENDA**
- S ESTACIONAMENTO PARA FUNCIONARIOS
 - V ESTACIONAMENTO PARA VISITANTES
 - FATIHA PRAKASH
 - AREAS RESERVADAS
 - SHWANKAS
 - CONTROLO DE SEGURANCA
 - O SEGURANCA
 - AREAS RESERVADAS
 - SHWANKAS
 - CONTROLO DE SEGURANCA
 - SEGURANCA
 - AREAS RESERVADAS
 - SHWANKAS
 - CONTROLO DE SEGURANCA
 - SEGURANCA

Exemplo de um mapa do Palácio da Cidade, Udaipur, Índia, 2009.
 Fotografia: Rohit Jigyasu

4 Ferramentas e equipamento

Prepare o equipamento para registrar e documentar danos e riscos, tais como uma câmara fotográfica com pilhas suplentes e um formulário integrado de avaliação de danos e riscos (ver Guia Prático, página 15) que seja específico para o contexto e de fácil utilização.

Reúna o equipamento de proteção individual de acordo com a natureza da situação de perigo. Por exemplo, para uma avaliação no local de uma área inundada, assegure-se de que tem calçado impermeável e máscaras de proteção facial com microfiltros para evitar infeções. Ver a lista geral de equipamento de proteção individual no Guia Prático (ver página 10).

5 Logística e meios de comunicação

Prepare uma estimativa orçamental para a avaliação no local, considerando os custos relacionados com:

- a. Transportes
- b. Alojamento
- c. Alimentação e água potável
- d. Segurança e proteção
- e. Meios de comunicação
- f. Equipamento para o registo de dados durante a avaliação
- g. Materiais para a proteção inicial do local, por exemplo, cordas, fita de sinalização, sinalética, sinalizadores, lonas, etc.
- h. Pessoal

Assim que a estimativa estiver pronta, garanta o financiamento necessário e tome medidas para pôr em prática toda a logística.



No caso de uma emergência em grande escala, que envolva vários locais, crie um escritório provisório perto da área afetada, para servir de centro de coordenação e de base de operações para as equipas que realizam a avaliação no local.



6 Coordene o seu plano

Coordene o seu plano com os outros intervenientes e os serviços de emergência que operam na área. É importante fazê-lo, uma vez que as avaliações de segurança estrutural e de usabilidade dos edifícios públicos poderão estar a ser realizadas ao mesmo tempo. Esses edifícios incluem normalmente museus, bibliotecas, arquivos e edifícios históricos. Da mesma forma, os serviços de gestão de emergências podem criar abrigos temporários em espaços abertos dentro de locais do património cultural. O seu trabalho poderá coincidir com as avaliações locais e as medidas de segurança e de estabilização do património cultural.



Quando os sítios patrimoniais estiverem a ser utilizados para abrigo temporário durante a ajuda à emergência, consulte os seus responsáveis para fornecerem orientações sobre a utilização do local em segurança.



Inspeccionar o local

- 1 Entre, circule no local e identifique se o acesso a todas as áreas está livre ou bloqueado. Assinale os pontos de acesso na planta do local.
- 2 Identifique, assinale e, se necessário, prepare vias seguras de acesso ao local, em particular da entrada até ao ponto em que os veículos se podem aproximar e onde podem ser estacionados. Identifique também as saídas e as vias seguras de evacuação do local para zonas seguras, no caso de ser necessário sair rapidamente.
- 3 Se houver danos visíveis num edifício, consulte um engenheiro de estruturas. Se for seguro entrar, assinale na planta do edifício o caminho seguro de acesso ao interior. No caso de não estar disponível uma planta do edifício, faça um esboço dessa planta.



Não se aproxime de uma parede a uma distância igual à sua altura antes de ter sido realizada uma avaliação prévia da sua estabilidade. Mantenha-se afastado das paredes de empena, que geralmente são mais altas do que as outras paredes e por isso mais vulneráveis (ver fotografia).



Parede de empena, Gujrat, Índia, 2015. Fotografia: Rohit Jigyasu.



- 4 Identifique os principais elementos estruturais: é uma estrutura porticada ou uma estrutura com paredes estruturais? Que tipo de cobertura tem? Isto ajudará a identificar as áreas mais vulneráveis do edifício e para as quais as equipas de intervenção em património cultural e os voluntários devem ter maior atenção.
- 5 Com a ajuda dos gestores locais de emergência, identifique espaços seguros de trabalho e de armazenamento no local, e nas suas imediações, que os voluntários e os serviços de emergência possam utilizar para implementar medidas de segurança e de estabilização.



*Danos em estrutura de alvenaria por ação sísmica, Itália, 2017.
Fotografia: Eisuke Nishikawa.*

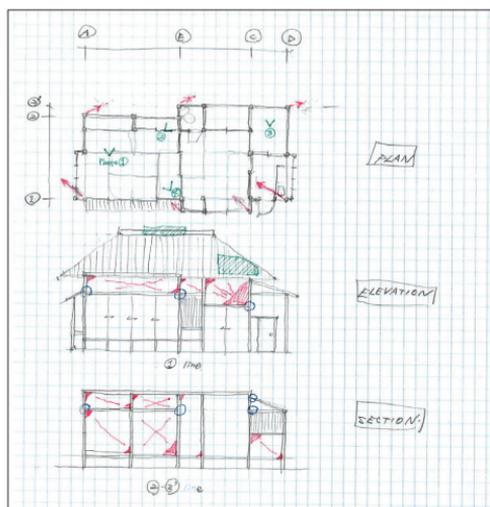
- 6 Identifique e registe danos em serviços básicos e infraestruturas como, por exemplo, no abastecimento de eletricidade e de água, etc. Caso ainda não tenha sido feito, proceda ao corte do fornecimento da água e do gás e desligue o quadro elétrico. Tenha em mente que, mais tarde, poderá necessitar de um abastecimento de água potável e de eletricidade para estabilizar objetos no local.
- 7 Verifique se o local tem entulhos no exterior, resíduos indesejados ou produtos químicos perigosos que requerem a sua eliminação. Em caso afirmativo, assinale a sua localização na planta do local. Nestes casos, chame especialistas treinados para fazer a gestão de detritos pós-catástrofe e a sua eliminação. Ao mesmo tempo, verifique se o local tem partes colapsadas do edifício ou fragmentos de elementos decorativos que devem ser recuperados. Assinale a sua localização na planta do local.



Registar os danos e os efeitos da catástrofe

Registe os danos ao património cultural imóvel

- 1 Assinale os danos numa planta do local no caso de um sítio arqueológico, e nas plantas, nos alçados e nos cortes no caso de edifícios patrimoniais (se disponíveis); caso contrário, registre os danos num esboço da planta do edifício. No entanto, enquanto estiver no sítio ou num edifício, registre apenas os danos mais graves: o tempo será limitado e é vital dar prioridade a ações de resposta para resolver ameaças graves como, por exemplo, partes de paredes que estão à beira do colapso face à sua inclinação, deformação, ou que possuam aberturas de fendas grandes e profundas. Para mais informações, consulte o guia sobre os danos típicos causados a estruturas patrimoniais devido a diferentes tipos de perigos no Guia Prático, página 28.



Exemplo de um esboço da planta, do alçado e de um corte de um edifício, Roma, Itália, 2018. Fotografia: Eisuke Nishikawa..

- 2 No caso do(s) edifício(s) afetado(s): registre apenas os danos exteriores ao edifício a partir de uma distância segura até que um perito autorizado lhe dê permissão para realizar uma inspeção ao interior.
- 3 Tire uma fotografia contextual dos danos (fotografia de plano geral ou de plano médio) e anote o número de referência da fotografia no mapa/planta do local. Descreva o tipo de danos, a sua localização e gravidade no formulário de avaliação.



- 4 Identifique os edifícios (no caso de um local maior) ou salas (no caso de um único edifício) que tenham sofrido danos extensos em elementos estruturais e não estruturais, e assinale a sua localização nas respetivas plantas do edifício. Prepare um formulário de avaliação separado para cada edifício e utilize-o para descrever o tipo e a extensão dos danos. Se possível, tire uma fotografia dos danos e assinale o seu número de referência na planta do edifício.
- 5 Fale com as pessoas que trabalham ou vivem no local. Podem ter informações valiosas sobre o que está por baixo dos escombros ou sobre a situação antes da sua chegada ao local.
- 6 Registe as perdas económicas - por exemplo, as perdas de receita ou de rendimentos obtidos com a venda de bilhetes para visitar um sítio patrimonial ou um museu.

Para orientações e modelos para a preparação de formulários de avaliação de danos e riscos para o património cultural imóvel e móvel, ver o Guia Prático, página 15.

Registe os danos causados aos objetos e às coleções do património cultural

- 1 Identifique a sala/área que contém objetos do património cultural danificados e assinale a sua localização na planta do edifício, se disponível; caso contrário, utilize um esboço da planta do edifício.
- 2 Utilize o **inventário** pré-evento e a sua própria inspeção visual para determinar o número de objetos danificados e os materiais de que são feitos, tais como pedra, madeira, papel ou metal. Estas informações devem ser registadas no seu formulário de avaliação de danos e riscos.
- 3 Tente identificar o tipo e a extensão dos danos. Por exemplo, registe se os objetos estão partidos e/ou deformados. Verifique se os objetos estão molhados, secos, sujos ou queimados. Registe as suas observações no formulário de avaliação.
- 4 Registe se os objetos estão expostos ao meio ambiente ou a materiais perigosos, tais como produtos químicos ou resíduos humanos.

- 5 Tire fotografias aos objetos danificados. Se os encontrar juntos numa ou em várias pilhas, tire uma fotografia de plano geral de cada pilha. Registe os números de referência das fotografias tiradas no formulário de avaliação e na planta do edifício.



*Esculturas danificadas no Palácio Museu Hanuman Dhoka, Catmandu, Nepal, 2015.
Fotografia: Eisuke Nishikawa.*

Registe os efeitos de uma catástrofe sobre o património cultural imaterial

Discuta com os grupos mais importantes da comunidade (líderes religiosos, grupos de mulheres, anciãos, associações de artesanato, etc.) qual o impacto da catástrofe sobre o património cultural imaterial e de que forma foi afetado.



Utilize o diagrama das **partes interessadas e dos intervenientes**, preparado durante a análise da situação, para identificar grupos relevantes dentro da comunidade para esta consulta.

- 1 Oriente a comunidade de forma a garantir que esta não inclua apenas grandes festivais ou grandes eventos. Tenha as categorias da **Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Imaterial de 2003**: expressões orais (incluindo a língua); artes cénicas; práticas sociais; rituais e eventos festivos; saberes/tradições locais e artesanato.

A avaliação deve incluir a representação, o acesso e a transmissão do património cultural imaterial afetado. Todos eles estão fortemente interligados.



- 2 Documente os bens materiais relacionados com o património cultural imaterial (tais como locais, sítios, objetos, trajes e ferramentas). Os bens materiais são os mais fáceis de avaliar. Utilize os mesmos métodos descritos nas secções anteriores.



Muitas vezes, os danos nos bens materiais não têm impacto sobre o património cultural imaterial. Por exemplo, os rituais podem ocorrer noutros locais ou os festivais podem realizar-se com novos trajes. No entanto, não se esqueça de outras perdas: por exemplo, a perda do acesso a mercados e a ferramentas pode implicar uma perda de rendimentos para os artesãos.

- 3 Comunique com as pessoas, incluindo artistas profissionais, líderes espirituais e anciãos. A avaliação deve analisar a forma como os detentores de património cultural imaterial foram afetados. Por exemplo, uma catástrofe pode resultar na morte dos detentores dos saberes ou no seu desalojamento, dificultando a transmissão desses saberes ou das tradições. Em caso de desalojamento, os curandeiros ou os padres podem não conseguir aceder aos locais sagrados para a realização dos seus rituais.
- 4 Identifique e avalie as tradições e os saberes. Esta etapa da avaliação é a mais difícil: requer uma boa compreensão de como o património cultural imaterial em questão evoluiu, o que lhe permitirá estimar a amplitude das alterações devido à catástrofe e o efeito que estas poderão ter ao longo do tempo. Em vez da perda completa de saberes ou de tradições, uma catástrofe provoca frequentemente alterações significativas no património cultural imaterial.

Por exemplo, uma procissão pode continuar a ser organizada passando a ter, no entanto, um itinerário diferente. Da mesma forma, as histórias locais podem ser contadas de forma diferente tendo em conta os acontecimentos recentes provocados pela catástrofe. É essencial que as avaliações pós-catástrofe registem essas alterações nas práticas devidas à ocorrência da catástrofe. Estas alterações não são necessariamente negativas e podem revelar a resiliência do património cultural imaterial e dos seus detentores.

Para um modelo de avaliação dos efeitos de uma catástrofe sobre o património cultural imaterial, consulte o Guia Prático, página 22.



Avaliar e registar os riscos imediatos

Durante uma emergência, a análise de risco após o evento ajuda na avaliação imediata dos riscos numa situação em que podem ocorrer alterações rapidamente. Esta análise ajuda a identificar as medidas pró-ativas necessárias para a preparação para o risco e para a sua redução, antes que o património cultural sofra perdas irreparáveis.

O processo de trabalho para a avaliação de riscos é detalhado abaixo:

- 1 Identifique os possíveis perigos (naturais ou antrópicos) que possam representar uma ameaça iminente para a vida humana e/ou que possam causar danos no património cultural material e imaterial.

Tenha em conta tanto os perigos **primários** como os **secundários**. Por exemplo, um sismo pode ser um perigo primário que desencadeia perigos secundários, tais como um tsunami, inundações, fogo posto ou vandalismo. Se estas fontes de perigo forem localizadas, identifique a sua localização dentro e na envolvente do(a) sítio/edifício/comunidade.

Perigo primário	Perigo secundário
Perigos naturais	
 Sismo	Incêndio, deslizamento de terras, tsunamis, liquefação
 Inundação	Deslizamento de terras, bolor/mofo, eflorescência, corrosão
 Tsunami	Incêndios, inundações
 Furacão/Tornado	Fogo, danos causados pelo vento
 Incêndio	Danos causados pela água, bolor/mofo, eflorescência, corrosão
 Vulcão	Incêndio, deslizamento de terras, sismo
Perigos antrópicos	
 Guerra	Incêndio, bombardeamento, demolição
 Terrorismo	Fogo, bombardeamento
 Vandalismo	Demolição, roubo



- 2 Identifique as vulnerabilidades físicas, sociais, económicas, políticas e comportamentais que expõem o património a vários perigos.

Estas vulnerabilidades podem ser identificadas como descrito abaixo:

- a. Utilize os resultados da sua **análise da situação** para compreender como e porque é que o património foi danificado e como pode ficar exposto a riscos secundários. Por exemplo, uma estrutura patrimonial mal conservada, que sofreu danos num furacão, poderá continuar exposta a perigos secundários, tal como a danos causados pelo fogo e pela chuva. A falta de manutenção do património cultural poderá ter a sua origem em várias causas sociais ou económicas subjacentes, tal como na falta de recursos ou em casos em que o património cultural pertence a uma comunidade minoritária.
- b. Ao registar os danos, tenha atenção à suscetibilidade do património a determinados perigos secundários. Por exemplo, os objetos húmidos e sujos feitos de materiais orgânicos são mais propensos a bolores e a infestações por pragas.
- c. Durante as avaliações no local registe as atividades no interior e na envolvente do sítio ou da comunidade, que podem criar ou aumentar as vulnerabilidades e os riscos. Por exemplo, abrigar pessoas numa área aberta adjacente ao sítio patrimonial pode torná-lo vulnerável a saques ou vandalismo, ou ainda uma cozinha improvisada montada perto do sítio pode expô-lo ao risco de incêndio. Entreviste as partes interessadas e os intervenientes no local para avaliar a sua perceção das ameaças, dos constrangimentos e das necessidades. As partes interessadas e os intervenientes podem incluir os gestores do património cultural do local, os proprietários, os representantes das instituições detentoras de património cultural, os seguranças e os vizinhos.
- d. Para o património imaterial, tenha em conta os processos sociais que afetam a sua transmissão, acessibilidade ou prática. Por exemplo, os saberes podem não ter sido afetados, mas o desalojamento da população em grande escala ou a perda no acesso aos mercados pode, a médio ou a

longo prazo, implicar a perda de interesse por parte das gerações mais jovens ou dificultar a aprendizagem ou adoção de uma tradição específica da sua comunidade.

3 Elabore relatórios de risco para avaliar os riscos imediatos.

Um relatório de risco explica como é que os perigos primários e secundários podem interagir com as vulnerabilidades e os níveis de exposição, podendo ter um impacto imediato em diferentes tipos de património cultural e na segurança das pessoas.

Por exemplo: fissuras num teto podem causar infiltrações em caso de chuva intensa, danificando assim os interiores históricos e as pinturas murais que se encontram diretamente por baixo destas; a ausência de vedações e de sistemas de segurança pode expor um mosteiro ao risco de pilhagem.

Ao preparar um relatório de risco, tenha em conta todas as ligações possíveis entre as **vulnerabilidades**, os **perigos primários e secundários**, e os níveis de exposição que podem aumentar os efeitos negativos da catástrofe (ver figura abaixo).

A elaboração dos relatórios de risco pode, portanto, levar tempo. Este trabalho pode ser realizado fora do local enquanto se está a compilar dados.





Impactos do sismo de Tohoku e do tsunami: Japão

A 11 de março de 2011, um sismo de magnitude 9.0 atingiu a costa nordeste de Honshu, a maior ilha do Japão. Seguiu-se um grande e violento tsunami que inundou a costa leste do Japão e partes da cidade de Sendai, incluindo o seu aeroporto e muitas povoações tradicionais. O sismo também causou danos a uma barragem, resultando numa inundação a jusante. O tsunami provocou derrames de petróleo devido ao derrube de contentores, levando à ocorrência de incêndios; também provocou explosões numa central nuclear.



*Colapso de edifício causado pelo tsunami no leste do Japão, 2011.
Fotografia: Conselho de Administra o da prefeitura de Miyagi.*

Neste caso, o sismo foi o principal perigo e induziu perigos secundários relacionados, tais como réplicas, um tsunami, inunda es, incêndios e um acidente nuclear. A sua proximidade com o mar, que o rodeia, e a sua localiza o geográfica expõem o Japão a perigos como sismos e tsunamis. Além disso, a presença de petroleiros e de um reator nuclear na área revelaram ser vulnerabilidades que, por sua vez, provocaram incêndios e a liberta o de radia o nuclear. O efeito combinado deste encadeamento de situa es perigosas levou a





mais de 19.000 mortes e deixou centenas de milhares de pessoa desalojadas, tendo destruído infraestruturas vitais incluindo estradas e centrais elétricas. Além disso, foram registados mais de 700 casos de danos em património cultural. Muitos edifícios patrimoniais sofreram danos estruturais de nível baixo ou moderado devido ao sismo. Em certas zonas da área afetada, as ondas do tsunami varreram completamente estruturas e coleções históricas e vernaculares.

Mais para o interior, fora do alcance do tsunami, um local de armazenamento de bens arqueológicos e ainda outros bens do património cultural móvel foram danificados por uma inundação provocada por danos numa barragem. O património móvel também foi contaminado pela radiação nuclear, o que, por sua vez, atrasou a sua recuperação. O corte de energia na área afetada expôs o património cultural constituído por materiais orgânicos que ficaram molhados, tais como a madeira e o papel, ao risco de bolor e a outras formas de biodeterioração.

[Ver referências na página 158 e 159.](#)

- 4 Identifique o nível de risco (baixo, moderado ou alto) em cada relatório de risco, baseando-se na natureza e na probabilidade dos perigos primários e secundários, bem como no tipo de impacto que poderá ter na segurança das pessoas e nos bens culturais. Por exemplo, na sequência de um sismo, o risco de colapso dos edifícios durante as réplicas, devido a fendas estruturais, é elevado. Contudo, o risco de colapso no caso de inundações localizadas, causadas por uma combinação de chuvas fortes e infiltrações de água através de uma pequena fenda no teto do mesmo edifício, é relativamente baixo.

Veja a página 14 do Guia Prático para formulários e outros recursos para o/a ajudar a avaliar os riscos imediatos.





Compilação de dados

- 1** Após as avaliações no local, digitalize sistemática e imediatamente os formulários e os esboços das diversas avaliações do patrimônio cultural. Isso ajudará a prevenir a perda de dados e permitirá a partilha da informação num formato mais fácil de utilizar. Deverá planejar a digitalização dessa informação pelo menos uma vez por dia, pelo que deverá ter um método de digitalização e um processo de trabalho a funcionar antes do início dos trabalhos de campo. Cada componente ou bem patrimonial deverá ser facilmente identificável através de um número de identificação individual (ver Guia Prático, página 42).
- 2** Para as entrevistas com as partes interessadas: recolha as notas ou a transcrição das entrevistas e armazene-as juntamente com os outros dados. Não se esqueça de mencionar o nome da fonte, a data e o local da entrevista e, se possível, uma forma de contactar o entrevistado.
- 3** Descarregue as fotografias da máquina fotográfica e associe-as à cópia digital das plantas do edifício usando os números de referência. Em alternativa, remova o nome ou o número do ficheiro gerado pela máquina e substitua-o por um nome de ficheiro que indique o local, a data e o tipo de danos sob a forma de códigos abreviados. Isto é especialmente importante no caso das avaliações que abrangem vários locais e/ou que são realizadas em diferentes fases. Assegure-se de que os nomes e os códigos dos ficheiros são coerentes e compreendidos por todos os envolvidos na avaliação e na compilação de dados.
- 4** Associe os dados do formulário de avaliação ao mapa do local, às plantas do edifício e às fotografias dos danos, compilando-os num ficheiro único.
- 5** Se não foi possível fazê-lo no local, prepare os seus relatórios sobre os riscos e identifique o nível de risco em cada relatório.
- 6** Registe, categorize e armazene numa base de dados padronizada todos os dados recolhidos no local, para facilitar o acesso e a sua análise.



Ferramenta de compilação e visualização

Para repertoriar o património construído ou cultural, pode ser muito útil ter uma aplicação de **Sistemas de Informação Geográfica (SIG)** instalada no seu telemóvel ou tablet para o registo e a documentação no local. Os formulários de avaliação de danos e riscos podem ser preenchidos sem ligação à internet dentro da ferramenta SIG e as fotografias anexadas diretamente, para que todos os formulários e fotografias possam ser mantidos juntos. Assim que o seu telemóvel estiver ligado à internet, os formulários e as fotografias serão exportados diretamente para uma base de dados central. É importante notar que deverá personalizar quaisquer aplicações que escolha para registar, compilar e visualizar dados e que será necessário informar as suas equipas de avaliação sobre como as utilizar no terreno.

Ver referências na página 157.



Preparar o relatório de avaliação

Com base na inspeção no local prepare um relatório de avaliação consolidado que inclua as seguintes informações:

- A importância dos bens patrimoniais afetados (local histórico/coleção/tradição).
- O tipo de catástrofe ou de conflito. O que aconteceu? Quando? Como é que envolveu o património cultural?
- A descrição dos danos no património cultural imóvel e móvel bem como dos efeitos da catástrofe no património cultural imaterial. Inclua uma breve descrição do tipo de danos/efeitos, a localização (com referência ao mapa de base, ao mapa do local e à planta ou esboço sempre que possível) e as possíveis causas. Inclua uma fotografia ilustrativa dos danos. Para o património cultural imaterial, a descrição poderá incluir detalhes sobre os aspetos que foram afetados: elementos tangíveis, pessoas e/ou saberes/tradições.
- As perdas (se existirem) relativamente às pessoas, a rendimentos específicos e/ou às infraestruturas em causa, bem como aos efeitos negativos a longo prazo das perdas no património cultural afetado.

- Os relatórios dos riscos com base na identificação de perigos, vulnerabilidades e consequentes riscos para os diferentes tipos de bens patrimoniais.
- As medidas imediatas de segurança e de estabilização a implementar no local necessárias para cada bem patrimonial.
- Os recursos necessários para proteger e estabilizar os bens patrimoniais afetados, juntamente com uma calendarização das operações.

O relatório deve mencionar a data, o(s) autor(es), os nomes e os contactos de todas as pessoas envolvidas nas avaliações no local, bem como as suas responsabilidades. Deve ainda mencionar os nomes de todas as pessoas que foram entrevistadas durante as avaliações.



Atualizar o plano para a implementação de ações no local

Um relatório consolidado de avaliação de danos e riscos pode ser utilizado para a elaboração do plano de implementação das **medidas de segurança e de estabilização no local identificadas durante a análise da situação** (ver página 37). Este relatório é particularmente útil para priorizar ações específicas no local - por exemplo, cobrir temporariamente elementos estruturais danificados e expostos. Também ajuda a determinar o tipo de recursos e de conhecimentos necessários para estabilizar cada um dos bens patrimoniais afetados.



Avaliação das Necessidades Pós-Catástrofe (PDNA)

O objetivo do PDNA é conduzir uma avaliação das necessidades e desenvolver uma metodologia de recuperação que irá fundamentar os pedidos conjuntos de financiamento de emergência (por exemplo, apelos humanitários urgentes) e que pode servir de base para o estabelecimento de prioridades de recuperação a nível nacional, e dos próprios fundos. Uma vez que o PDNA se destina a fornecer informações para fundamentar os apelos de angariação de fundos, é geralmente realizado no prazo de quatro a seis semanas após a catástrofe.

O resultado mais direto do PDNA é um relatório com duas partes: a **avaliação das necessidades** e a **metodologia de recuperação**. Este relatório é um conjunto de diferentes relatórios sectoriais, incluindo um para a cultura.





O PDNA é um processo liderado pelo governo e conduzido em conjunto com os parceiros da ONU. Dependendo do contexto e do impacto de uma catástrofe nas **capacidades** governamentais, o governo poderá solicitar à ONU que assuma a liderança. Durante a avaliação, o PDNA conta com a ampla participação de organizações; comunidades e indivíduos; de organizações e peritos internacionais; do governo local; das comunidades afetadas e da liderança local (formal, tradicional e religiosa); dos Chefes de Segurança da Missão e do sector privado.

Na maioria dos casos, o PDNA para o sector cultural é conduzido pelo governo e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), juntamente com uma equipa de especialistas de diferentes áreas da cultura (arquitetos, engenheiros, museólogos, antropólogos, arqueólogos, etc.).

Foi incluído um **capítulo para avaliar o sector da cultura** no âmbito da componente social das diretrizes do PDNA.

O PDNA e a sua interação com as etapas da ajuda de emergência ao património cultural.

A forma como a **análise da situação** e a **avaliação no local de danos e riscos** interagem com o PDNA depende do momento de implementação de cada uma delas. Em princípio, uma pode facilmente orientar a outra, seja qual for a primeira a ser realizada. Uma vez que nem a ajuda de emergência nem o PDNA têm uma cronologia fixa, esta variará caso a caso.

Fonte: Elke Selter, Escola de Estudos Orientais e Africanos, Universidade de Londres, Reino Unido.

Ver referências na página 159.





Melhore a sua preparação para as avaliações de danos e riscos após o evento nos bens culturais.

Considere as seguintes questões:

- Preparou uma lista de todos os bens culturais e verificou se existe um mapa que mostre as suas coordenadas geográficas?
- Tem informações pré-evento específicas sobre os bens culturais, tais como inventários, plantas dos edifícios, fotografias e relatórios do seu estado?
- Preparou um modelo de formulário de avaliação de danos e riscos adaptado para cobrir os diferentes tipos de bens culturais na sua área?
- Já identificou os profissionais do património cultural e os gestores de emergências que poderão realizar as avaliações de danos e riscos na sua área?
- Testou o seu modelo de formulário com a equipa de avaliação e desenvolveu um sistema de compilação e visualização de dados em conjunto?
- Tomou medidas institucionais para financiar as avaliações no local de danos e riscos após o evento?
- Assegurou a ligação com a instituição local encarregada da gestão de emergências e tomou medidas para coordenar as avaliações de segurança dos sítios do património cultural?

O que se segue à avaliação no local de danos e riscos?

NA SEQUÊNCIA DE UMA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA na sua área, você e a sua equipa de ajuda de emergência ao sector cultural realizaram uma **análise da situação** e uma **avaliação no local de danos e riscos** relativa ao património cultural afetado. Ambas as etapas foram levadas a cabo em coordenação com os serviços de emergência e com a participação das partes interessadas e da comunidade local. Conseguiu, assim, identificar as estruturas, os objetos e o património cultural imaterial a serem protegidos e estabilizados em primeiro lugar.

Como irá proceder?

Continue a ler para saber.

ETAPA 3

SEGURANÇA E ESTABILIZAÇÃO



O que são a segurança e a estabilização?

As ações que estabilizam o património cultural afetado e que previnem o aparecimento de novos danos e mitigam as perdas através da redução do risco denominam-se de ações de segurança e de estabilização.

Estas medidas são temporárias e destinam-se a garantir a estabilização estrutural do património cultural danificado durante uma emergência, até que seja possível realizar uma intervenção de conservação/reabilitação definitiva.

As medidas de segurança e de estabilização dependem do contexto e nem sempre seguem uma sequência específica. No entanto, para que uma intervenção seja bem-sucedida, é crucial que sejam feitos o registo e a documentação cuidada do bem patrimonial e das medidas implementadas para o estabilizar e proteger.



Exercício prático de estabilização de emergência integrado numa formação em Shouf, Líbano, 2014. Fotografia: ICCROM-ATHAR

As medidas básicas de segurança e de estabilização incluem:

- A colocação de uma vedação na envolvente do local ou da coleção afetados.
- Instalação de cobertura temporária (Ver Guia Prático, página 73) que proteja os elementos construídos, os fragmentos e os objetos expostos.
- A **evacuação após o evento** de objetos do património cultural para um outro local temporário e mais seguro.



- A **recuperação** de coleções do património cultural, de fragmentos de edifícios e de decorações danificados. Esta medida inclui a estabilização e a triagem através da limpeza das superfícies e/ou a secagem de objetos.
- Providenciar um espaço de **armazenamento temporário que seja seguro e protegido** para salvaguardar objetos do património cultural evacuados.
- A **secagem** de um edifício ou de uma estrutura no rescaldo de uma inundação.
- O **escoramento** de uma parede ou de outro elemento estrutural que garanta um suporte temporário.



As medidas de segurança e de estabilização do património cultural imaterial são diferentes das acima mencionadas. Para o património cultural imaterial, a continuação da tradição ou do sistema de saberes que fiquem ameaçados na sequência imediata de uma catástrofe ou conflito é considerada mais importante. Para mais pormenores, consultar a secção sobre a segurança do património cultural imaterial.

Quem pode implementar as medidas de segurança e de estabilização?

Os elementos com formação na **ajuda de emergência ao sector cultural** e os especialistas em património cultural com experiência prévia na sua segurança em situações de emergência



Soldados da paz da ONU a apoiar uma operação de resgate de património cultural no Le Centre d'Art no Haiti, 2010. Fotografia: ICCROM

podem identificar, hierarquizar e ajudar na implementação das medidas de segurança e de estabilização. Estes profissionais incluem, entre outros: conservadores-restauradores, arqueólogos, curadores, arquivistas, engenheiros de estruturas, arquitetos de conservação, antropólogos e especialistas em património cultural imaterial.

Os **militares, os bombeiros e as equipas de busca e salvamento** são frequentemente treinados para realizar a estabilização de emergência de estruturas. No entanto, podem não conhecer as estruturas históricas e os seus mecanismos específicos de colapso, pelo que, sempre que possível, devem procurar o conselho de um engenheiro de estruturas e de um arquiteto especializado em conservação. As equipas de emergência também podem facilitar e ajudar nas operações de evacuação e de salvamento após o evento. Em situações em que o acesso é limitado ou as estruturas não são seguras, os militares ou os bombeiros poderão ajudar a resgatar objetos utilizando equipamento especializado.

Para uma implementação em grande escala, os voluntários e membros das comunidades locais devem ser envolvidos ativamente e formados para concretizarem, sob supervisão, ações específicas de segurança e de estabilização. Estas medidas podem incluir a documentação, o transporte de objetos, a classificação de detritos, a preparação de **escoramentos** e a realização de inventários.

Cada emergência é diferente e requer uma resposta adaptada a cada caso. Por conseguinte, mesmo os voluntários com formação devem ser orientados para implementarem ações específicas. No entanto, a fim de prestar uma ajuda de emergência atempada e consistente, é essencial dar formação aos profissionais do património cultural, aos serviços de emergência e aos voluntários antes da catástrofe.





Formação na ajuda de emergência ao património cultural no Mediterrâneo: o projeto PROMEDHE

O PROMEDHE (Proteção do Património Cultural Mediterrânico durante Catástrofes) é uma iniciativa multiparceiros do Departamento de Proteção Civil italiano, financiado pela Direção Geral da Comissão Europeia da Proteção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária Europeias (DG ECHO). No âmbito desta iniciativa, o ICCROM foi convidado a formar equipas constituídas por um leque de profissionais da proteção civil e do património cultural oriundos de cinco países da região mediterrânica. O objetivo consistiu no desenvolvimento da capacitação e dos procedimentos operacionais comuns para a ajuda de emergência ao património cultural na sequência de catástrofes naturais. Consequentemente, os países participantes realizaram seminários nacionais para formar profissionais da proteção civil, do património e outros voluntários, reforçando a sua capacitação nacional para implementar intervenções de emergência em grande escala no âmbito do património cultural.

Ver referências na página 164.



Città di Castello, Itália, 2017. Fotografia: PROMEDHE e ICCROM.

Como implementar medidas de segurança e de estabilização do património cultural móvel e imóvel?

As medidas de segurança e de estabilização do património cultural dependem do contexto e variam em função dele. No entanto, as seguintes ações podem contribuir para a boa execução de medidas específicas, independentemente do tipo de património afetado e da natureza da emergência.

Proteger o local

Antes de iniciar ações para estabilizar o património cultural móvel ou imóvel num determinado local, deve certificar-se de que é seguro entrar. Todas as pessoas envolvidas nas ações devem ser **informadas sobre os riscos** e receber equipamento de proteção individual apropriado (ver Guia Prático, página 10). As seguintes ações ajudarão a garantir que o local é seguro para iniciar o trabalho:

- 1 Instale barreiras de segurança.** Uma vez concluída a avaliação no local de danos e riscos, isole todas as áreas consideradas inseguras e instale barreiras de segurança e de proteção na envolvente do local afetado ou da coleção.



Barreiras e sinalização de perigo ajudam a alertar as pessoas e a proteger uma igreja gravemente danificada nas Filipinas, 2013. Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM





Em caso de dúvida sobre o risco de colapso de um elemento suspenso ou de um elemento estrutural, crie uma zona-tampão circular em torno do elemento, assegurando-se de que seu o raio é igual à altura do elemento em questão.

- 2 Verifique as redes de abastecimento.** Quando aplicável, verifique se as redes de gás, de eletricidade e de água do local podem ser utilizadas em segurança.
- 3 Afixe sinalização.** Coloque sinalização apropriada em torno das áreas de acesso limitado. A sinalização deve ser grande, claramente visível e facilmente reconhecida por toda a gente.
- 4 Proteja as passagens.** Identifique os percursos e as vias de acesso e assinale-as claramente num mapa e numa planta do edifício (se disponível). Se for seguro, remova os destroços que estão no caminho para melhorar o acesso. Isto pode implicar a remoção de elementos não estruturais instáveis e suspensos, tais como telhas, chaminés e painéis de madeira, ou tomar medidas para assegurar a segurança do pavimento se existirem furos grandes.



Antes de remover elementos salientes ou fragmentos de uma estrutura histórica, certifique-se de que regista a sua posição e o tipo de elementos ou de fragmentos, bem como a gravidade dos danos. Tire fotografias (uma de primeiro plano e uma de plano geral) e registre a localização dos elementos ou dos fragmentos num mapa do local/planta do edifício. Em caso de dúvida quanto à remoção de elementos estruturais, pergunte a um engenheiro de estruturas como fazê-lo em segurança.

- 5 Providencie uma cobertura temporária.** Em caso de colapso estrutural, tanto as estruturas como os objetos do património cultural ficam expostos e devem ser protegidos temporariamente até que possam ser implementadas novas medidas. Veja como providenciar uma cobertura temporária no Guia Prático, página 73.
- 6** Se expostos, as argamassas e os materiais culturais orgânicos podem deteriorar-se rapidamente. Cobrir uma pilha de objetos do património cultural que estão expostos é uma medida **estritamente provisória** que não deve durar mais do que alguns dias.
- 7 Remova os resíduos perigosos.** Na sequência de uma catástrofe natural ou de um evento provocado por conflitos, os sí-

tios patrimoniais podem conter materiais e resíduos perigosos: por exemplo, explosivos, produtos químicos, petróleo, tubos de PVC, isolamentos ou materiais ignífugos. Nestes casos, identifique e consulte uma instituição especializada que será responsável pela eliminação segura do material encontrado, antes de implementar qualquer outra medida no local.



Como tornar seguro um local inundado

Em caso de inundação, a avaliação no local de danos e riscos deve incluir uma consulta a especialistas que possam classificar a água da inundação - por exemplo, será água potável (segura para beber), cinzenta ou negra? Quando a água é classificada como cinzenta ou negra, o risco de contaminação biológica é elevado, uma vez que pode conter produtos químicos e/ou esgotos. Nestes casos, é importante descontaminar o local de acordo com os especialistas e isolar os materiais históricos contaminados, colocando-os em recipientes selados ou em sacos de plástico.

[Ver referências na página 161.](#)

8 Assegure-se de que as estruturas e as superfícies molhadas ficam completamente secas.

No caso de um edifício, uma estrutura ou uma superfície decorativa sofrer danos significativos devido à água, é importante secá-la a fim de prevenir:

- a. a distorção e o apodrecimento de elementos em madeira;
- b. fissuras no gesso;
- c. o crescimento de bolores;
- d. manchas;
- e. a migração de sais.

É essencial não tentar secar estruturas antigas demasiado depressa. As alterações rápidas nos níveis de humidade podem danificar os elementos finos em madeira, aumentar a migração de sais nas paredes e resultar em fissuras no gesso. Para secar as estruturas e as superfícies molhadas:

- Verifique e limpe qualquer bloqueio nos esgotos, para expelir a água. Em superfícies inclinadas, remova os detritos que possam impedir a água de drenar.
- Utilize baldes e bombas para remover a água retida.





A ocorrência de danos graves é mais provável em edifícios expostos à ação de correntes rápidas (por exemplo, em encostas ou perto de uma barragem danificada), em que o nível da água no interior do edifício seja (ou tenha sido) superior a 1 metro de altura, ou em que as paredes estruturais sejam feitas em arquitetura de terra. Neste caso, peça a ajuda de um engenheiro de estruturas para avaliar os danos estruturais ou a necessidade de medidas de estabilização estrutural antes de bombear a água.

- Remova a lama e os detritos, uma vez que retêm a humidade e retardam o processo de secagem. Não espere que a lama e os detritos sequem. A lama é mais segura e mais fácil de remover quando húmida.
 - Evite soluções de limpeza que retenham a humidade ou obstruam o seu movimento dentro de materiais históricos.
 - Remova tapetes molhados e revestimentos de chão/parede.
 - Afaste os móveis das paredes e remova os objetos pendurados nas paredes, para acelerar o processo de secagem. Ver a **evacuação após o evento** na página 80.
 - Se possível, remova os elementos metálicos que estejam em contacto com o gesso molhado, para evitar manchas e ferrugem.
 - Assegure-se de que as aberturas de que necessita para secar o edifício não estão bloqueadas. Para mais informações, consulte o Guia Prático, página 92.
- 9 Escolha** e crie espaços para trabalhar e para armazenar temporariamente os objetos, fragmentos e elementos decorativos do património cultural.

Outras ações de segurança e de estabilização

Com a ajuda da sua equipa, recolha os materiais necessários e implemente outras ações de segurança e de estabilização já identificadas. Estas podem incluir:

- A evacuação após o evento
- O resgate
- A estabilização de emergência de estruturas históricas

Ver as secções seguintes para descrições detalhadas de cada uma destas medidas.

Poderá ter de implementar várias medidas de segurança e de estabilização num local do património cultural afetado.

Evacuação após o evento

As evacuações após o evento são necessárias quando um edifício ou uma estrutura que contém objetos do património cultural é declarado inseguro para utilização, mas suficientemente estável para evacuar objetos. A evacuação envolve o registo e a **documentação**, a **embalagem** e o **transporte** de objetos para um local seguro e temporário.

As evacuações após o evento podem envolver a assistência técnica de bombeiros e/ou militares ou elementos da proteção civil, uma vez que são treinados para evacuar pessoas de edifícios em situação instável. No entanto, precisam de orientação sobre o que evacuar e para onde, bem como instruções sobre a manipulação segura de objetos do património cultural.





Lições retiradas da evacuação após o evento do Museu do Palácio Hanuman Dhoka: Nepal

Após o sismo de 2015 em Catmandu no Nepal, zonas do Palácio Hanuman Dhoka, que albergavam um museu, foram declaradas inseguras para utilização devido a danos estruturais significativos. Os funcionários do museu solicitaram o apoio do Exército Nepalês para evacuar o Trono Dourado e outros artefactos importantes. No momento da evacuação, não havia qualquer inventário disponível a indicar a localização de cada objeto. Assim, os militares estiveram mais tempo no interior do edifício do que o considerado seguro, para localizar os objetos de maior importância. Durante a evacuação do Trono Dourado tiveram dificuldades em fazê-lo passar pela porta do último andar. Consequentemente, foi necessário desmontar partes do trono para que este fosse retirado do edifício.



Exército nepalês a evacuar um objeto do museu. Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.

O Diretor e o Responsável pelo Registo e pela Documentação do Museu estiveram no local para prestar assistência e assumir oficialmente a responsabilidade pelos objetos evacuados. Depois de terem sido evacuados do edifício, o Trono Dourado e outros objetos foram mantidos no pátio do palácio até ser encontrado um local mais seguro, alguns dias depois. O exército garantiu a sua segurança guardando-os 24 horas por dia.





Lições-chave a serem extraídas desta experiência:

- Para uma melhor preparação de evacuações após o evento, devem ser disponibilizadas várias cópias das plantas do edifício aos serviços de emergência, indicando claramente a localização e as dimensões dos objetos mais importantes. No entanto, para garantir a segurança dos objetos, estas plantas devem permanecer confidenciais e apenas acessíveis ao grupo de elementos de primeira intervenção.
- A evacuação de objetos do património cultural só deve ser realizada se existir um local temporário mais seguro e se a logística necessária para a operação estiver pronta.
- É indispensável formar previamente os serviços de emergência e os profissionais do sector do património cultural responsáveis por coleções em técnicas de manuseamento, embalagem, registo e documentação, e de transporte de objetos durante uma emergência.

Ver referência na página 166.



Como proceder à evacuação após o evento?

A metodologia a seguir representada para a evacuação pós-evento foi extraída do manual de evacuação de emergência pré-evento **Patrimônio em Risco: Evacuação de Emergência de Coleções Patrimoniais**. Lembre-se que a decisão de evacuar objetos de um local inseguro deve ser tomada com base numa **avaliação no local de danos e riscos após o evento**.





Obter autorização

Antes de evacuar os bens culturais, obtenha a autorização do responsável pelos bens e assegure-se de que ele, ou os funcionários da instituição, está presente no local para aconselhar e supervisionar toda a operação.



Registo e Documentação. É necessário um documento formal de autorização a declarar que o responsável pelos bens deu autorização para que “x” número de pessoas de ajuda de emergência ao sector cultural evacuem “x” número de objetos e os transportem para um local seguro (especificar o nome exato do local e as suas coordenadas geográficas). Este documento deve ser assinado pelo responsável dos bens e conter outros pormenores importantes, tais como a data, a hora e o local.



Preparar

- 1 Reúna uma equipa** para a evacuação. Deve incluir todos os funcionários que estão diretamente encarregues da coleção a ser evacuada. Eleja um chefe de equipa que possa explicar o âmbito e os objetivos da operação e atribuir tarefas específicas aos outros membros. Estas tarefas incluem:
 - o registo e a documentação;
 - o manuseamento e a embalagem;
 - o transporte de objetos;
 - a organização do espaço de armazenamento temporário;
 - a logística, tais como materiais, alimentos, água, etc;
 - a comunicação no seio da equipa e com os intervenientes externos e as partes interessadas.
- 2 Com base nos resultados da avaliação no local de danos e riscos**, identifique e prepare:
 - a. Uma via de evacuação segura para o transporte de objetos dentro e fora do edifício afetado.
 - b. Uma **zona de triagem e de embalagem** ou uma sala suficientemente grande para acomodar pelo menos duas áreas de trabalho para a triagem, o registo e a documentação, e a embalagem de objetos.
 - c. Uma **área segura** para o armazenamento temporário dos objetos, no próprio local ou noutra local.



Ao selecionar um espaço seguro para o armazenamento, certifique-se que:

- é suficientemente grande para acomodar a quantidade de objetos que têm de ser realocados;
- está limpo e não tem qualquer infestação de pragas ou bolores;
- está bem ventilado e não está molhado ou húmido;
- está protegido contra o roubo e o vandalismo;
- é acessível através de um percurso que permitirá o transporte seguro dos objetos;
- se necessário, os objetos poderão ser deixados no espaço de armazenamento por um período indeterminado.



3 Recolha informações e documente

- a. Quando disponível, obtenha a **lista dos objetos prioritários** que devem ser evacuados primeiro. Caso contrário, peça à equipa de registo e de documentação para consultar os registos anteriores, a fim de preparar uma lista de objetos baseada no valor, na vulnerabilidade e na facilidade de manuseamento ou de transporte. Caso não tenha essa lista, consulte os responsáveis da instituição ou os seus funcionários para preparar uma lista de objetos prioritários. Ver o Guia Prático, página 55.
- b. Obtenha cópias das plantas do edifício do qual os objetos devem ser evacuados. Identifique e assinale nas plantas a localização física dos objetos a serem evacuados, utilizando os **códigos de localização** existentes. Se esses códigos não existirem ou forem inconsistentes, a equipa de registo e de documentação deverá atribuir **novos códigos de localização** que sejam consistentes e fáceis de compreender. Ver como criar códigos de localização na página 42 do Guia Prático.
- c. Após assinalar os códigos de localização nas plantas do edifício, identifique os espaços e o mobiliário com os códigos de localização, se tiver tempo. Assegure-se de que as etiquetas estão bem visíveis.

- d. Prepare um inventário para efeitos de evacuação. O registo e a documentação anterior, se disponíveis, poderão ser úteis para esta tarefa. Se não tiver um inventário já preparado, pode criar um utilizando o modelo fornecido.

Número de registo	Número anterior	Número de identificação individual atribuído	Tipo de objeto	Materiais	Dimensões: comprimento, largura, altura	Peso	Código original de localização	Número de referência da fotografia ou da planta do edifício	Nova localização	Número de referência da fotografia ou da planta do edifício
										
Por ordem crescente, do 1 até ao último objeto deslocado, indique o número de objetos evacuados.		Este campo destina-se a registar o número de identificação individual atribuído ao objeto para efeitos de evacuação.	Tipo de objeto: utilize este campo para descrever brevemente o objeto, por exemplo, um manuscrito ilustrado, uma escultura, um vaso, etc.	De que é feito o objeto, por exemplo vidro, cerâmica, metal, têxtil, etc.		Preencha o peso do objeto. Se não tiver uma balança disponível, utilize símbolos como + para indicar o peso. Por exemplo, se um objeto puder ser facilmente manuseado e transportado por uma pessoa, use +; do mesmo modo, se forem necessárias duas pessoas para o levantar, use ++ e +++ se for necessário equipamento especial para o levantar e transportar.	Indique o código de localização original do objeto.	Este campo deve ser preenchido quando a evacuação estiver concluída e os objetos forem movidos para o novo local mais seguro.		Todas as fotografias e plantas do edifício devem ter um número de referência.

- 4 Reúna materiais** para a embalagem e o transporte das coleções. Para uma lista exemplificativa de materiais, consulte o Guia Prático, página 67.
- 5 Crie zonas de trabalho** para classificar, registar e documentar, e embalar objetos na área segura delimitada no local (identificada na sua avaliação no local de danos e riscos).



Recuperar



Registe e documente: antes de transportar os objetos para a área de triagem e de embalagem, registre o código de localização numa etiqueta colocada no suporte/na caixa utilizado(a) para transportar o objeto. Em alternativa, uma pessoa da equipa de registo e documentação poderá acompanhar a equipa de transporte e registar os códigos de localização no inventário elaborado para a evacuação.



Embarcar & Deslocar

- 1 Desloque os objetos** para as áreas de triagem e de embalagem; organize os objetos recuperados por tipo de material.
 - Atribua um **número de identificação individual** a cada objeto. Este número é diferente do código de localização, uma vez que identifica cada objeto individual dentro de um determinado local. Numere os objetos por ordem crescente ou utilize uma combinação de letras e números.



Como criar um número de identificação individual

Antes de transportar um objeto para outro local, dê-lhe um número de identificação individual para que possa acompanhar o seu movimento durante a operação de evacuação. Certifique-se que o sistema de numeração desenvolvido para efeitos de evacuação é simples, uniforme e compreendido por todos os envolvidos. Podem ser apenas números em ordem crescente (por exemplo 01, 02) ou uma combinação de letras e números (por exemplo A001, A002). Para mais informações, consulte o Guia Prático, página 43.

- b. Coloque uma etiqueta a indicar tanto o código de localização como o número de identificação individual no suporte secundário, ou seja, no cartão, na bandeja ou na caixa individual utilizada para transportar o objeto.
 - c. Complete o **inventário de evacuação** e anote quaisquer **números de registo** (se encontrados no objeto), o material, o tamanho, o peso, e quaisquer outros critérios de registo e documentação.
- 2** Transporte os objetos, juntamente com as suas etiquetas fixadas aos suportes secundários, para o espaço de trabalho preparado e embale-os (ver Guia Prático, página 49). Assegure-se que os objetos embalados vão acompanhados de uma cópia do **inventário** completo **da evacuação**.



Museu Nacional do Nepal, Catmandu, Nepal, 2016. Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.

- 3** Ao embalar objetos, assegure-se que as etiquetas com os números de identificação individual e os códigos de localização se mantêm no lugar. Os suportes da embalagem devem também ter estas etiquetas. Para mais informações, consulte as diretrizes para a embalagem de objetos no Guia Prático, página 49.



Embalagem de objetos no Museu Nacional do Nepal, Catmandu, Nepal, 2016.

- 4 Assegure-se que, pelo menos, um membro da equipa de registo e documentação está a acompanhar a colocação dos objetos nas várias caixas, preenchendo uma **ficha de controlo do percurso**. Esta ficha é utilizada para garantir que todos os objetos chegam ao novo local de armazenamento temporário. Prepare várias cópias da ficha de controlo do percurso (ver exemplo abaixo).

Ficha de controlo do percurso

Número de registo	Número de caixa	Número total de artigos numa caixa	Instruções de manuseamento /transporte	Expedido por	Data	Número do transportador /veículo	Data da receção	Número de caixa	Número total de artigos numa caixa	Recebido por
1	12	20	Vidro: manusear com cuidado	Abdel Hamid, curador	25 Janeiro	xxx256	25 Janeiro	12	20	xxx responsável pela reserva
...

- 5 Uma vez embalados, todos os objetos podem ser transportados para a nova localização. O pacote de objetos deve incluir cópias do inventário da evacuação e a ficha de controlo do percurso.



Relocalizar

Enquanto uma parte da equipa está envolvida na recuperação, no registo e na documentação, e na embalagem dos objetos, a restante equipa pode concentrar-se na preparação do espaço de armazenamento temporário.

- 1 Comece a pensar na forma mais apropriada de organizar os objetos no novo espaço.



- 2 Atribua códigos de relocalização: desloque o mobiliário disponível, se necessário, e atribua códigos de localização a armários e prateleiras para marcar os novos locais dos objetos. Certifique-se de que isto é feito antes da chegada dos objetos. Para mais informações consulte o Guia Prático, página 41, para ver como preparar os códigos de realojamento no armazenamento temporário.



Armazenamento temporário, Itália Central, 2017. Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.

- 3 Pode não ser possível adquirir móveis ou prateleiras adequadas ao armazenamento durante uma evacuação de emergência. Utilize paletes e/ou lonas para evitar o contacto direto entre os recipientes de armazenamento e o chão. Se forem utilizadas paletes de madeira, verifique que não estão infestadas com insetos ou bolor.

- 4 Faça o registo oficial da entrada dos objetos no novo armazém temporário utilizando a ficha de controlo do percurso. Em seguida, verifique o inventário de evacuação de emergência que o acompanha e separe os objetos de acordo com o tipo de material e o tamanho.

Coloque os objetos embalados em prateleiras ou em paletes limpas ou noutros móveis disponíveis. Tente manter os objetos frágeis fora do chão e coloque-os num extremo da sala, fora do alcance. Da mesma forma, os objetos grandes ou pesados devem ser colocados juntos noutra extremidade da sala, para libertar espaço para a movimentação e a organização dos objetos mais pequenos.

- 5 Para documentar a posição física de cada objeto no novo armazém temporário, registe o número da caixa e o número da prateleira no campo “nova localização” do inventário.
- 6 Implemente medidas de segurança adequadas no novo local de armazenamento temporário, para evitar roubo e vandalismo. Se necessário providencie seguranças.



Em áreas de conflito ativo é importante monitorizar constantemente a segurança, para que, se necessário, haja tempo suficiente para mover os objetos para um outro local.



Reportar

Entregue o inventário atualizado com os novos locais dos objetos aos responsáveis pelos bens, juntamente com um relatório que resuma toda a operação de evacuação. Este relatório deve conter: as fotografias que documentam as principais etapas da operação; detalhes dos materiais utilizados para embalar os objetos; informações relativas aos custos incorridos; e informações de contacto da equipa envolvida na evacuação. Este inventário deve ser assinado pelo chefe da equipa que supervisionou a operação.



Monitorizar

Desenvolva uma rotina de limpeza e de monitorização do novo espaço de armazenamento temporário, a fim de prevenir pragas, incêndios, água ou quaisquer outros agentes que possam causar danos aos objetos.



Resgate

Após a conclusão da evacuação após o evento, o patrimônio cultural danificado precisa de ser estabilizado. O resgate é a recuperação sistemática dos objetos do patrimônio cultural danificados, dos fragmentos dos edifícios e dos elementos decorativos de um local afetado por uma situação de perigo.

O resgate do patrimônio cultural móvel envolve um processo de evacuação semelhante ao processo de trabalho para a evacuação após o evento, com a inclusão de medidas adicionais para a triagem e a estabilização dos bens culturais, concebidas para evitar novos danos até que uma intervenção profissional possa ter lugar. Em caso de colapso parcial ou total de uma estrutura histórica, a recuperação incluirá também a triagem dos destroços, para recuperar elementos originais de pedra, tijolo ou madeira para serem utilizados na **reconstrução** futura.

Dependendo da emergência, pode considerar que é necessário proceder à evacuação e ao salvamento em conjunto; ou pode considerar que não há nada danificado no local afetado, mas que é necessária a evacuação após o evento para descontaminar o local.



Port-au-Prince, Haiti, 2010. Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.



O resgate de um arquivo histórico inundado: Chile

Em junho de 2016, chuvas fortes e fora da época provocaram inundações repentinas em extensas zonas de Talca, uma cidade a 250 quilômetros a sul de Santiago. Problemas no sistema de drenagem resultaram na inundação de um centro de documentação na cave de um edifício da Universidade de Talca, que albergava uma importante coleção de manuscritos antigos e de partituras originais. A água subiu a uma altura de 50 centímetros antes de a chuva parar. Todos os livros e manuscritos localizados nas prateleiras inferiores, bem como os que estavam guardados em caixas no chão, ficaram encharcados afetando aproximadamente 5000 livros e manuscritos no total.

A água foi bombeada da cave e o chão foi seco o mais depressa possível, antes de se instalarem ventiladores e desumidificadores. Devido ao grande volume de objetos afetados, estes foram congelados até que pudessem ser devidamente secos. Os objetos foram priorizados de acordo com o grau de molhagem e organizados de modo a poderem ser secos ou congelados.

Uma empresa de exportação de fruta emprestou camiões frigoríficos e congeladores. Os livros molhados foram cuidadosamente separados e colocados em sacos de plástico individuais para os preparar para o congelamento, antes de os organizar em caixas para armazenamento. Os livros foram então transportados nos camiões para as instalações de congelação, onde foram armazenados durante dez meses a -24°C .

Os livros congelados foram retirados dos congeladores em pequenas quantidades e cuidadosamente descongelados. Finalmente, todos os livros e manuscritos foram descongelados e secos. Como resultado do planeamento para catástrofes e da subsequente resposta rápida, todos os objetos foram recuperados com sucesso.

Fonte: María Cecilia Rodríguez Moreno, Chefe de Conservação do Laboratório do Papel e dos Livros, Centro Nacional de Conservação e Restauro, Direção das Bibliotecas, Arquivos e Museus, Chile.

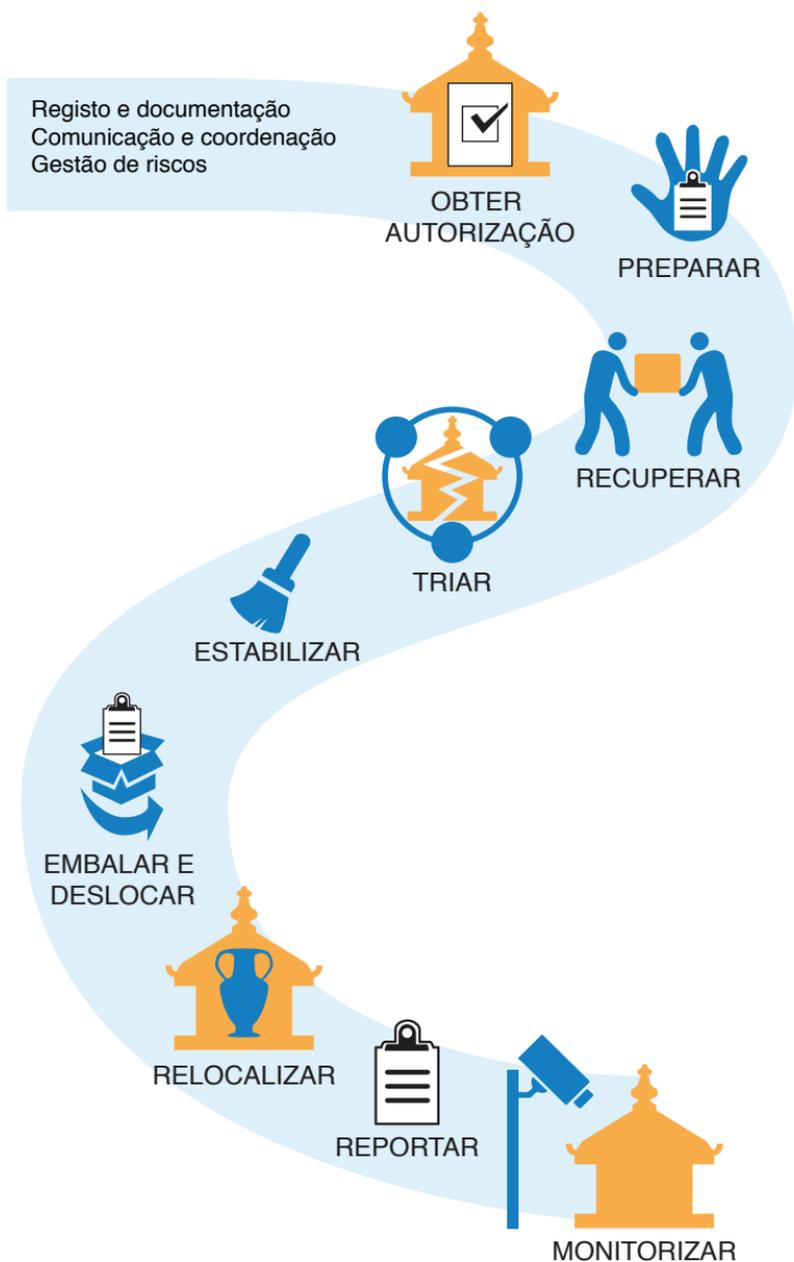
Ver referências na página 165.

Intercalação de páginas em livros molhados, Centro Nacional de Conservação e Restauro, Chile, 2016. Fotografia: Mariela Arriagada



Como realizar o resgate?

O processo de trabalho para o resgate





Obter autorização

Consulte as partes interessadas e obtenha a **autorização** (de preferência por escrito) para a operação de salvamento e de transferência dos objetos recuperados para um local temporário mais seguro, no próprio edifício ou num local externo.



Preparar

- 1 Informe a equipa:** reúna a equipa que estará envolvida na operação de resgate e:
 - garanta que todos os membros da equipa compreendem quais são as áreas de acesso interdito do local;
 - explique o processo de trabalho da operação de resgate;
 - eleja um chefe de equipa que supervisionará toda a operação de resgate.

Divida as pessoas em subequipas e atribua papéis de acordo com o nível de especialização e de interesse nas tarefas. As tarefas incluem o registo e a **documentação**, a **recuperação de objetos**, a **triagem**, a **estabilização**, a **embalagem**, o **transporte**, a **logística** e a **comunicação**. Se não tiver pessoas com formação suficiente disponíveis para a operação, dedique algum tempo a formar voluntários para ajudar nas tarefas que não exijam conhecimentos especializados.

- 2 Reúna materiais** de acordo com o tipo de objetos a resgatar, o tipo de danos sofridos e a natureza da situação de perigo. Por exemplo, se os objetos afetados forem feitos de materiais orgânicos e estiverem molhados e sujos, serão necessários materiais como malha de poliéster para o manuseamento e a secagem. Utilize as conclusões da avaliação no local de danos e riscos para selecionar os materiais de que necessitará. Para uma lista geral de materiais para o resgate, consulte a página 70 do Guia Prático.
- 3 Prepare o espaço:** crie uma área para realizar os tratamentos de estabilização e assegure-se de que cada área de trabalho tem espaço suficiente para tratar todos os objetos afetados. Cada área de trabalho deve concentrar-se num tipo de tratamento. Por exemplo, não efetue os tratamentos de limpeza a húmido e a seco na mesma área de trabalho, pois corre o risco de contaminar os objetos húmidos com sujidade adicional ou de molhar objetos secos, causando mais danos.





4 Registe e documente: prepare um sistema para registar, documentar e acompanhar os objetos a resgatar. O sistema de registo e documentação deve incluir três componentes principais:

- a. Um sistema de **registo do local** onde os objetos vão ser recuperados. Se tiver acesso à planta do edifício, utilize-a para identificar os espaços, usando o sistema de numeração atribuído na planta. Se o sistema de numeração na planta for pouco claro ou inconsistente, crie novos códigos de localização. Ver como criar um código de localização no Guia Prático, página 42.
- b. Se o edifício ou a estrutura tiver colapsado parcial ou totalmente e os objetos se encontrarem debaixo dos escombros, coloque uma grelha para mapear a localização dos objetos. A grelha pode ser maior ou mais pequena de acordo com o necessário. Para várias áreas com escombros em diferentes zonas dentro do mesmo local, crie tantas grelhas quantas forem necessárias e atribua números individualizados a cada grelha. Em seguida, localize-as num único mapa do local que indique o Norte. No caso de grandes zonas arqueológicas envolvendo recuperações em diversos locais, a grelha pode ser traçada num mapa ligado a uma ferramenta de **Sistemas de Informação Geográfica (SIG)**. Para mais informações, consulte o Guia Prático, página 11.
- c. **Um sistema de numeração dos objetos** recuperados (ver o Guia Prático, página 43). A fim de contar e de acompanhar os objetos, crie um sistema para atribuir um número de identificação individual a cada objeto e aos seus elementos.
- d. **Um formulário de registo de elementos resgatados.** Este formulário é utilizado para registar o número de objetos recuperados e para acompanhar o seu movimento durante a operação de resgate. Também fornece informações de apoio, tais como o número da fotografia de cada objeto, o número no inventário original e o número de referência na planta do edifício. Pode ser dividido em três partes, que podem ser preenchidas durante três fases diferentes da operação de resgate, nomeadamente: (i) a recuperação (ii) a triagem e a estabilização; e (iii) a embalagem e a realocação. Ver a página seguinte para exemplos.

1 RECUPERAÇÃO

Número de registo	Localização original	Número de identificação individual atribuído	Números anteriores

Por ordem crescente, do primeiro ao último objeto deslocado, indique o número de objetos recuperados.

Este campo indica o número de identificação individual atribuído ao objeto.

2a TRIAGEM E ESTABILIZAÇÃO

Proprietário/Instituição	Código de localização original	Tipo de objeto	Materiais	Dimensões: comprimento, largura e altura

Este campo indica o código de localização original do objeto recuperado. O código de localização original pode referir-se a um número na grelha ou a uma combinação da numeração atribuída às prateleiras, às salas e aos pisos, dependendo do sistema adotado para a atribuição de códigos de localização.

O campo 'Tipo de objeto' é utilizado para descrever brevemente os objetos.

De que é feito o objeto, por exemplo vidro, cerâmica, metal, têxtil, etc.

2b TRIAGEM E ESTABILIZAÇÃO

Peso	Número de referência da fotografia ou do desenho	Tipo de dano	Tratamento dado (a ser preenchido durante a estabilização)	Tratamento de estabilização executado por
------	--	--------------	--	---

'Número de referência da fotografia ou do desenho' refere-se à fotografia/ao desenho do objeto. Se não houver tempo suficiente para tirar fotografias de cada objeto no local, tire fotografias de um grupo de objetos com os seus números de identificação individual. Registe o número da fotografia. Este campo pode ser preenchido na fase de triagem ou no local de armazenamento temporário, dependendo do tempo disponível.

'Tipo de dano' indica resumidamente o estado físico do objeto, bem como o tipo e a extensão dos danos sofridos.

Indique o peso do objeto. Se não tiver uma balança disponível, utilize símbolos, por exemplo use + para indicar que o objeto pode ser transportado por uma pessoa, ++ para indicar que serão necessárias duas pessoas para transportar o objeto, e +++ para indicar que será necessário mais do que uma pessoa e equipamento especializado para transportar o objeto.

Este campo descreve o tipo de tratamento de estabilização dado ao objeto. Por exemplo, um objeto húmido e sujo pode ter de ser lavado antes de ser transferido para o armazenamento temporário. Estes tratamentos têm de ser executados por conservadores-restauradores e elementos de intervenção de emergência em património cultural devidamente treinados.

3 EMBALAR E RECOLOCAR

Transportado por	Data	Código de realocização
------------------	------	------------------------

Este campo indica o código de realocização atribuído a um objeto uma vez transferido para o armazenamento temporário. Este campo deve ser preenchido depois de todos os objetos terem sido transferidos.



Recuperar

No caso de um colapso estrutural, fragmentos e objetos dos edifícios históricos podem ficar soterrados sobre os escombros, o que é indesejável. Nesses casos, contacte o coordenador das intervenções de emergência ou o comandante das operações de socorro para se aconselhar sobre a sua remoção. Pode ser necessária maquinaria pesada, como uma escavadora. Peça o conselho do operador da máquina e de um engenheiro de estruturas para garantir que esses trabalhos são seguros.



A recuperação cuidadosa e sistemática de objetos num ambiente contaminado requer perícia e paciência. Trabalhe sempre em pares para evitar danos corporais e mais danos aos objetos do património cultural durante a sua recuperação.

Para recuperar os objetos de uma secção de um edifício ou de uma grelha:

- Retire primeiro os objetos pequenos, secos e intactos.
- Preveja suportes rígidos (tais como cartão denso ou tábuas planas de madeira) prontos para recuperar e transportar os objetos frágeis e danificados.
- Assegure-se de que há sempre pelo menos duas pessoas para recuperar objetos demasiado grandes ou pesados e certifique-se de que o objeto está devidamente apoiado.
- Se um objeto estiver partido, garanta que todos os fragmentos são recuperados e mantidos juntos. Para facilitar o manuseamento, coloque o objeto e os seus fragmentos num recipiente ou saco de plástico transparente.
- Mantenha os invólucros (molduras, caixas e suportes) de cada objeto com os seus objetos correspondentes.
- De acordo com a forma de registar e documentar escolhida, registre o código de localização original do objeto, atribua-lhe um número de objeto e anote o número total de objetos recuperados.



Ao remover fragmentos das grelhas, faça-o célula por célula, para evitar erros na etiquetagem da localização.





*Recuperação de objetos em operação de resgate em Port-au-Prince, Haiti, 2010.
Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM*



Recuperação de fragmentos e de elementos estruturais históricos

A recuperação no local de fragmentos de estruturas históricas, de revestimentos e de obras de arte pode ser um processo demorado e delicado. Utilize os resultados da **avaliação no local de danos e riscos** (ver página 63) para orientar a preparação do seu espaço de trabalho e da sua metodologia.

Antes de recuperar materiais históricos no local, considere o seguinte:

- O tipo de escombros e de materiais fragmentados que se espera encontrar no local.
- A importância dos materiais de construção e dos elementos decorativos originais ou das obras de arte in situ.
- Que peças de material de construção não são essenciais ou autênticas em relação à estrutura original ou ao património cultural? Que fragmentos podem ser reutilizados, substituídos ou deitados fora?
- De que tratamentos de **estabilização** necessitam os fragmentos antes do seu armazenamento?





No caso de ser necessário remover fragmentos históricos, certifique-se de que regista a sua localização original antes da remoção. A documentação ajuda a clarificar a posição original dos elementos estruturais ou do património cultural in situ, a fim de os reintegrar na estrutura durante o restauro. Também garante que os fragmentos não serão perdidos ou roubados durante a remoção. Crie um código de localização (ver o Guia Prático, página 42) com base na grelha através da qual recuperou os fragmentos e inclua documentação visual sempre que possível.

Uma vez recuperados os fragmentos, é possível prosseguir com o processo de trabalho de conservação utilizado para os bens culturais móveis.



Triar

A definição de prioridades é vital em operações de resgate em grande escala, nas quais milhares de objetos têm de ser recuperados e categorizados para tratamento num curto espaço de tempo. Isto pode ser feito de forma mais eficaz através de um sistema de triagem.

A triagem de objetos patrimoniais refere-se à classificação e à priorização das medidas de estabilização para os objetos recuperados, tendo por base três critérios:

- O **nível de danos** no património cultural.
- O **risco de mais danos**, se não houver estabilização.
- A **importância** ou o **valor** do objeto ou da estrutura patrimonial.

Determinar o valor de um objeto é complexo. Em situações de emergência, é melhor que seja realizada uma avaliação do valor durante as fases de **análise da situação** (ver página 30) e de **avaliação no local de danos e riscos** (ver página 42). Esta avaliação deve basear-se em registos institucionais existentes antes do evento, tal como um inventário ou o **número de registo**. Utilize o Guia Prático, página 55, para aprender a fazer a triagem quando desconhece o valor do objeto.



Durante a triagem dos objetos do património cultural recuperado, siga os passos listados abaixo:

- 1 Separe os objetos danificados dos não danificados.** Separe ainda os objetos secos dos molhados. Separe os objetos com bolor e sele-os em sacos ou recipientes de plástico e mantenha-os afastados dos outros. Assegure-se que, durante a triagem dos objetos, o código da sua localização original está sempre fixo ao elemento.



Triagem de objetos recuperados como parte de um exercício durante o curso internacional sobre Ajuda de Emergência ao Património Cultural em Tempos de Crise, Washington DC, EUA, 2016. Fotografia: ICCROM e Instituto Smithsonian

- 2 Agrupe os objetos de acordo com o seu estado físico, o tipo de material e o tipo de tratamento que requerem.** Por exemplo, os objetos feitos de papel ou têxteis que estejam secos, mas que necessitem de uma limpeza das superfícies, devem ser mantidos juntos. Da mesma forma, as cerâmicas e os vidros frágeis que não estejam danificados devem ser agrupados.

- 3 **Atribua um número de identificação individual** a cada objeto após a triagem estar concluída. Coloque uma etiqueta com o número de identificação individual e o código da localização no suporte secundário utilizado para manusear e deslocar o objeto.



Pintura resgatada e etiquetada com o seu número de identificação individual e a sua localização original, Itália, 2017. Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM



- 4 **Documento.** Preencha as secções do **formulário de registo de objetos resgatados** (ver página 92) sobre a identificação, a localização original, a dimensão e o estado do objeto (ver página 93).





Se os objetos do património cultural precisarem de ser deslocados para fora do local para estabilização e se houver pouco tempo para preencher o formulário de registo de objetos recuperados, garanta que:

- Foi atribuído um **número de identificação individual** a cada objeto. Ver o Guia Prático, página 42.
- Todos os objetos, embalagens e recipientes contêm etiquetas com os números atribuídos.
- O **número de identificação individual** atribuído (ver o Guia Prático, página 42), a localização original, o tipo de material e o peso dos objetos são registados no **formulário de registo dos objetos resgatados** (ver página 92).

Se os objetos recuperados não estiverem danificados, preencha o formulário de registo, embale os objetos e transfira-os para o armazenamento temporário correspondente (ver **Relocalizar** na página 103).



Estabilizar

Após a triagem, os objetos danificados precisam de ser estabilizados. A sua estabilização terá de ser feita numa área previamente limpa e preparada para esse efeito dentro ou fora do local. Os tratamentos de estabilização ajudam a prevenir novos danos e a deterioração de materiais do património cultural recuperados.



Área de trabalho para a estabilização e a limpeza a seco da superfície de objetos em Port-au-Prince, Haiti, 2010. Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM

A estabilização compreende duas etapas, descritas abaixo:

- 1 Limpeza das superfícies.** A ocorrência de um evento pode provocar pó, fuligem, sujidade e contaminantes que, se deixados na superfície dos objetos, podem provocar mais danos e deterioração. Se um objeto está molhado e **contaminado**, é necessário lavá-lo com água limpa para remover os contaminantes.

O tipo de limpeza necessário para as superfícies depende da natureza do evento e da extensão do(s) dano(s) e do(s) material(ais) de que é feito o património cultural. Tente saber qual é a composição material do objeto e como o tratamento de estabilização pode afetar a sua integridade estrutural. Pense bem e selecione a forma de tratamento disponível mais apropriada para a estabilização.

- 2 Registo e documentação.** Mantenha consigo o código de localização e o número de identificação individual atribuído ao objeto durante todo o tratamento de estabilização. Preencha os campos relevantes do **formulário de registo de elementos resgatados** (ver página 92) após a conclusão do tratamento de estabilização.

Consulte a secção “Estabilizar o património cultural móvel danificado” no Guia Prático, página 57, para um guia passo a passo das medidas mais comuns de estabilização do património cultural móvel.



Embalar e deslocar

Após o resgate, a triagem, a estabilização, o registo e a documentação, (se realizados no local), os objetos devem ser preparados para o realojamento e o armazenamento.

- 1 Embale.** Os objetos secos devem ser cobertos com uma película protetora, tal como espuma ou um lençol de algodão, antes de serem armazenados, para proteger o objeto de mais danos durante o transporte. Para sugestões sobre o manuseamento e a embalagem de diferentes tipos de objetos do património cultural, consulte o Guia Prático, página 49.





Caso os objetos danificados não possam ser estabilizados no local, embale-os de forma segura para serem transportados para a zona de estabilização. Tire fotografias dos objetos e coloque etiquetas com o número de identificação individual de cada objeto. Faça isto antes de os embalar, para que cada objeto possa ser facilmente identificado no local de estabilização.

Assegure-se de que os artigos molhados ou húmidos são cuidadosamente embalados, para evitar a contaminação de outros objetos e prevenir a secagem rápida durante o transporte. Se possível, utilize camiões frigoríficos para o transporte de objetos molhados para congelação ou liofilização.

2 Coloque etiquetas e preencha o formulário de registo dos objetos resgatados

- Coloque etiquetas nos objetos embalados, com os números de identificação individual atribuídos durante a fase anterior. Certifique-se que cada etiqueta está bem visível e bem fixada. As caixas que contêm mais do que um objeto devem indicar o número de objetos que contêm e exibir uma lista dos números de identificação individual de cada objeto contido no seu interior.
- Preencha o **formulário de registo de objetos resgatados** (ver página número 92) e a ficha de controlo do percurso. (ver exemplo abaixo).

Ficha de controlo do percurso

Número de registo	Número de caixa	Número total de artigos numa caixa	Instruções de manuseamento /transporte	Expedido por	Data	Número do transportador /veículo	Data da receção	Número de caixa	Número total de artigos numa caixa	Recebido por
1	12	20	Vidro: manusear com cuidado	Abdel Hamid, curador	25 Janeiro	xxx256	25 Janeiro	12	20	xxx responsável pela reserva
...

- Pelo menos um membro da equipa de registo e documentação deve acompanhar a disposição dos objetos à medida que são colocados nas caixas. Os objetos devem estar acompanhados por uma cópia de cada formulário até ao local de armazenamento.
- Ao dispor os objetos em caixas de armazenamento, coloque os objetos pesados na parte inferior e os mais leves ou mais frágeis na parte superior. Não encha demasiado a caixa. Depois de todos os objetos terem sido embalados, podem ser transportados para a nova unidade de armazenamento temporário.



Relocalizar

Tal como no processo de **evacuação após o evento**, esta etapa envolve a deslocação dos objetos para um local mais seguro e temporário, no próprio edifício ou num local externo. Enquanto parte da equipa se encarrega do resgate dos objetos, outros podem ajudar na criação do espaço de armazenamento temporário. O espaço de armazenamento deve ser limpo e higienizado antes da chegada dos objetos. Depois de todos os objetos terem sido transferidos para o novo espaço de armazenamento, introduza os códigos de relocalização dos objetos no formulário de registo dos objetos resgatados.



Espaços de armazenamento temporário criados no centro de Itália para albergar objetos evacuados e recuperados após os sismos de 2016 e de 2017. Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM.



Reportar

Prepare um relatório de toda a operação para os responsáveis pelos bens. Deve conter:

- um resumo da operação;
- fotografias que documentem as principais etapas do processo de trabalho;
- o tipo de tratamento de estabilização dado e os materiais utilizados;
- o **formulário de registo dos resgates** atualizado (ver página 92);
- os custos incorridos;
- as necessidades para a recuperação;
- as informações para contactar a equipa envolvida na operação;
- o nome, a assinatura e as coordenadas do chefe de equipa da operação.





Monitorizar

Em coordenação com os responsáveis pelos bens, estabeleça um calendário para a verificação e a limpeza periódica do espaço de armazenamento.

Estabilização de emergência de estruturas históricas

A estabilização de emergência de uma estrutura ou de um edifício envolve a tomada de medidas que ajudem a conter temporariamente os danos no património cultural construído e a reduzir ainda mais os riscos de colapso ou de deterioração devido a falhas estruturais. Estas medidas são especialmente importantes quando uma estrutura está suficientemente segura para poder ser reparada (parcial ou totalmente) ou quando a comunidade local deseja continuar a utilizar o espaço à sua volta. A estabilização de emergência de uma estrutura pode também ser crucial quando a estrutura oferece cobertura a um interior valioso ou a um património cultural integrado valioso, como pinturas murais, túmulos ou pavimentos em mosaico.

É importante notar que estas medidas não irão restaurar os níveis de segurança originais da estrutura. Será necessário encontrar soluções de longo prazo durante a transição ou na **fase inicial da recuperação**.



A estabilização de emergência das estruturas requer conhecimentos especializados. Não a faça sem consultar um engenheiro de estruturas que tenha conhecimentos sobre as estruturas patrimoniais da zona.

Porque é importante realizar a estabilização de emergência?

Se uma estrutura for danificada e deixada sem vigilância, o risco da ocorrência de mais danos ou de colapso aumenta, o que pode pôr em perigo vidas humanas.

Após uma situação de catástrofe, uma estrutura pode colapsar ou tornar-se insegura para utilização se:

- a sua **continuidade estrutural** é afetada e as **cargas** impostas na estrutura (sejam habituais ou excecionais) já não podem ser transferidas em segurança para as suas fundações;

- o colapso parcial da estrutura pode provocar **aumentos de carga** localizados;
- os elementos estruturais do interior já não estão protegidos do ambiente exterior, por exemplo, quando os elementos internos de uma parede ficam expostos devido aos danos na superfície da parede.

A intervenção atempada é crucial após situações de catástrofe que provavelmente voltarão a ocorrer dentro de um curto espaço de tempo. Por exemplo, é necessário implementar medidas de estabilização após um sismo, uma vez que as réplicas podem levar a novos danos e, em alguns casos, ao colapso total de uma estrutura. Do mesmo modo, numa zona sujeita a ciclones ou afetada por conflitos, é importante proteger as estruturas históricas o mais rapidamente possível.



Bagan, Mianmar, 2016. Fotografia: ICCROM



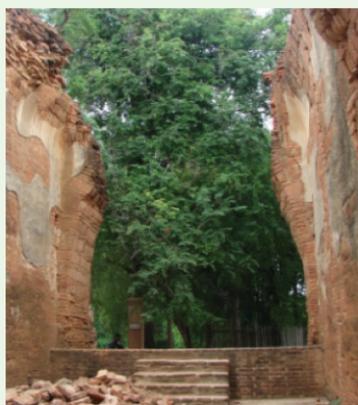


A importância de manter a continuidade estrutural: Mianmar

A 24 de agosto de 2016, um sismo de magnitude 6,8 atingiu Chauk, em Mianmar, causando danos em diversos monumentos na zona arqueológica de Bagan, próxima do local. O sismo ocorreu logo no início da estação das chuvas. Abaixo estão exemplos de danos estruturais que foram contidos através das medidas de segurança e de estabilização de emergência.

Colapso devido à descontinuidade estrutural

Antes do sismo, uma abóbada tinha caído parcialmente no Templo de Suleimanyie e os elementos suspensos que permaneceram não tinham sido estabilizados, resultando em descontinuidade estrutural. Durante o sismo de 2016, a abóbada desmoronou-se completamente. Um dano tão extenso poderia ter sido evitado através do escoramento ou da remoção controlada dos elementos estruturais vulneráveis.



*Bagan, Mianmar, 2016.
Fotografia: Eugénie Crété.*

Sobrecarga devido aos escombros

As pilhas de escombros originaram um adicional elevado de sobrecarga nas estruturas já debilitadas pelo sismo. Era importante remover os escombros o mais rapidamente possível, especialmente porque o risco de chuva forte era elevado. Os escombros retêm água, o que cria uma sobrecarga adicional. Uma solução temporária nestas situações é proteger os escombros com lona enquanto se prepara a sua remoção. Para ser eficaz, a lona precisa de ser muito bem fixada.



*Templo de Suleimanye em Bagan,
Mianmar, 2016. Fotografia: Eugénie Crété.*





Exposição dos elementos estruturais e das superfícies decorativas interiores

Havia buracos e fendas nos telhados e nos seus sistemas de impermeabilização, que permitiram a infiltração de água no edifício e que causaram graves danos. Havia calceiras partidas ou bloqueadas por detritos pelo que não conseguiam drenar a água do telhado. As paredes danificadas, tal como se encontravam após o sismo, são muito sensíveis à chuva, especialmente quando a argamassa de terra está exposta. Na verdade, devido à chuva intensa, ocorreram novos colapsos nas semanas seguintes ao sismo.

Fonte: Eugénie Crété, Architecture Environnement et Cultures Constructives - CRATerre, Grenoble.



Bagan, Myanmar, 2016. Fotografia: Eugénie Crété.



Fissuras no telhado de um templo, Bagan, Myanmar, 2016. Fotografia: Eugénie Crété.



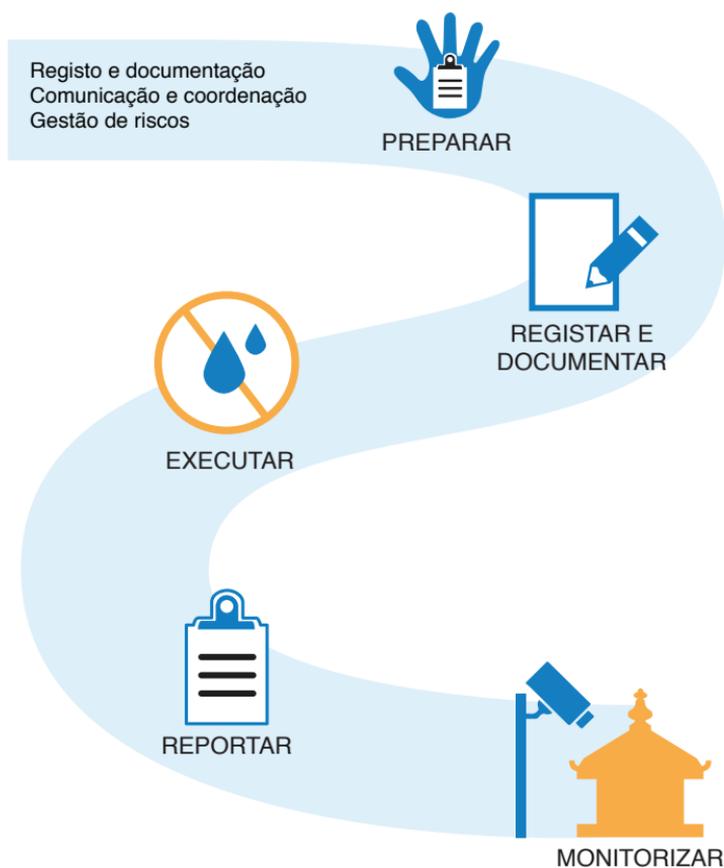
Buracos no sistema de impermeabilização do telhado de um pagode em Bagan, Myanmar, 2016. Fotografia: Eugénie Crété.



Como se podem implementar medidas de estabilização estrutural de emergência?

A secção seguinte descreve algumas das medidas de estabilização de emergência básicas para estruturas históricas. Antes de executar qualquer medida de estabilização, **garanta a segurança individual e proteja o local**.

Abaixo ilustra-se um processo de trabalho geral para a implementação de vários tipos de medidas de estabilização de emergência em edifícios e estruturas históricas, que também incluem vestígios expostos em zonas arqueológicas.





Preparar

- 1 Obtenha a autorização escrita dos responsáveis pelo património cultural e, quando aplicável, do coordenador de emergência, para implementar a estabilização de emergência de um edifício ou de uma estrutura.
- 2 Reúna uma equipa que inclua um engenheiro de estruturas, um arquiteto, bem como trabalhadores e voluntários devidamente formados. Assegure-se de que o arquiteto e o engenheiro de estruturas conhecem o valor patrimonial das estruturas e dos edifícios do património cultural. A equipa pode incluir um historiador local ou um membro da comunidade que tenha conhecimento prévio das especificidades do estilo de construção e dos materiais utilizados.

Os militares e os bombeiros, que normalmente recebem formação sobre a estabilização estrutural de emergência, podem participar. Em alguns países, a legislação para emergências exige que os bombeiros ou os militares supervisionem ou executem eles próprios a estabilização de emergência das estruturas. No entanto, devem ser-lhes dadas informações sobre a importância do edifício e dos elementos patrimoniais que necessitam de proteção.

- 3 Utilize o **relatório de avaliação no local de danos e riscos** (ver página 63), juntamente com os desenhos e as plantas do local, para localizar os danos estruturais e não estruturais críticos. Efetue uma avaliação técnica profunda do tipo de danos e das suas causas. Esta avaliação poderá incluir uma inspeção ao estado das fundações e aos diferentes tipos de cargas envolvidos.
- 4 Identifique espaços seguros para trabalhar, armazenar materiais e assegurar as refeições. Delimite estas áreas no mapa do local e coloque a sinalização apropriada.
- 5 Se o edifício for seguro para entrar, identifique *in situ* os elementos decorativos, tais como pavimentos em mosaico ou madeira, frescos e mosaicos, que podem precisar de ser cobertos e protegidos antes de se poder efetuar uma estabilização de emergência. Da mesma forma, identifique o mobiliário valioso, como tapetes, tapeçarias e pinturas, que podem ter de ser **evacuados** antes de se poder proceder à estabilização do edifício.





- 6 Consulte um engenheiro de estruturas para este indicar as medidas de estabilização de emergência necessárias e preparar os desenhos das mesmas. Com base no desenho, prepare as especificações dos materiais e dos equipamentos necessários para executar os seus planos.
- 7 Consulte os responsáveis pelo património cultural em questão e explique-lhes o tipo de medida de estabilização de emergência escolhido para o edifício ou estrutura, a sua vida útil expectável e o tipo de recursos humanos e financeiros necessários para a sua implementação. Se necessário, procure a ajuda destes e da comunidade local para **evacuar** (ver página 80) objetos valiosos e para proteger os elementos decorativos *in situ*.
- 8 Reúna os materiais e equipamentos, por exemplo, tábuas de madeira, cordas, martelos, serras, etc. Para mais informações sobre o tipo de materiais e equipamentos necessários para medidas específicas de estabilização estrutural, consulte o Guia Prático, página 93.



Registar e documentar

- 1 Registe a localização exata dos diferentes tipos de danos existentes bem como as suas dimensões, como por exemplo, fissuras/fendas, deformação fora do plano e abaulamento no reboco. Utilize desenhos dos alçados e as plantas do edifício para registar os danos.
- 2 Tire fotografias das áreas danificadas, incluindo fotografias de detalhe e de plano geral. Ao tirar fotografias, adicione uma régua de escala de 1 metro ou um instrumento de medição com 10 centímetros, para estabelecer a escala, bem como uma placa que indique a data. Registe na planta do edifício o número de referência da(s) fotografia(s) que correspondem a diferentes tipos de danos.
- 3 Quando necessário, registe outros detalhes importantes, tais como os diferentes tipos de carga, o estado do solo e assim por diante. Junte o desenho das medidas de estabilização ao registo e à documentação dos danos, pois estes registos em conjunto ajudam a determinar as necessidades para a recuperação.



Executar

As medidas básicas de estabilização de emergência de edifícios e estruturas são descritas a seguir. Os detalhes técnicos para a execução destas medidas estão delineados no Guia Prático, página 79.

1 Cobertura temporária

Para proteger elementos sensíveis da água, do vento, do colapso dos elementos circundantes e da intrusão animal, utilize lonas reforçadas (duplas com rede de arame para melhorar a resistência contra a queda de objetos), chapas onduladas de ferro galvanizado ou de aço que sejam fixadas a uma armação já existente ou a uma temporária. Identifique a solução mais apropriada tendo em conta os recursos, os materiais e as capacidades disponíveis no local. Para uma execução passo a passo, consulte o Guia Prático, página 73.



Bagan, Myanmar, 2016. Fotografia: Aparna Tandon.

2 Escoramento básico

O **escoramento** é a técnica de suporte de elementos construídos durante reparações ou quando uma estrutura está em risco de colapso. É semelhante a uma muleta e transfere as **cargas** para o solo.

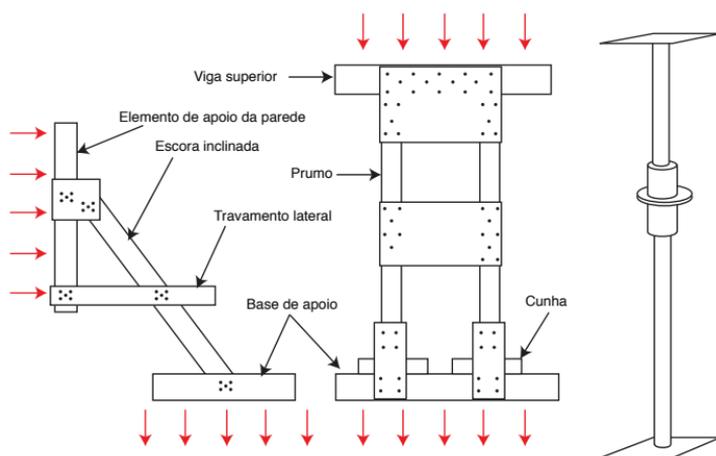
Os escoramentos podem ser utilizados para apoiar:

- as vigas estruturais que apoiam sobre uma parede ou coluna danificada;
- uma parede estrutural inclinada, deformada ou abaulada executada em tijolo, pedra ou terra que está estruturalmente instável;
- o lintel partido de uma porta ou janela.



O escoramento básico é composto por quatro componentes principais:

1. elementos que recebem a carga (viga superior e/ou elemento de apoio da parede);
2. elementos que transferem a carga (prumos e/ou escoras inclinadas);
3. travamento lateral que estabiliza o escoramento;
4. base de apoio, que distribui a carga pelo solo.



Sempre que possível, construa previamente o escoramento numa área segura que tenha um espaço de trabalho desobstruído e uma superfície plana.

Antes de começar a implementar o escoramento, remova os escombros da área onde a base de apoio vai ser colocada, pois é necessária uma superfície plana para distribuir a carga pelo solo.



Ao utilizar escoras metálicas, utilize sempre tábuas de madeira entre a escora e a estrutura a escorar.

A madeira é o material normalmente utilizado nas zonas superior e/ou inferior de um escoramento de emergência para receber e distribuir a carga. Além disso, há quem considere que a madeira permite uma “boa monitorização” do escoramento pois funciona como um aviso sonoro ou visual do aumento da carga à medida que se deforma.

Para instruções, passo a passo, para a construção de um sistema de escoramento básico em madeira, consulte o Guia Prático, página 79.



- Não proceda ao escoramento de elementos com mais de 3 metros de altura sem consultar um engenheiro de estruturas.
- Cuidado ao escorar uma parede de alvenaria com argamassa fraca ou danificada. Peça a ajuda de um engenheiro de estruturas para definir um sistema de escoramento suficientemente robusto para sustentar toda a área da parede.

3 Confinamento de estruturas

Confinar uma estrutura melhora a sua capacidade de carga vertical por restrição lateral evitando assim deformações laterais adicionais.

À escala de um edifício inteiro, o confinamento impede a deformação entre paredes ortogonais, proporcionando uma melhor resistência aos movimentos laterais. O confinamento pode ser feito utilizando cintas de poliéster, cabos de aço ou perfis metálicos soldados ou aparafusados que garantam um comportamento de conjunto.

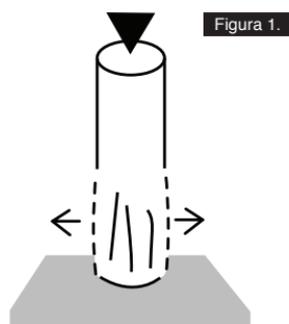


Figura 1.

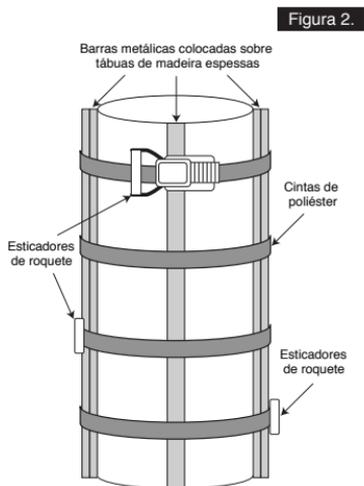
Desenho adaptado de: Grimaz, S. et al. 2010. Vademecum, STOP. Modelos de Escoramento e Procedimentos Operacionais para o Suporte de Edifícios danificados por sismos. Roma, Ministério do Interior - Serviço Italiano dos Bombeiros.



Nunca utilize esta técnica em pilares de betão em colapso.

- a. Antes de implementar o confinamento de estruturas, consulte um engenheiro de estruturas sobre a sua necessidade e a sua conceção.
- b. Remova os escombros antes de confinar um elemento estrutural.
- c. Quando confinar uma estrutura com cintas de poliéster e/ou cabos com esticadores de roquete, para garantir um ajuste apertado, coloque tábuas de madeira e barras metálicas na estrutura ao longo da sua altura para distribuir as tensões. As tábuas de madeira devem ter aproximadamente 3 centímetros de espessura e devem ser colocadas entre a parede/pilar e os perfis metálicos.

d. Instale as cintas começando pela mais alta primeiro (ver Figura 2); espace-as em intervalos regulares. O espaçamento entre as cintas deve variar entre os 10 e os 45 centímetros, de acordo com o nível dos danos e as cargas a suportar. Distribua o local de colocação dos esticadores de roquete de forma uniforme. Para uma lista de materiais e equipamentos necessários para confinar uma estrutura com cintas, consulte o Guia Prático, página 95.



Desenho adaptado de: Grimaz, S. et al. 2010. Vadmecum, STOP. Modelos de Escoramento e Procedimentos Operacionais para o Suporte de Edifícios danificados por sismos. Roma, Ministério do Interior – Serviço Italiano dos Bombeiros

4 Proteção *in situ* de elementos decorativos

A estabilização *in situ* inclui uma série de ações a implementar no local que podem ser efetuadas para estabilizar o património móvel e o património integrado, tais como grandes esculturas, painéis de azulejos de parede ou de mosaicos de chão e frescos.

As medidas de estabilização de emergência para os edifícios, tais como o escoramento e/ou o confinamento, podem danificar os elementos decorativos integrados no imóvel se não forem tomadas medidas adequadas para os proteger. Aconselhe-se sempre com um conservador-restaurador antes de executar medidas de estabilização que envolvam património integrado ou que estejam na proximidade imediata de património móvel.

Proteção de pintura mural com a interposição de camada de proteção entre esta e o escoramento da abóbada na igreja de Freixo de Espada à Cinta, Portugal, 2007. Fotografia: Esmeralda Paupério



Antes de proceder à estabilização de emergência, assegure-se que as esculturas, azulejos ou superfícies decorativas estão protegidas na sua localização original. A fim de evitar o contacto direto entre uma escora ou uma cinta de confinamento e uma superfície decorada, pode utilizar musselina branca sem goma ou outro tecido macio não tingido. Da mesma forma, a utilização de esponja (ou poliuretano expandido) evita o contacto direto. Assegure-se que o material de proteção e amortecimento é fixado com segurança, de modo a reduzir o seu risco de queda acidental e a consequente abrasão da superfície de um elemento decorativo.

Também poderá usar sacos de areia para evitar o contacto direto entre o escoramento (viga superior ou elemento de apoio da parede) e os revestimentos decorativos. Tenha no entanto em atenção que, em climas húmidos, os sacos de areia tendem a reter a humidade podendo causar mais danos. Para uma lista geral dos materiais necessários, consulte o Guia Prático, página 93.



Segurança *in situ* e estabilização de mosaicos no Museu Ma'arra: Síria

Em situações de conflito violento, as medidas de segurança e de estabilização podem incluir operações extremas e complexas, tais como o aterro de restos arqueológicos expostos ou a colocação de um revestimento protetor numa pintura mural ou num mosaico.

O Museu do Mosaico de Ma'arra, onde se encontra uma das mais importantes coleções de mosaicos romanos e bizantinos dos séculos III ao VI no Médio Oriente, foi extensamente danificado durante o atual conflito na Síria. Antes das medidas de segurança e de estabilização de emergência decretadas por profissionais e voluntários do património cultural sírio, o edifício corria o risco de ruir.

Com o objetivo de proteger os mosaicos de novos danos durante o conflito, a equipa síria consultou especialistas em conservação do património para criar um plano para estabilizar e proteger os mosaicos *in situ*. Os buracos no telhado foram reparados para evitar uma maior deterioração e o colapso. Em seguida, e de acordo com a consulta a conservadores-restauradores de mosaicos, a equipa aplicou uma camada de cola e tecido concebida para manter os ladrilhos do mosaico juntos. Uma vez estabilizados, várias camadas de sacos de areia foram colocadas sobre os mosaicos para os proteger de mais danos. No total, foram protegidos cerca de 148 m² de mosaicos.

Fonte: Instituto Smithsonian. 2015. *Atividades de Preservação de Emergência Efetuadas no Museu do Mosaico de Ma'arra na Síria*. Washington, DC, Instituto Smithsonian.





Informar e comunicar

- 1 Prepare um breve relatório com a descrição das medidas de estabilização de emergência que implementou nos edifícios/nas estruturas do património cultural. Inclua fotografias, esboços e um mapa do edifício indicando a sua localização.
- 2 Mencione pormenores importantes como a evacuação do património cultural móvel ou o resgate de fragmentos de edifícios históricos realizados durante a preparação para a estabilização de emergência.
- 3 Forneça uma relação dos custos incorridos e uma lista com os nomes e os contactos dos membros da equipa que executaram a obra de estabilização de emergência.
- 4 O relatório deve conter um planeamento da monitorização e as medidas recomendadas para a recuperação e a reabilitação totais.



Monitorizar

As ações de estabilização de emergência de estruturas e edifícios devem ser, por natureza, ações temporárias. Por conseguinte é importante controlar a sua eficácia até que as ações de conservação/reabilitação possam começar. Por exemplo, os sistemas de escoramento podem tornar-se perigosos em caso de colapso do edifício, pelo que devem ser controlados regularmente (pelo menos uma vez de 12 em 12 horas durante os primeiros dias), para detetar qualquer sinal de deformação ou de sobrecarga.

Verifique que as escoras se mantêm nas suas posições originais. Além disso, zonas de ligação entre peças, assim como as cunhas devem permanecer justas e não devem estar deformadas. Tenha atenção a qualquer movimento na zona de apoio de um sistema de escoramento ou a qualquer sinal de falha do solo. Do mesmo modo, certifique-se de que as extremidades das escoras não foram esmagadas ou que as extremidades das vigas não se partiram. Estas ocorrências indicam que o sistema de escoramento está sobrecarregado. Se surgirem fissuras nas imediações da área de escoramento de parede, isso indica que o elemento de distribuição não é suficiente ou que a parede não está a resistir à tensão induzida pela escora.

Nos casos em que tenham sido utilizadas **cintas de confinamento** ou cabos de aço para fixar uma estrutura, assegure-se de que estão bem apertados. Verifique se os elementos em madeira não se estão a mover ou se estão a ser esmagados sob a tensão induzida pelas cintas ou pelos cabos. Monitorize periodicamente a madeira utilizada para detetar sinais de deterioração física ou danos, como, por exemplo, uma infestação de pragas.

Num edifício que tenha sido inundado, assegure-se de que regista regularmente o seguinte:

- O nível de humidade nos revestimentos e/ou nas paredes, através de um humidímetro, ou então extraindo amostras que se pesam antes e depois de as secar num forno ou em estufa.
- Os níveis de humidade em construções de terra. Deve-se verificar a humidade na base das paredes e dentro da própria parede (a humidade no reboco da parede não é a mesma que a humidade na sua parte estrutural).
- A extensão de qualquer migração de sais ou de crescimento de bolores.
- Qualquer deformação dos elementos em madeira.
- Fissuras/fendas ou abaulamento no reboco.

Como proteger e estabilizar o património cultural imaterial?

Segurança e estabilização são termos que normalmente não associamos ao património cultural imaterial. Tal como já explicado na **avaliação no local de danos e riscos para o património cultural imaterial**, a avaliação de riscos e de danos no património cultural imaterial deve incluir:

- O acesso a,
- a representação de,
- e a transmissão do património cultural imaterial afetado.

As medidas de segurança e de estabilização são implementadas principalmente nos dois primeiros níveis, nos quais se incluem os elementos tangíveis associados ao património cultural imaterial e às pessoas enquanto detentoras da tradição. Além disso, qualquer medida implementada para garantir ou estabilizar o património cultural imaterial deve basear-se num pedido inequívoco da comunidade afetada e das suas necessidades específicas.





Prática tradicional de leitura de manuscritos religiosos como parte dos rituais diários no Nepal, 2015. Fotografia: ICCROM.

No caso do património cultural imaterial, o seu valor reside nas tradições e nos saberes de uma comunidade, dos que a praticam e na sua transmissão. Como tal, a finalidade destas medidas é diferente da das medidas aplicadas ao património cultural material. A estabilização do património imaterial implica, portanto, algo muito diferente da estabilização do património imóvel ou móvel.

Trata-se de:

- Garantir que uma comunidade pode continuar uma prática específica, um ritual, etc. no rescaldo imediato de uma situação de catástrofe.
- Garantir que a transmissão de saberes e competências pode continuar até que se possam identificar soluções a longo prazo.

Apresenta-se de seguida a lista das medidas de segurança e de estabilização de elementos tangíveis e de pessoas:

- 1 **Elementos materiais:** estes incluem edifícios, locais, objetos, ferramentas, trajes e qualquer cultura material associada a uma prática imaterial. Se a **análise da situação** e a **avaliação no local de danos e riscos** (página 43) tiverem identificado necessidades urgentes, podem ser tomadas medidas semelhantes às já mencionadas para o património construído e móvel.

Normalmente, os elementos tangíveis relacionados com o património imaterial são culturalmente importantes porque fornecem um lugar ou um contexto para que as tradições imateriais tenham lugar. A estabilização dos elementos tangíveis deve, portanto, ser orientada no sentido de permitir a continuação de tradições imateriais. Isto pode também implicar que as comunidades tenham certas preferências pela estabilização. Por exemplo, se um local de culto for danificado, a comunidade pode preferir um abrigo temporário em vez de uma estrutura escorada, na qual não se sentiriam suficientemente seguros para praticar o culto.

- 2 Pessoas:** na maioria dos casos, as medidas de segurança ou de estabilização limitam-se a identificar onde estão as comunidades e como assegurar a transmissão do património cultural imaterial. Esta etapa pode também envolver medidas tais como documentar, registar ou inventariar, a fim de assegurar a existência de um registo visual e oral a ser utilizado quando a normalidade regressar. Contudo, e especialmente em casos de desalojamento em grande escala ou quando a comunidade perdeu os detentores de tradições essenciais, podem ser necessárias medidas urgentes, tais como o registo em vídeo ou a formação em transferência de competências, para garantir a transmissão dos saberes.



Sugestões para trabalhar com o património cultural imaterial

O património cultural imaterial pode também ser um aspeto importante das medidas de emergência aplicadas ao património cultural móvel ou construído. Tenha sempre em conta a importância religiosa ou espiritual dos edifícios e locais antes de implementar medidas de segurança ou de estabilização. Envolve a comunidade local. Assegure-se de que as suas ações têm em conta mais do que apenas os aspetos físicos da estrutura. Isto também se aplica aos objetos culturais, muitos dos quais podem ter um valor imaterial importante para a comunidade local. Isto deve ser tido em conta na evacuação e no resgate dos objetos.

Só há uma forma de saber como lidar com estes locais, edifícios e objetos: envolva as comunidades, os membros da comunidade e os líderes locais, e obtenha o seu conselho, a sua cooperação e a sua aprovação **antes** de implementar qualquer ação.





A continuação de tradições após o Ciclone Nargis: Mianmar

A 2 de maio de 2008, o Ciclone Nargis fustigou Mianmar provocando destruições catastróficas e a perda de vidas. As estimativas das Nações Unidas indicam que cerca de 2,4 milhões de pessoas foram afetadas no rescaldo do ciclone.

O ciclone teve um forte impacto nos principais centros de produção de artesanato tradicional e de artes performativas. Um desses centros fabricava marionetas tradicionais de Mianmar e realizava espetáculos de marionetas com orquestras tradicionais. Já vulnerável e com poucos praticantes, os efeitos secundários do ciclone e o subsequente bloqueio militar ameaçaram a perda total de competências e de saberes que tinham sido praticados desde o século XV, no período Inwa (AVA).



*Formação em manuseamento/manipulação de marionetas, Mandalay, Mianmar, 2016.
Fotografia: Giuseppe Salerno*

A 'Myanmar Upper Land | Culture & Travel' foi criada para promover as artes performativas tradicionais, em particular a atuação tradicional com marionetas de Mianmar. Esta organização criou capacidade performativa através da consciencialização social em Mianmar e trabalha para salvaguardar todos os aspetos deste património cultural, incluindo o método de fazer e de manipular marionetas de Mianmar, a dança, a música, a escultura, o borda-





do de lantejoulas e a pintura. Em colaboração com a Organização de Marionetas de Mianmar, lançaram um DVD educativo, formações de artes performativas e o primeiro Festival Internacional de Marionetas de Mianmar (2016), para transmitir competências e saberes às comunidades locais. Ainda em curso, esta iniciativa teve como objetivos a redução da vulnerabilidade, o aumento da capacidade performativa para realização de espetáculos e a promoção da sustentabilidade.



Formação para a atuação com marionetas, Mandalay, Mianmar, 2016.

Fotografia: Giuseppe Salerno.

Ver referências na página 163.





Melhore a sua própria preparação para situações de emergência!

Caso ocorresse uma emergência na sua cidade e uma série de coleções de edifícios e bens do património imaterial fossem afetados:

- As instituições afetadas receberiam apoio atempado para proteger e estabilizar o património em risco?
- Existem mecanismos de coordenação e cooperação entre as instituições do património cultural e os organismos da gestão à emergência para facilitar o acesso ao património danificado durante as emergências **graves**?
- Existe uma equipa treinada para o apoio à intervenção de emergência em património cultural, ou voluntários com preparação?
- Essas pessoas teriam acesso a materiais e equipamento em quantidade suficiente para realizar o resgate, a evacuação e a estabilização estrutural em diferentes locais?
- As instituições afetadas teriam acesso imediato a espaços seguros para efetuarem um armazenamento temporário, ou a áreas onde pudessem classificar e estabilizar um grande número de objetos e partes das construções?

O que acontece após a ajuda de emergência?

NA SEQUÊNCIA DE UMA EMERGÊNCIA, você e a sua equipa foram bem-sucedidos na ajuda de emergência ao património cultural afetado: efetuaram uma **análise da situação** e utilizaram os resultados para realizar a **avaliação no local de danos e riscos**; com base nesta avaliação, **protegeram e estabilizaram** tanto o património material como o imaterial.

O que deve fazer agora?

Continue a ler para saber mais.

FASE INICIAL DA RECUPERAÇÃO



Fase inicial da recuperação

A ajuda de emergência ao património cultural só é bem-sucedida quando acompanhada por medidas de conservação/reabilitação para restaurar a sua função e o acesso. Assim, uma vez implementada a ajuda de emergência ao património cultural danificado, registado e documentado todo o processo e estabelecida a rotina de monitorização, o passo seguinte será a preparação de um plano de ação consensual para a recuperação e a **reabilitação**. Este plano envolve: avaliações detalhadas do estado de dano; dos tratamentos de conservação necessários incluindo a reabilitação e o restauro do património material; a mitigação dos riscos; o **restauro** dos meios de subsistência e serviços; a adaptação do uso do património cultural seguindo os princípios do **desenvolvimento sustentável** e do “reconstruir melhor” (**build back better**). Em termos simples, a recuperação e a reabilitação do património cultural implicam a reparação dos danos, a recuperação das perdas, a redução dos riscos e o restauro do património cultural para um melhor estado de conservação, de modo a que, mais adiante, este possa ser reutilizado de forma durável e sustentável.

Na área da ajuda humanitária, a fase inicial de recuperação é o período intermédio necessário para a elaboração de um plano de ação de recuperação e reabilitação do património cultural após a ajuda de emergência.



Praça Durbar, Catmandu, Nepal 2015. Fotografia: ICCROM



Como é que a área da ajuda humanitária define o início da recuperação?

O início da recuperação é definido como “um processo multi-dimensional guiado pelos princípios do desenvolvimento. Visa gerar processos nacionais sustentáveis e resilientes, para a recuperação após uma crise” (IASC, 2006, p. 1). De acordo com esta definição, os indivíduos tiram partido dos benefícios das ações humanitárias para fomentar o desenvolvimento sustentável e criar resiliência. Esta fase encoraja a colaboração entre os organismos das áreas da ajuda humanitária e do desenvolvimento. Em suma, a fase inicial de recuperação é o momento em que são gradualmente eliminadas as intervenções de curto prazo, urgentes e “salvadoras de vidas”, e em que começam os programas de desenvolvimento e de recuperação a longo prazo.

Objetivos do início da recuperação no sector humanitário

1. Melhorar as operações de ajuda de emergência em curso.
2. Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades afetadas.
3. Estabelecer as bases para uma recuperação a longo prazo, criando condições para um desenvolvimento sustentável no futuro.
4. Estabilizar e aumentar as capacidades locais e nacionais, garantindo que as autoridades locais e nacionais oferecem estabilidade, revitalizam os mercados e meios de subsistência e disponibilizam serviços.
5. Prevenir a recorrência da crise através do reforço das capacidades e da redução das vulnerabilidades, e trabalhar para aumentar a resiliência dos vários intervenientes.
6. Aumentar as redes de apoio das comunidades.

[Ver referências na página 167.](#)



Em cenários de conflito, as instituições, os mecanismos de governação e as relações sociais transformam-se radicalmente. Nestas situações, durante a fase inicial de recuperação, outros processos relacionados com a segurança e a estabilização, a **construção da paz**, a **justiça transitória** e a construção do Estado e da nação coincidem com os problemas humanitários e do desenvolvimento.

Do mesmo modo, para o património cultural, o início da recuperação em situações pós-conflito deve contribuir para a transformação dos conflitos, por exemplo, utilizando a recuperação do património cultural para gerar confiança e diminuir as clivagens comunitárias.

Medidas recomendadas durante a fase inicial da recuperação

A secção seguinte descreve as ações que poderão ser implementadas na fase inicial de recuperação para promover a recuperação e a reabilitação do património cultural danificado. Para garantir o sucesso é importante que estas ações sejam lideradas pelas instituições do sector cultural afetado e implementadas com a consulta às partes interessadas, aos intervenientes e às comunidades locais.

1 Análise da situação após a ajuda de emergência

Para desenvolver um plano de ação para a recuperação e a reabilitação do património cultural após uma crise é fundamental rever e atualizar a **análise da situação** (ver página 25) que foi realizada antes do planeamento e da implementação de ajuda à emergência.

No caso de uma emergência provocada por conflitos, a análise da situação após a ajuda de emergência deve ser alargada para incluir uma **análise de conflitos** (ver página 38). Isto permitirá a incorporação de estratégias de prevenção de conflitos e de construção da paz no processo de recuperação e reabilitação do património cultural.

Em particular é importante rever:

- a natureza e as causas da situação que gerou danos no património cultural;
- as vulnerabilidades sociais, políticas e económicas existentes;
- a importância e os diferentes valores associados ao património cultural afetado;
- a **identificação das partes interessadas e dos intervenientes** (ver página 33) e uma avaliação dos seus respetivos papéis e interesses na recuperação e na reabilitação.





É essencial ter em conta que os intervenientes envolvidos na ajuda de emergência e nas fases de recuperação serão naturalmente diferentes. Podem surgir novos intervenientes (agentes do desenvolvimento, por exemplo), enquanto outros, tais como os bombeiros ou os elementos da proteção civil, irão retirar-se após o início da fase de recuperação. Além disso, alguns intervenientes podem mudar os seus papéis e ter tarefas diferentes durante a recuperação, quando comparados com os que foram realizados durante a resposta à emergência. Por este motivo, é crucial analisar e fazer um novo levantamento das partes interessadas e intervenientes.

- O estado geral do património cultural após a implementação da ajuda de emergência e os riscos que enfrenta.
- Os tipos de tratamentos de conservação/reabilitação e de mitigação de riscos necessários para a plena recuperação do património cultural afetado.
- Os recursos necessários para a recuperação do património cultural.

2 Avaliação do estado

Utilize os resultados da **análise da situação após a intervenção de emergência** para identificar os bens culturais que requerem uma avaliação detalhada do estado de conservação, para a sua recuperação e reabilitação. Essa avaliação ajuda a identificar as prioridades para a recuperação. Uma avaliação do estado de conservação após o evento inclui normalmente a avaliação:

- dos danos causados e das perdas de rendimentos incorridas (ver **PDNA** na página 64);
- dos processos de deterioração que afetam o património cultural, como por exemplo, a migração de sais e a mudança visível de cor devido à sobre-exposição à luz;
- das medidas de segurança e de estabilização implementadas durante a intervenção de emergência;
- das vulnerabilidades e dos riscos existentes e, em particular, dos processos de deterioração ativos que tornam o património vulnerável a catástrofes futuras.

As avaliações do estado do património após o evento devem ser documentadas num relatório que contenha: a documentação fotográfica detalhada dos danos, da deterioração e dos riscos; os inventários atualizados; os mapas do local; e as plantas do edifício. Inclua pormenores sobre a ajuda de emergência implementada que poderão ser obtidos a partir do registo e da documentação efetuados durante a fase de **segurança e de estabilização** (ver página 68) dos bens culturais.

Esta avaliação pode incluir estudos analíticos, tais como ensaios de resistência para diferentes argamassas ou a análise de adesivos e pigmentos utilizados numa pintura. Se, ou quando disponível, a utilização de ferramentas tecnológicas, tais como o **laser scanning 3D** ou a **fotogrametria**, pode fornecer medições precisas que são importantes para o restauro total. A quantidade de documentação dependerá muito da importância do património afetado, da extensão dos danos e dos recursos disponíveis.

As equipas multidisciplinares de profissionais, que podem incluir conservadores-restauradores, arquitetos, conservadores, engenheiros de estruturas, analistas químicos, antropólogos e historiadores, devem ser envolvidas na realização das avaliações do estado de conservação. A composição da equipa dependerá da natureza do património afetado. As consultas aos responsáveis pelo património cultural e às comunidades locais são cruciais para uma avaliação mais abrangente.

3 Desenvolva mecanismos de coordenação, de participação e de reforço das capacidades

Na sequência de destruição em grande escala, as instituições culturais locais e as comunidades afetadas podem não dispor de competências especializadas, materiais, fundos e/ou acesso a mecanismos institucionais para recuperar o património cultural. A fase inicial da recuperação pode ser utilizada: para determinar os recursos necessários para a recuperação; para mapear as capacidades locais; e para iniciar a formação de modo a melhorar as competências, os conhecimentos e as políticas institucionais.

Durante a fase inicial de recuperação é essencial coordenar o plano de recuperação e reabilitação do património cultural com os planos dos outros sectores e, em simultâneo, desenvolver mecanismos para envolver as pessoas afetadas. Por exemplo, podem ser desenvolvidas novas regulamentações para edifica-



ção ou políticas de construção relativas ao uso do solo, o que poderá ser prejudicial à recuperação do património construído e à sua utilização futura. Do mesmo modo, as comunidades podem ter certas prioridades quanto ao património que deve ser recuperado em primeiro lugar.

É importante utilizar as competências e os saberes tradicionais das comunidades locais e envolvê-las no planeamento da recuperação. Na verdade, a fase inicial da recuperação poderá ser utilizada para incluir a comunidade no desenvolvimento de opções de recuperação e na reutilização criativa do património cultural.

Pode utilizar as conclusões da análise da situação após o evento para identificar quais as partes interessadas e os intervenientes que devem ser envolvidos na recuperação do património cultural.



O papel das iniciativas comunitárias de abordagem ascendente (bottom up) na recuperação cultural e social da cidade de Áquila, Itália

A 6 de abril de 2009, um sismo de magnitude 6,1 atingiu a região de Abruzzo nos Apeninos Centrais, em Itália, causando graves danos na capital Áquila e em cinquenta vilas próximas.

No rescaldo do evento, o Departamento Italiano de Proteção Civil geriu as operações de resgate durante a fase de emergência. As pessoas tiveram acesso a abrigos de emergência e o centro histórico da cidade foi completamente evacuado, isolado e interditado devido aos danos extensos que sofreu.

Para a população de Áquila, o centro histórico da cidade sempre serviu como um espaço social e económico vibrante onde as pessoas se encontravam, interagiam e se divertiam. As praças públicas e os espaços abertos da cidade eram centrais para a vida quotidiana e a cultura da população. Após a catástrofe, a inacessibilidade a estes espaços a longo prazo foi sentida intensamente, uma vez que as pessoas não tinham locais para interagir.

Em resposta, os cidadãos de Áquila organizaram várias iniciativas comunitárias, participando na recuperação da sua cidade e dos bairros. Uma dessas iniciativas é 'Viviamolaq', formada por estudantes e graduados da Universidade de Áquila. Através da reutilização de espaços urbanos e de áreas aban-





donadas, ‘Viviamolaq’ apoiava a recuperação social, urbana e cultural. Os seus projetos basearam-se em princípios de sustentabilidade ambiental e social e serviram de catalisadores para reforçar a coesão social e as ações coletivas. A participação e a colaboração eram fundamentais para todos os seus projetos, desde a fase do planeamento criativo até à fase de construção. Este foi o espírito por detrás do projeto ‘Recomeçar’, que ganhou vida em 2014. ‘Recomeçar’ reutilizou um espaço público abandonado, localizado em frente ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Áquila, para criar um espaço recreativo aberto aos estudantes e à comunidade local. Foram utilizados materiais do processo de reconstrução reciclados (escombros, assim como aço e madeira anteriormente utilizados no escoramento de edifícios danificados) para a construção de mobiliário urbano. A integração da memória da catástrofe (materiais reciclados) neste novo projeto foi central para a força do “Recomeçar”: revela a possibilidade de recuperação e de como é possível aumentar a resiliência e a coesão social na fase pós-catástrofe.

Após observar o sucesso das respostas de recuperação promovidas pela comunidade de Áquila, estas abordagens comunitárias foram utilizadas durante a resposta pós-sismo e os esforços de recuperação em Emilia Romagna em 2012, e, mais recentemente, na Itália Central, em 2016 e 2017.

Fonte: Valentina Spano, (MA), Universidade de Tecnologia de Brandenburg Cottbus-Senftenberg, antiga estagiária, Unidade de Coleções, ICCROM.

[Ver referências na página 166.](#)



‘Recomeçar’: a utilização de detritos reciclados do sismo para recriar espaços públicos no centro histórico da cidade de Áquila. Fotografia: Valentina Spano.





A capacitação dos artesãos: a recuperação das pequenas empresas no Haiti

O sismo de 2010 que atingiu o Haiti deixou um grande número de artesãos do principal centro de artesanato do país, Jacmel, sem casa, local de trabalho, ferramentas ou materiais. O sismo ocorreu em janeiro, um período muito intenso para os artesãos, quando se preparam para o carnaval anual. Durante este período, muitos artesãos chegam mesmo a contrair empréstimos para comprar materiais suficientes para executar os elaborados trajes de carnaval. No entanto, com o colapso das casas e dos locais de trabalho durante o sismo, perderam também o stock de materiais e os trabalhos já terminados, o que os impossibilitou de pagar esses empréstimos.

Durante a fase da ajuda de emergência, foi dada muita atenção à disponibilização de abrigos temporários e de outros equipamentos à comunidade. Contudo, durante a fase inicial da recuperação, a UNESCO trabalhou com os artesãos para reconstruir os seus negócios. Assim, forneceu-lhes um local de trabalho comunitário (temporário) e um local de venda do seu trabalho, bem como os materiais e as ferramentas necessários para retomarem a sua atividade.

Uma vez que o mercado – em grande parte estrangeiro – não tinha sido muito afetado, o apoio foi concebido de modo a permitir aos artesãos restabelecer as atividades, com o entendimento de que tudo o que era necessário era que eles superassem a dívida e a falta de liquidez criadas devido ao sismo. Assim que os artesãos reiniciaram a produção, a maioria conseguiu recuperar.

Fonte: Elke Selter, Escola de Estudos Orientais e Africanos, Universidade de Londres, Reino Unido.



Máscaras de papier mâché à espera de serem decoradas para o carnaval em Jacmel, 2012. Fotografia: Elke Selter



Artesanato em Jacmel, 2010. Fotografia: Elke Selter

4 Avalie a utilização, a função e o significado do património cultural

No rescaldo de uma catástrofe, as opções para a recuperação do património cultural são influenciadas pelos seus potenciais usos futuros e pela sua capacidade de satisfazer as necessidades da instituição ou comunidade afetada após a catástrofe. As decisões para alterar a utilização ou a função do património cultural podem ser controversas e devem basear-se num amplo consenso público, que pode ser estabelecido durante a fase inicial da recuperação.

Do mesmo modo, em situações pós-conflito e a fim de evitar reincidências, pode ser necessário tornar as narrativas em torno do património cultural contestado mais inclusivas, de modo a que as comunidades marginalizadas estejam representadas. Essas tentativas devem ser transparentes e envolver consultas com as comunidades afetadas e todas as partes em conflito.

Em muitos casos, uma comunidade afetada pode desejar criar um novo património, transformando locais de destruição em memoriais; criando novos monumentos à catástrofe; ou organizando eventos evocativos que, com o tempo, assumem a forma de novo património imaterial. Um exemplo recente e bem conhecido é o “**Ground Zero**” na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. Estas novas narrativas podem também envolver objetos e instituições culturais. O Museu do Apartheid e o Museu do Distrito Seis na África do Sul são exemplos importantes de como as instituições têm servido para contribuir para a recuperação e o diálogo.

Algumas comunidades dão prioridade ao aspeto vivo do património cultural e optam por remover todos os sinais de destruição. Nestes casos, podem também decidir substituir o património existente por uma estrutura totalmente nova. Um exemplo é o restauro do Templo da Relíquia do Dente de Buda no Sri Lanka, que foi gravemente danificado por uma bomba em 1998. Noutros casos, a reabilitação dá prioridade ao aspeto tangível do património e é levada a cabo de tal forma que não deixa provas da sua destruição como, por exemplo, o centro histórico da cidade de Varsóvia, na Polónia, após a Segunda Guerra Mundial. Muitos esforços, naturalmente, tentam reconciliar ambas as abordagens. Nos últimos anos, foram acrescentadas muitas inovações tecnológicas à gama de opções de reabilitação, nomeadamente projeções a laser do património destruído como, por exemplo, em **Bamiã**, ou as impressões 3D como, por exemplo, o **Arco de Palmira**.

Ver referências, página 166.





Armazenamento visitável: reutilização adaptada no Museu Nacional do Nepal durante a fase inicial da recuperação

Na sequência imediata do sismo de Gorkha, em 2015, dez museus, incluindo o Museu Nacional do Nepal, tiveram de evacuar as suas coleções de edifícios gravemente danificados e declarados inseguros para serem usados. Por razões de segurança, as coleções evacuadas foram temporariamente armazenadas nas galerias de exposição dos respetivos museus, o que levou ao seu encerramento parcial. Na fase inicial da recuperação, o ICCROM, em colaboração com o Departamento de Arqueologia e com o apoio do Ministério norueguês do Clima e do Ambiente, realizou uma formação para os funcionários dos museus afetados, para conceber espaços de armazenamento visitáveis, mas seguros, com o duplo objetivo de realocar as coleções desalojadas e de proporcionar novos espaços de exposição para atrair visitantes.

Ver referências na página 166.



Adaptação de uso pós-catástrofe: realojamento temporário de coleções (seguro e visível) no Museu Nacional do Nepal com o objetivo de proteger as coleções e trazer os visitantes de volta ao museu, 2016.

Fotografia: Aparna Tandon, ICCROM

5 Reúna recursos

O período entre a ajuda de emergência e a recuperação do património cultural deve ser utilizado para reunir recursos de diferentes organismos, tais como dos governos nacionais e locais, das organizações nacionais e internacionais que concedem ajuda financeira e das instituições do património cultural. Os relatórios de avaliação do estado de conservação após a ajuda de emergência são especialmente úteis para a articulação das necessidades da recuperação pós-crise. O envolvimento de todos as partes interessadas no fornecimento dos recursos necessários ajuda a assegurar que os processos de recuperação e de reabilitação do património cultural sejam impulsionados pelas necessidades e pelos desejos definidos localmente, e não pelas prioridades dos financiadores.



Para promover a responsabilização e a transparência é necessário criar mecanismos eficazes de comunicação com os financiadores, o governo, as partes interessadas e o público em geral.

Conclusão

A metodologia de ação em três etapas descrita neste manual melhora a preparação para a coordenação da ajuda de emergência ao património cultural, o que conduz ao início da recuperação. Contudo, a ideia de que a progressão entre cada etapa será linear ou que segue prazos claramente definidos não se verifica na prática. Quando ocorre uma emergência grave ou complexa, a ajuda de emergência ao sector cultural em várias sub-regiões geográficas pode ter de ser realizada em momentos diferentes. A sua implementação irá depender do acesso de forma segura e ininterrupta ao património cultural afetado e das capacidades nacionais e/ou locais existentes.

Além disso, se, no início da recuperação, o património cultural continuar vulnerável, poderá ter de se repetir a ajuda em caso da ocorrência de uma nova emergência, como, por exemplo, em caso de um novo sismo ou do reinício de um conflito.

A gestão contínua dos riscos, os **planos de contingência**, a coordenação entre os vários intervenientes e as partes interessadas, e o reforço da capacidade para resolver as vulnerabilidades subjacentes às instituições do património cultural e às comunidades locais são, portanto, cruciais para tornar o património resiliente às catástrofes e aos conflitos.





GLOSSÁRIO

Agrupamento

Grupo de organizações humanitárias, tanto da ONU como exteriores à ONU, responsável pela coordenação dos principais sectores da ajuda humanitária, por exemplo água, saúde e logística. Estas organizações são nomeadas pelo Comité Permanente Interagências. (Humanitarian Response, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/TRD5-YFMG>

Andaime

Uma estrutura temporária utilizada para suportar pessoas e materiais durante a construção ou reparação de edifícios. (el-Habashi, 2016).

Aumento de carga

Ocorre quando a carga instalada em determinada estrutura é superior à carga que a estrutura pode suportar. Este excesso pode causar o colapso dessa estrutura.

Saiba mais em:

Merriam-Webster, 2017: <https://perma.cc/3BWH-FSC4>

Levy & Salvadori, 1992: <https://perma.cc/B3XW-HJ4F>

Avaliação de danos

A avaliação de danos é a avaliação e o registo preliminar dos danos ou perdas provocados por um acidente ou fenómeno da natureza. Uma avaliação de danos regista a extensão dos danos e o que pode ser substituído, restaurado ou resgatado. Esta avaliação pode também ser utilizada para estimar o tempo necessário para a reparação, a substituição e a recuperação. É essencial para facilitar uma resposta eficaz e eficiente por parte das equipas de emergência. (Office of Disaster Management and Preparedness, 2013).

Saiba mais em: <https://perma.cc/6PUJ-52Z4>

Avaliação de risco

Um parecer informado baseado numa metodologia para determinar a natureza e a extensão dos riscos no património cultural através da análise dos potenciais agentes de deterioração e dos danos, e da avaliação das condições de vulnerabilidade existentes que, em conjunto, podem potencialmente prejudicar as pessoas expostas, os bens, os serviços, os meios de subsistência e o ambiente de que dependem, bem como os correspondentes valores do património cultural. (Abarquez & Murshed, 2004; UNISDR, 2015).

Saiba mais em:

Abarquez & Murshed, 2004: <https://perma.cc/2PU2-V57Q>

UNISDR, 2015: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

Bem cultural

Um bem cultural é um objeto ou um lugar cujo valor se baseia na sua importância na sociedade, no conhecimento e na cultura de uma comunidade ou nação. A sua importância advém do seu valor estético, histórico, científico, social ou espiritual. Um bem cultural pode ser material ou imaterial. (Resource Planning and Development Commission, 2003).

Saiba mais em: <https://perma.cc/CNS7-SZNA>

Build back better

A integração de medidas de redução do risco de catástrofes na recuperação de infraestruturas físicas e de sistemas sociais, bem como na revitalização dos meios de subsistência, das economias e do ambiente. (UNISDR, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/3D78-H6DJ>

Caminho de cargas

O caminho através do qual a carga de uma estrutura é transmitida para as fundações. (Jamal, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/4KQE-XVQP>

Capacidades

A combinação dos pontos fortes, dos atributos e dos recursos disponíveis de uma organização, comunidade ou sociedade para gerir e reduzir os riscos de catástrofe e para reforçar a resiliência. A capacidade inclui: as infraestruturas, as instituições, os conhecimentos e as competências humanas, e os atributos coletivos, tais como as relações sociais, a liderança e a gestão. (UNISDR, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/L88V-8EBA>

Carga

As forças a que uma estrutura é submetida devido ao peso global que suporta ou à pressão do vento. (Merriam-Webster.com, 2017).

Com base nesta definição, é possível identificar diferentes tipos de carga:

- **Cargas estáticas;** estas atuam de forma estática ou com variações lentas.
- **Cargas permanentes;** referem-se ao peso próprio dos elementos que compõem uma construção, como por exemplo os pilares, os arcos, as vigas e as cúpulas, entre outros. Em geral, esta categoria inclui todos os elementos que são permanentes.

- **Sobrecarga:** são as cargas variáveis ligadas à função e ao objetivo da estrutura arquitetónica. Esta categoria inclui as pessoas, o mobiliário, a neve e outros.
- **Ações dinâmicas;** estas ações atuam dinamicamente e podem aumentar repentinamente, tais como o vento ou os sismos. São a causa de muitos colapsos de edifícios. (Levy & Salvadori, 1992, pp. 269-276).

Catástrofe

Uma grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo perdas e impactos humanos, materiais, económicos ou ambientais generalizados, que excede a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de lidar com a situação utilizando os seus próprios recursos. (UNISDR, 2009, p. 9).

Saiba mais em: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

Cintas de confinamento

Sistema para amarrar ou colocar cintas que atua como um espartilho, para evitar que as paredes danificadas caiam para o exterior. (Kelley, 2010, p. 10).

Saiba mais em: <https://perma.cc/PNF6-CEL9>

Comandante das operações de socorro

O indivíduo responsável por todas as atividades relativas a um incidente, incluindo o desenvolvimento de estratégias e táticas, bem como a solicitação e a disponibilização de recursos. O comandante das operações de socorro tem a autoridade e a responsabilidade geral pela condução das operações relacionadas com o incidente e é responsável pela gestão de todas as operações no local do incidente. (FEMA, p. 5).

Saiba mais em: <https://perma.cc/CF9H-D462>

Comunicação

A transmissão ou a troca de informações através da fala, da escrita ou da utilização de algum outro meio; a transmissão ou a partilha bem-sucedida de ideias e sentimentos. (Oxford Living Dictionary, 2017).

Saiba mais em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/communication>

Construção da Paz

Atividades levadas a cabo por intervenientes internacionais ou nacionais para prevenir conflitos violentos e institucionalizar a paz, entendida como a ausência de conflitos armados e a existência de alguma política participativa que podem ser sustentadas na ausência de uma operação internacional de paz. (Call & Couzens, 2007 citado em Bailey et al., 2009, p. 8).

Saiba mais em: <https://perma.cc/927F-UPE2>

Construção do Estado

Um processo interno para reforçar a capacitação, as instituições e a legitimidade do Estado, impulsionado pelas relações entre o Estado e a sociedade. (Bailey et al., 2009, p.8).

Saiba mais em: <https://perma.cc/927F-UPE2>

Contaminante

Nas coleções, um contaminante refere-se a qualquer material químico ou biológico encontrado em objetos/bens do museu que represente um perigo potencial para aqueles que os utilizam ou cuidam deles. O contaminante pode ser inerente ao bem, tal como os metais pesados dos pigmentos, ou pode ter sido introduzido mais tarde inadvertidamente, ou através de tratamentos, como a aplicação de conservantes químicos e de pesticidas. (US Department of the Interior, 2006, p. 1).

Saiba mais em: <https://perma.cc/DX5W-UJN8>

Continuidade estrutural

Uma estrutura é caracterizada como tendo continuidade estrutural quando os elementos estruturais (vigas, nós, pilares, paredes) estão ligados de modo a que a carga seja transferida, distribuída e entregue uniformemente por toda a estrutura.

Coordenação

A coordenação é a “colaboração entre as partes interessadas ou os intervenientes para melhorar os resultados ou o desempenho, quer durante um esforço coletivo, quer em resposta a uma questão, evento ou contexto comum”. (ICVA, n.d.).

Saiba mais em: <https://perma.cc/67A2-74YY>

Coordenador da resposta à emergência

O “coordenador da resposta à emergência” refere-se à pessoa encarregada da coordenação de todas as atividades de resposta e de recuperação durante uma situação de emergência. (Dorge & Jones, 1999, p. 4).

Saiba mais em: <https://perma.cc/QZ7N-BRCK>

Danos

Danos físicos que prejudiquem o valor, a utilidade ou a função normal de alguma coisa. (Oxford Living Dictionary, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/5XGA-8SYQ>

Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. (United Nations World Commission on Environment and Development, 1987).

Saiba mais em: <https://perma.cc/U3SD-AKMZ>

Emergência

Um acontecimento repentino e geralmente imprevisto que exige medidas imediatas para minimizar as suas consequências adversas (UNDHA 1992). Uma emergência pode ser classificada como **grave** se afetar uma grande parte da população e se for caracterizada por perdas extensas. Nestas situações, o governo local pode necessitar de assistência externa que envolva diversos organismos. Uma emergência grave pode incluir danos em larga escala ao património cultural material e imaterial, como, por exemplo, o caso do sismo de 2015 no Nepal.

Uma **emergência complexa** refere-se a uma crise humanitária que é combinada com riscos de segurança, distúrbios políticos e civis, e obstáculos à ajuda humanitária. As emergências complexas têm múltiplas causas e exigem respostas internacionais coordenadas que vão além do mandato ou da capacidade de um único organismo. Muitas vezes, as emergências complexas têm um ciclo muito mais longo do que as emergências repentinas.

As emergências complexas podem envolver a destruição deliberada do património cultural, como foi testemunhado nos recentes conflitos no Iraque, na Síria, na Somália e no Mali. Dentro do sistema da ONU, uma **emergência grave ou complexa** é geralmente classificada como uma emergência de **Nível 3**. Uma vez decretado este nível, é acionado um procedimento que envolve o sistema das Nações Unidas como um todo.

Uma **emergência de Nível 2 ou L2** é uma emergência menos grave e pode requerer algum acompanhamento da ONU, enquanto o Nível 1 corresponde a uma emergência localizada, que pode ser tratada pelo país sem auxílio externo.

Saiba mais em:

IASC, 1994: <https://perma.cc/973S-7TEU>

IASC, 2012: <https://perma.cc/CQU7-FLK2>

ICDO, 2017: <http://www.icdo.org/en/disasters>

IFRC, 2017: <https://perma.cc/X8XD-HBC6>
UNDHA, 1992: <https://perma.cc/F5AP-ACVD>

Emergência causada por perigos antrópicos

As emergências causadas por perigos antrópicos são as que têm origem em atividades humanas que provocam um impacto significativo na população e no meio ambiente. Exemplos de perigos antrópicos incluem: acidentes nucleares e outros derivados da radiação libertada, a libertação de produtos químicos, a desertificação, a poluição ambiental, os conflitos, as epidemias e os incêndios. (ICDO, 2017; UNISDR 2018).

Saiba mais em:

ICDO, 2017: <http://www.icdo.org/en/disasters/>
UNISDR, 2018: <https://perma.cc/6PKN-W9ND>

Emergência causada por perigos naturais

As emergências provocadas por perigos naturais são acontecimentos causados por fenómenos naturais que afetam seriamente a sociedade, a economia e/ou as infraestruturas de uma região. Dependendo da vulnerabilidade da população e da capacidade de resposta local, as catástrofes resultantes destes fenómenos colocarão desafios e problemas de natureza humanitária. Os exemplos de perigos naturais incluem: sismos, tsunamis, furacões, inundações, incêndios florestais, erupções vulcânicas, deslizamentos de terras e pestes. (IFRC, 2017; IASC, 2011).

Saiba mais em:

IFRC, 2017: <https://perma.cc/WP7R-ELK8>
IASC, 2011: <https://perma.cc/85SP-6HKW>

Escora

Um suporte para evitar o abaulamento ou o abatimento. (Merriam-Webster.com, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/QK5P-TLYX>

Escoramento

O processo de dar suporte a um edifício ou a partes de um edifício com escoras (suportes) que desviam as cargas do edifício que não estão adequadamente equilibradas, transferindo-as em segurança para o solo sem afetar a configuração existente das partes e dos sistemas do edifício. O sistema de escoramento pode ser vertical, diagonal ou horizontal. (el-Habashi, 2017).

Definição alternativa:

Pode ser definido como um apoio temporário para estruturas instáveis, que podem estar danificadas, colapsadas ou parcialmente colapsadas, proporcionando a estabilidade necessária para proteger a propriedade,

os trabalhadores e o público em geral. Um sistema de escoramento é como um funil duplo. Tem de receber a carga através duma viga superior e/ou elemento de apoio da parede, enviá-la para as escoras e depois distribuí-la em segurança para a estrutura da base de apoio. (FEMA, 2009).

Saiba mais em: <https://perma.cc/WF28-Q5QU>

Estabilização

Uma intervenção ou ação destinada a manter a integridade e a minimizar uma maior deterioração do património cultural em risco de segurança estrutural, danificado ou deteriorado. Pode ser utilizada como uma medida provisória ou envolver a preservação a longo prazo. (US National Park Service, 2015).

Saiba mais em: <https://perma.cc/4EVW-LK9W>

Fotogrametria

A fotogrametria é um método para calcular medidas com rigor de um objeto, de um monumento ou uma paisagem, através da utilização de informação fotográfica digital. Os marcadores de referência em cada fotograma são utilizados como pontos fixos para alinhar as imagens. Quando combinada com um levantamento laser scanning 3D, a fotogrametria permite a digitalização de dados de forma extremamente precisa. (Cultural Heritage Imaging, 2018).

Saiba mais em: <https://perma.cc/Z4YF-WWSW>

Gestão de riscos

A abordagem sistemática e a prática de gerir a incerteza para minimizar os danos potenciais. (UNISDR, pp. 26-27).

Saiba mais em: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

Importância

A importância e os valores de um objeto, uma coleção ou uma tradição e o que o/a torna importante. A importância são os valores históricos, estéticos, científicos e sociais que um bem cultural tem para as gerações passadas, presentes e futuras. (Russell & Winkworth, 2009).

Saiba mais em: <https://perma.cc/GJ8G-ERAN>

Interveniente

Uma organização, uma comunidade ou um indivíduo de um organismo que interage diretamente dentro de um sistema. Um **interveniente** é sempre uma parte interessada, mas nem todas as partes interessadas são intervenientes, uma vez que não interagem necessária e direta-

mente com o sistema, mas têm interesse no comportamento e nos resultados alcançados pelos intervenientes. (Cockburn, 2001, p. 53).

Saiba mais em: <https://perma.cc/8LKF-RYNJ>

Inventário

Uma lista pormenorizada dos bens e recursos atuais: tal como um catálogo das propriedades de um indivíduo, [de uma organização] ou do património. (Merriam-Webster, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/V2C8-YBA9>

Justiça transitória

A justiça transitória consiste nos processos e mecanismos judiciais e não judiciais, incluindo as ações judiciais de acusação, que facilitam as medidas respeitantes ao direito à verdade, ao pagamento de indemnizações, à reforma institucional e às consultas nacionais. (United Nations Secretary-General, 2010, p. 2).

Saiba mais em: <https://perma.cc/A8H5-DPTK>

Laser Scanning 3D

Um dispositivo sem contacto e não destrutivo que utiliza a luz laser para capturar digitalmente a forma física de um objeto, refletindo a sua luz e triangulando-a com uma lente da câmara, para criar um conjunto de dados ou 'nuvem de pontos' com base na superfície de um objeto. O laser scanning 3D é uma forma de capturar o tamanho e a forma exata de um objeto físico através de uma representação tridimensional digital. Esta técnica é mais adequada para a medição e a inspeção de superfícies com contornos e de objetos complexos que requerem grandes quantidades de dados para a sua descrição precisa, que seria difícil de obter através dos métodos tradicionais de levantamento. (Historic England, 2018).

Saiba mais em: <https://perma.cc/YLM5-LQL2>

Número de registo

Um número de registo é um número individual e permanente de todos os objetos que fazem parte das coleções permanentes de um museu. É o documento mais importante do sistema de inventariação do museu. Contém informações sobre os objetos do museu e funciona como uma lista oficial das coleções pelas quais o museu é responsável. (Collections Trust, 2018).

Saiba mais em: <https://perma.cc/J4GF-WHWN>

Operacionais de primeira intervenção

Uma pessoa [...] que é destacada para ir imediatamente para o local de um acidente ou de uma emergência, para prestar assistência. (Merriam-Webster.com, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/6CW4-VCTE>

Parte interessada

As partes interessadas são as pessoas que têm um interesse direto ou indireto, que afetam ou são afetadas pela implementação e pelo resultado das atividades de intervenção. Normalmente, incluem indivíduos e representantes das comunidades, instituições e/ou organizações e organismos envolvidos na área do projeto. As partes interessadas estão normalmente divididas em três categorias principais; primárias, secundárias e decisivas. (IUCN, n.d.; IFRC, 2010, pp. 16-17).

- **Partes interessadas primárias:** são os que mais dependem ou estão mais diretamente ligadas ao património cultural afetado e são, portanto, suscetíveis de serem afetadas positiva ou negativamente por qualquer intervenção na área. Os exemplos são as comunidades religiosas associadas a um determinado local; os grupos indígenas com direitos de propriedade; e as comunidades dependentes de recursos do património cultural como parte da sua subsistência.
- **Partes interessadas secundárias:** não estão diretamente dependentes ou ligadas ao património cultural afetado, mas têm um grande interesse na forma como este é gerido ou utilizado. Têm interesse na área, mas têm uma influência e autorização limitadas sobre os recursos. Exemplos de partes interessadas secundárias são as ONG, as instituições educativas e o sector privado.
- **Partes interessadas centrais:** podem influenciar significativamente ou são vitais para o sucesso de qualquer intervenção escolhida para ajudar na recuperação da comunidade. As partes interessadas centrais podem incluir os departamentos e ministérios governamentais, os detentores de recursos essenciais e os financiadores.

Saiba mais em:

IFRC, 2010: <https://perma.cc/3Q8E-EU7M>

IUCN, n.d.: <https://perma.cc/EG6K-E3TQ>

Património cultural

O património cultural pode ser definido como a expressão dos modos de vida desenvolvidos por uma comunidade que são transmitidos de geração em geração, incluindo os costumes, as práticas, os locais, os objetos e as expressões, e os valores artísticos. O património cultural é caracterizado como material (ou tangível) ou imaterial (ou intangível). (ICOMOS, 2002).

Património cultural imaterial

O património cultural imaterial engloba as práticas, as representações, as expressões, os saberes, as competências, os instrumentos, os objetos, os artefactos e os espaços culturais que uma comunidade, um grupo ou os indivíduos reconhecem como parte do seu património cultural. É transmitido de geração em geração e é continuamente redefinido pelas comunidades em resposta às suas interações com os ambientes circundantes e a sua história, formando assim um sentimento de identidade e de continuidade que promove o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. Este património é expresso através da tradição oral; dos costumes; da língua; das artes performativas; dos rituais e eventos festivos; dos desportos populares; da alimentação e das artes culinárias; da medicina tradicional e da farmacopeia; do artesanato tradicional e das capacidades de produção associadas; e dos conhecimentos e práticas que dizem respeito ao ambiente natural. (ICOMOS, 2002; UNESCO, 2003).

Saiba mais em: UNESCO: <http://perma.cc/5ZXN-XCPV>

Património cultural material

O património cultural material é composto pelas manifestações físicas da cultura produzida, mantida e transmitida no seio de uma sociedade. Está imbuído de importância cultural. O património cultural material pode referir-se a:

- a. **Património cultural imóvel:** locais de habitação humana incluindo edifícios; aldeias; vilas e cidades; e estruturas.
- b. **Património cultural móvel:** documentos e arquivos; obras de arte; artesanato; instrumentos musicais; mobiliário; artigos de vestuário para adorno pessoal; objetos religiosos, rituais e funerários; ferramentas e equipamento mecânico; e sistemas industriais.

Perigo

Um fenómeno, uma substância, uma atividade ou uma condição considerado(a) perigoso(a) e que pode causar a perda de vidas, ferimentos ou outros impactos sobre a saúde, danos materiais, perda de meios de subsistência e de serviços, perturbações sociais e económicas, ou danos ambientais. (UNISDR, 2009, p. 17). Ver: **Emergência causada por perigos antrópicos e Emergência causada por perigos naturais.**

Saiba mais em:

IASC, 2011: <https://perma.cc/85SP-6HKW>

IFRC, 2017: <https://perma.cc/WP7R-ELK8>

UNISDR, 2009: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

Plano de contingência

O plano de contingência é um instrumento de gestão que analisa os riscos das catástrofes e estabelece preparativos prévios para permitir respostas eficazes e apropriadas a uma emergência e ao seu potencial impacto nos seres humanos. O plano de contingência estabelece e coordena vias de ação com papéis institucionais, recursos, processos de informação e disposições operacionais claramente definidos para os intervenientes, em caso de necessidade. O plano permite aos intervenientes prever, antecipar e resolver os problemas que possam surgir durante as catástrofes. (IFRC, 2017; UNISDR, 2017).

Saiba mais em:

IFRC, 2017: <https://perma.cc/W2BZ-U92R>

UNISDR, 2017: <https://perma.cc/L88V-8EBA>

Priorizar

Determinar a ordem para tratar uma série de itens ou tarefas de acordo com a sua importância relativa. (Oxford Living Dictionary, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/2Z4V-2UKN>

Reabilitação

O restabelecimento dos serviços e equipamentos básicos para o funcionamento de uma comunidade ou sociedade afetada por uma catástrofe. (UNISDR, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/L88V-8EBA>

Reconstrução

O ato ou processo de reproduzir através de uma nova construção, a forma, as características e os pormenores de um local, uma paisagem, um edifício, uma estrutura ou um objeto que não sobreviveu, com o objetivo de reproduzir o seu aspeto num período específico e na sua localização histórica. (Tolles et al., 2002, p. 120).

Saiba mais em: <https://perma.cc/6TCW-WUPX>

Recuperação

O restabelecimento ou a melhoria dos meios de subsistência e da saúde, bem como da economia, dos bens, dos sistemas e das atividades físicas, sociais, culturais e ambientais de uma comunidade ou sociedade afetada por uma catástrofe, alinhando-se com os princípios do desenvolvimento sustentável e do “reconstruir melhor”, para evitar ou reduzir o risco de catástrofes futuras. (UNISDR, 2017).

Saiba mais em: <https://perma.cc/L88V-8EBA>

Registo e documentação

O registo e a documentação são um texto descritivo ou uma ajuda visual utilizados para definir ou descrever um objeto, um projeto, uma especificação, instruções ou um procedimento. Enquanto atividade, representa a recolha e o arquivo sistemático de registos, a fim de os preservar para referência futura. (UNECE, 2000, p. 12; Letellier, 2007, p. xv).

Saiba mais em:

UNECE, 2000: <https://perma.cc/NG4Z-V7YE>

Letellier, 2007: <https://perma.cc/QW3W-FA9U>

Resposta

A prestação de serviços de emergência e de assistência pública durante ou imediatamente após uma catástrofe, a fim de salvar vidas, de reduzir os impactos na saúde, de garantir a segurança pública e de satisfazer as necessidades básicas de subsistência das pessoas afetadas. (UNISDR, 2009, pp. 24-25).

Saiba mais em: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

Restauro

O ato ou processo de recuperar com precisão a forma, as características e a natureza de um bem de acordo com a sua aparência num determinado período, através da remoção de elementos de outros períodos da sua história e da reconstrução de elementos em falta no período do restauro. No âmbito de um projeto de restauro, é aceitável a modernização limitada e cuidadosa dos sistemas mecânicos, elétricos e de canalização e de outros trabalhos exigidos pela legislação para tornar as propriedades funcionais (Tolles et al., 2002, p. 120).

Saiba mais em: <https://perma.cc/6TCW-WUPX>

Risco

Em situações de emergência, os riscos correspondem essencialmente aos potenciais impactos negativos na vida das pessoas, em partes do património e valores associados. Os riscos são identificados analisando os perigos potenciais, e as vulnerabilidades existentes no local/nos museus e nos seus componentes móveis ou no património construído.

Os riscos são também definidos como a combinação da probabilidade de ocorrência de um evento e das suas consequências negativas. (UNISDR, 2009, p. 25).

Saiba mais em: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

Risco de Catástrofe

A potencial perda de vidas, os feridos ou os bens destruídos ou danificados que podem ocorrer num sistema, numa sociedade ou numa comunidade num espaço de tempo específico, determinado com base em probabilidades e em função do perigo, da exposição, da vulnerabilidade e da capacidade. (United Nations General Assembly, 2016, p. 14).

Saiba mais em: <https://perma.cc/TR42-CA9D>

Sistema de gestão da emergência

Implementação de um sistema que permite a organização e a gestão dos recursos e das responsabilidades para abordar todos os aspetos das emergências, em particular a preparação, a resposta e a recuperação. (UNISDR, 2009, p. 13).

Saiba mais em: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

Sistemas de Informação Geográfica (SIG)

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são uma ferramenta informática utilizada para visualizar, questionar, analisar e interpretar todo o tipo de informação geograficamente referenciada, para compreender as relações, os padrões e as tendências sob a forma de mapas, globos, relatórios e gráficos. (ESRI, 2018; National Geographic Society, 2017).

Saiba mais em:

ESRI, 2018: <https://perma.cc/W3R9-TGSU>

National Geographic Society, 2017: <https://perma.cc/XU43-PRHP>

Vulnerabilidade

As características e circunstâncias de uma comunidade, de um sistema ou de um bem que o/a tornam suscetível aos efeitos prejudiciais de um perigo. Os perigos podem ser físicos, sociais, económicos e ambientais. A vulnerabilidade pode mudar significativamente dentro de uma comunidade e ao longo do tempo. (UNISDR, 2009, p. 30).

Saiba mais em:

UNISDR: <https://perma.cc/85M4-6TB9>



**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

Introdução à ajuda de emergência ao patrimônio cultural

Abarquez, I. & Murshed, Z. 2004. *Field Practitioners' Handbook, Community-Based Disaster Risk Management*. Thailand, Asian Disaster Preparedness Center. Disponível em: <https://www.adpc.net/igo/category/ID428/doc/2014-xCSf7I-ADPC-12handbk.pdf> [Consultado a 29 de abril de 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/2PU2-V57Q>

Department of Homeland Security Federal Emergency Management Agency. 2017. *ICS Glossary*. Washington, DC, United States Department of Homeland Security. Disponível em: <https://training.fema.gov/emiweb/is/icsresource/assets/icsglossary.pdf> [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/CF9H-D462>

Dorge, V. & Jones, S.L. 1999. *Building an Emergency Plan: A Guide for Museums and Other Cultural Institutions*. Los Angeles, The Getty Conservation Institute. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/emergency_plan.pdf [Consultado a 14 novembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QZ7N-BRCK>

Hammer, J. 2017. The Salvation of Mosul. *Smithsonian Magazine*. Washington, DC, Smithsonian Institution. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/history/salvation-mosul-180964772/> [Consultado a 24 dezembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/B7YF-NA2S>

Humanitarian Response. 2017. *What is the Cluster Approach?* New York, United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Disponível em: <https://www.humanitarianresponse.info/en/about-clusters/what-is-the-cluster-approach> [Consultado a 24 dezembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/TRD5-YFMG>

Inter-Agency Standing Committee. 1994. Definition of Complex Emergencies. Inter-Agency Standing Committee Working Group XVIth Meeting, 30 novembro 1994, Geneva, Inter-Agency Standing Committee. Disponível em: https://interagencystandingcommittee.org/system/files/legacy_files/WG16_4.pdf [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/973S-7TEU>

Inter-Agency Standing Committee. 2011. *IASC Operational Guidelines on the Protection of Persons in Situations of Natural Disasters*. Washington, DC, The Brookings – Bern Project on Internal Displacement. Disponível em: <https://docs.unocha.org/sites/dms/Documents/Operational%20Guidelines.pdf> [Consultado a 27 abril 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/85SP-6HKW>

Inter-Agency Standing Committee. 2012. *Humanitarian System-Wide Emergency Activation: Definition and Procedures*. Geneva, Inter-Agency Standing Committee. Disponível em: https://interagencystandingcommittee.org/system/files/legacy_files/2.%20System-Wide%20%28Level%203%29%20Activation%20%2820Apr12%29.pdf [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/CQU7-FLK2>

International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM). 2018. *First Aid to Cultural Heritage in Times of Crisis (FAC)*. Rome, ICCROM. Disponível em: <https://www.iccrom.org/section/disaster-resilient-heritage/first-aid-cultural-heritage-times-crisis-fac> [Consultado a 17 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/EEK9-MEZX>

International Civil Defence Organisation. 2017. *Disasters*. Geneva, International Civil Defence Organisation. Disponível em: <http://www.icdo.org/en/disasters/> [Consultado a 2 junho 2017].

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). 2002. *ICOMOS International Cultural Tourism Charter, Principles and Guidelines for Managing Tourism at Places of Cultural and Heritage Significance*. Charenton-le-Pont, ICOMOS International Cultural Tourism Committee.

International Council of Voluntary Agencies. n.d. *Definition of Humanitarian Coordination*. Geneva, International Council of Voluntary Agencies. Disponível em: <https://ngocoordination.org/content/definition-humanitarian-coordination> [Consultado a 26 abril 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/67A2-74YY>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2017. *Complex/Man-Made Hazards: Complex Emergencies*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/about-disasters/definition-of-hazard/complex-emergencies/> [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/X8XD-HBC6>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2017. *Disaster and crisis management*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/> [Consultado a 8 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/WP7R-ELK8>

Italian Civil Protection Department. 2016. *Terremoto Centro Italia: procedure per la messa in sicurezza dei beni culturali (Earthquake in Central Italy: Procedures for the Safeguarding of Cultural Assets)*. Rome, Italian Civil Protection Department - Presidency of the Council of Ministers. Available (in Italian) at: http://www.protezionecivile.gov.it/jcms/en/view_new.wp?contentId=NEW59794 [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/4H2Q-SFUY>

Letellier, R. 2007. *Recording, Documentation, and Information Management for the Conservation of Heritage Places, Guiding Principles*. Los Angeles, The Getty Conservation Institute. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/guiding_principles.pdf [Consultado a 22 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QW3W-FA9U>

L'Institut de Sauvegarde du Patrimoine National. n.d. *Les bulletins de l'Institut de Sauvegarde du Patrimoine National. Haiti, l'Institut de Sauvegarde du Patrimoine National*. Available (in French) at: <http://www.mappinghaitianhistory.com/new-page/> [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/NFP5-VPZH>

Ministry of Cultural Heritage and Activities and Tourism. 2017. *Emergenza Terremoto e Beni Culturali*. Rome, Ministry of Cultural Heritage and Activities and Tourism. Available (in Italian) at: http://www.beniculturali.it/mibac/export/MiBAC/sito-MiBAC/Contenuti/MibacUnif/Comunicati/visualizza_asset.html_1142856925.html [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/Z7NE-UTHV>

National Disaster Management Authority. 2005. *National Disaster Management Act, 2005*. New Delhi, Government of India. Disponível em: http://www.ndma.gov.in/images/ndma-pdf/DM_act2005.pdf [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/L86C-E3KS>

National Park Service. 2017. *Definitions – Preservation Maintenance*. Washington, DC, U.S. Department of the Interior. Disponível em: https://www.nps.gov/dscw/definitionsdc_p.htm#preservmain [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/4EVW-LK9W>

Office of Disaster Management and Preparedness. 2013. *Damage Assessment*. Port of Spain, Government of the Republic of Trinidad and Tobago. Disponível em: <http://www.odpm.gov.tt/node/70> [Consultado a 22 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/6PUJ-5Z74>

Oxford University Press. 2018. *Oxford Living Dictionary*. Oxford, Oxford University Press. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/> [Consultado a 20 janeiro 2018].

Thapa, M. 2016. *Out of Barracks: Civil-Military Relations in Disaster Management – A Case Study of Nepalese Army's Humanitarian Response during 2015 Earthquake in Nepal*. San José, University for Peace. Disponível em: <https://www.upeace.org/uploads/file/Ideas01.pdf> [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/ZZ2D-WLPG>

United Nations Department of Humanitarian Affairs. 1992. *Internationally agreed basic glossary of terms related to Disaster Management*. Geneva, United Nations Department of Humanitarian Affairs. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/004DFD3E15B69A67C1256C4C006225C2-dha-glossary-1992.pdf> [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/F5AP-ACVD>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). 2003. *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris, UNESCO. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/convention> [Consultado a 26 abril 2017].

Hiperligação permanente: <http://perma.cc/5ZXN-XCPV>

United Nations International Strategy for Disaster Reduction. 2009. *UNISDR Terminology on Disaster Risk Reduction*. Geneva, United Nations International Strategy for Disaster Reduction. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf [Consultado a 8 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. 2017. *Terminology – Capacity*. Geneva, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/terminology#letter-c> [Consultado a 5 maio 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/L88V-8EBA>

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. 2017. *Terminology – Contingency Planning*. Geneva, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/terminology#letter-c> [Consultado a 5 maio 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/L88V-8EBA>

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. 2018. *Words into Action Guidelines: Man-made and Technological Hazards. Practical considerations for Addressing Man-made and Technological Hazards in Disaster Risk Reduction*. Geneva, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/54012_manmadetechhazards.pdf [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/6PKN-W9ND>

United Nations Statistical Commission and Economic Commission for Europe. 2000. *Terminology on Statistical Metadata*. United Nations Statistical Commission and Economic Commission for Europe Conference of European Statisticians Statistical Standards and Studies No. 53, Geneva, United Nations. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/coded_files/UNECE_TERMINOLOGY_STAT_METADATA_2000_EN.pdf [Consultado a 27 abril 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/NG4Z-V7YE>

Etapa 1: Análise da situação

Australia International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). 2013. *The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013*. Burwood, ICOMOS. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf> [Consultado a 21 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/ULL9-UY9U>

Avrami, E., Mason R. & de la Torre, M. 2000. *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles, The Getty Conservation Institute. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/valuesrpt.pdf [Consultado a 18 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/T4PS-KNPC>

Cockburn, A. 2001. *Writing Effective Use Cases*. New Jersey, Addison-Wesley. Disponível em: <http://alastair.cockburn.us/get/2465> [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/8LKF-RYNJ>

Department for International Development (DFID), n.d. *Conducting Conflict Assessments: Guidance Notes*. Disponível em: <http://www.conflict-recovery.org/bin/dfid-conflictassessmentguidance.pdf> [Consultado a 20 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/XFC9-4HMN>

Inter-Agency Standing Committee. 2011. *IASC Operational Guidelines on the Protection of Persons in Situations of Natural Disasters*. Washington, DC, The Brookings – Bern Project on Internal Displacement. Disponível em: <https://docs.unocha.org/sites/dms/Documents/Operational%20Guidelines.pdf> [Consultado a 27 abril 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/85SP-6HKW>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2010. *Project/Programme Planning Guidance Manual*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, Geneva. Disponível em: <http://www.ifrc.org/Global/Publications/monitoring/PPP-Guidance-Manual-English.pdf> [Consultado a 8 maio 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/3Q8E-EU7M>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2012. *Practical application of the recovery approach programme cycle. IFRC Recovery programming guidance 2012*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <http://www.ifrc.org/PageFiles/41104/IFRC%20Recovery%20programming%20guidance%202012%20-%20201232900.pdf> [Consultado a 8 maio 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/L88B-XKZM>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2017. *Contingency Planning*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/preparing-for-disaster/disaster-preparedness-tools/contingency-planning-and-disaster-response-planning/> [Consultado a 8 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/W2BZ-U92R>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2017. *Disaster and crisis management*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/> [Consultado a 8 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/WP7R-ELK8>

International Union for Conservation of Nature (IUCN). *Situation Analysis – An Approach and Method for Analysing the Context of Projects and Programme*. Gland, International Union for Conservation of Nature. Disponível em: http://cmsdata.iucn.org/downloads/approach_and_method.pdf [Consultado a 9 abril 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/EG6K-E3TQ>

Kelley, S.J. 2013. *Typhoon and Earthquake Damage Assessment of Cultural Heritage: Damage assessment from natural disaster on the islands of Cebu, Bohol, Samar and Leyte*. Chicago, Stephen J. Kelly Preservation Architect/Engineer. Disponível em: <http://www.kelleyaiase.com/philippines-typhoon-and-earthquake-damage-assessment.html> [Consultado a 20 janeiro 2018]

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/6LJB-2953>

Merriam-Webster. 2017. *Definition of Inventory*. Springfield, Merriam-Webster, Incorporated. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/inventory> [Consultado a 30 junho 2017].

Pan American Health Organization (PAHO). 2009. *Information Management and communication in emergencies and disasters*. Washington, DC, Pan American Health Organization. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/753BA3EC98D0AE21852576A40078B90C-PAHO_CommGuide_ResponseTeams_dec09.pdf [Consultado a 20 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/4BZQ-46TA>

Resource Planning and Development Commission. 2003. *Understanding Heritage Assets. State of the Environment Tasmania 2003*. Hobart. Department of Justice, Government of Tasmania. Disponível em: <http://soer.justice.tas.gov.au/2003/copy/73/index.php> [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/CNS7-SZNA>

United Nations International Strategy for Disaster Reduction. 2009. *UNISDR Terminology on Disaster Risk Reduction*. Geneva, United Nations International Strategy for Disaster Reduction. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf [Consultado a 8 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

United Nations Refugee Agency. 2008. *A Community-based Approach in UNHCR Operations*. Geneva, United Nations Refugee Agency. Disponível em: <http://www.unhcr.org/47f0a0232.pdf> [Consultado a 8 maio 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/DVF2-K66V>

Van Balen, K. 2008. The Nara Grid: An Evaluation Scheme Based on the Nara Document on Authenticity. *APT Bulletin*, 39(2/3): 39-45. Disponível em: <http://orcp.hustoj.com/wp-content/uploads/2016/01/2008-The-Nara-Grid-An-Evaluation-Scheme-Based-on-the-Nara-Documents-on-Authenticity.pdf> [Consultado a 17 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/DL8A-E32V>

Etapa 2: Avaliação no local de danos e riscos após o evento

Abarquez, I. & Murshed, Z. 2004. *Field Practitioners' Handbook, Community-Based Disaster Risk Management*. Thailand, Asian Disaster Preparedness Center. Disponível em: <https://www.adpc.net/igo/category/ID428/doc/2014-xCSf7l-ADPC-12handbk.pdf> [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/2PU2-V57Q>

BC Housing. 2018. *Rapid Damage Assessment*. Burnaby, BC Housing. Disponível em: <https://www.bchousing.org/about/rapid-damage-assessment> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/686P-5JFE>

Connecticut Technology Transfer Center. 2010. *Protective Equipment for Workers in Hurricane Flood Response*. Connecticut, School of Engineering, University of Connecticut. Disponível em: <https://www.t2center.uconn.edu/pdfs/SAFETY%20BRIEF%202010-7.pdf> [Consultado a 9 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/LG2T-FTDZ>

Department of Homeland Security Federal Emergency Management Agency (FEMA). 2016. *Damage Assessment Operations Manual: A Guide to Assessing Damage and Impacts*. Washington, DC, FEMA. Disponível em: <https://www.fema.gov/media-library-data/1459972926996-a31eb90a2741e86699ef34ce2069663a/PDAManualFinal6.pdf> [Consultado a 31 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/B3HC-8W2P>

Department of Homeland Security Federal Emergency Management Agency (FEMA). 2017. *ICS Glossary*. Washington, DC, FEMA. Disponível em: <https://training.fema.gov/emiweb/is/icsresource/assets/icsglossary.pdf> [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/CF9H-D462>

Dorge, V. & Jones, S.L. 1999. *Building an Emergency Plan: A Guide for Museums and Other Cultural Institutions*. Los Angeles, The Getty Conservation Institute. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/emergency_plan.pdf [Consultado a 14 novembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QZ7N-BRCK>

Esri. 2018. *What is GIS?* California, Esri. Disponível em: <http://www.esri.com/what-is-gis> [Consultado a 7 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/W3R9-TGSU>

Heritage Collections Council. 1998e. *reCollections: Caring for Collections Across Australia – Managing People*. Canberra, Heritage Collections Council. Disponível em: https://aiccm.org.au/sites/default/files/docs/reCollections/5_managing_people.pdf [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/RR45-BJDW>

Inter-Agency Standing Committee. 2011. *IASC Operational Guidelines on the Protection of Persons in Situations of Natural Disasters*. Washington DC, The Brookings – Bern Project on Internal Displacement. Disponível em: <https://docs.unocha.org/sites/dms/Documents/Operational%20Guidelines.pdf> [Consultado a 27 abril 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/85SP-6HKW>

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). 2010. *Methodology for Building Assessment and Mitigation following the janeiro 12, 2010 Haiti Earthquake*. Paris, ICOMOS. Disponível em: http://www.rdmuch.jp/en/project/itc/training_guide/sections/section_3/files/ICOMOS_Haiti_Methodology.pdf [Consultado a 6 março 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QYZ7-F93W>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (IFRC). 2017. *Disaster and crisis management*. Geneva, IFRC. Disponível em: <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/> [Consultado a 8 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/WP7R-ELK8>

Japan ICOMOS National Committee. 2011. *The Great East Japan Earthquake, Report on the Damage to Cultural Heritage*. Tokyo, Japan ICOMOS National Committee. Disponível em: http://www.japan-icomos.org/pdf/earthquake_report_20111120.pdf [Consultado a 17 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/5QBL-ZNL7>

Kazama, M. & Noda, T. 2012. Damage Statistics (Summary of the 2011 off the Pacific Coast of Tohoku Earthquake damage). *Soils and Foundations*, 52(5): 780–792. Disponível em: https://ac.els-cdn.com/S0038080612000947/1-s2.0-S0038080612000947-main.pdf?_tid=5336a9ea-099d-4a11-90e0-7a279e5e7c0f&acdnat=1523211272_73407c2fab7877a8c3a6273e2f1adbb6 [Consultado a 16 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/Y4M9-XE7R>

Kunwar, R.R. & Chand, U. 2016. Natural Disaster and Heritage Tourism: A Study on the Impacts of Earthquake in Bhaktapur, Nepal. *Journal of Tourism and Hospitality*, 6. Disponível em: <https://www.nepjol.info/index.php/JTHE/article/viewFile/14766/11970> [Consultado a 27 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/3H2R-68BK>

Oxford University Press (OUP). 2018. *Oxford Living Dictionary*. Oxford, OUP. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/> [Consultado a 20 janeiro 2018].

Russell, R. & Winkworth, K. 2009. *Significance 2.0: A guide to assessing the significance of collections*. Adelaide, Collections Council of Australia Ltd. Disponível em: <https://www.arts.gov.au/sites/g/files/net1761/f/significance-2.0.pdf> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/GJ8G-ERAN>

Sheehan, M. 2013. Improving Disaster Assessment: Disconnected mobile app uses ArcGIS Online. Salt Lake City, WebMap Solutions. Disponível em: <http://www.esri.com/~media/Files/Pdfs/news/arcuser/0613/disasterassess.pdf> [Consultado a 31 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/3Z5C-6BBR>

Tateishi, T. 2014. Overview of properties affected by disaster in the Great East Japan Earthquake of março 2011. *Microbial bio-deterioration of Cultural Property, Proceedings of the International Symposium on the Conservation and Restoration of Cultural Property 2012*. Tokyo, National Research Institute for Cultural Properties. Disponível em: http://www.tobunken.go.jp/~ccr/pub/symp2012/symp2012_03.pdf [Consultado a 16 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/P4EG-M7KS>

United Nations Development Programme (UNDP). 2014. *Post Disaster Needs Assessments*. Geneva, UNDP. Disponível em: www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/crisis-prevention-and-recovery/pdna.html [Consultado a 29 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/8APF-KE8K>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). 2003. *The Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris, UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf> [Consultado a 1 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <http://perma.cc/5ZXN-XCPV>

United Nations General Assembly. 2016. *Report of the open-ended intergovernmental expert working group on indicators and terminology relating to disaster risk reduction*. Geneva, United Nations. Disponível em: <http://www.preventionweb.net/publications/view/51748> [Consultado a 22 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/TR42-CA9D>

United Nations International Strategy for Disaster Reduction (UNISDR). 2009. *UNISDR Terminology on Disaster Risk Reduction*. Geneva, UNISDR. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf [Consultado a 8 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

United Nations International Strategy for Disaster Reduction (UNISDR). 2017. *Terminology – C*. Geneva, UNISDR. Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/terminology#letter-c> [Consultado a 5 maio 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/L88V-8EBA>

Etapa 3: Segurança e estabilização

Australian Institute for the Conservation of Cultural Material. 2017. *Visual Glossary*. Canberra, Australian Institute for the Conservation of Cultural Material. Disponível em: <https://aiccm.org.au/conservation/visual-glossary> [Consultado a 22 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/4P8N-5GBP>

Australia International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). 2013. *The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013*. Burwood, ICOMOS. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf> [Consultado a 21 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/UJL9-UY9U>

Australian War Memorial. n.d. *Conservation advice: Cleaning Soot Damaged Objects*. Canberra, The Australian War Memorial. Disponível em: <https://www.awm.gov.au/about/our-work/projects/soot> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/Q38H-G6KT>

Canadian Conservation Institute. 2007. Vacuum Freeze-drying Archaeological Artifacts. *Canadian Conservation Institute (CCI) Notes 4/2*. Ottawa, Minister of Public Works and Government Canada. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/conservation-preservation-publications/canadian-conservation-institute-notes/vacuum-freeze-drying-archaeological-artifacts.html> [Consultado a 12 outubro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QRP8-LYKA>

Canadian Conservation Institute. 2017. *Agents of Deterioration*. Ottawa, Minister of Public Works and Government Canada, Ottawa. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration.html> [Consultado a 22 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/S65F-KNA5>

Canadian Conservation Institute. 2017. *Care of Objects and Collections*. Ottawa, Minister of Public Works and Government. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/care-objects.html> [Consultado a 22 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/ZDG8-Y4UU>

Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco – Università degli Studi di Udine. 2011. *Manuale Opere Provvisoriale, l'intervento tecnico urgente in emergenza sismica*. Rome, Ministero dell'Interno. Available (in Italian) at: <http://www.vigilfuoco.it/allegati/STOP/ManualeSTOP.pdf> [Consultado a 24 outubro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/AP8A-22L2>

Daniels, B.I. & Wegener, C. 2016. *Heritage at Risk: Safeguarding Museums During Conflict*. Museum, American Alliance of Museums.

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/R9HQ-6Z8L>

Department of Homeland Security Federal Emergency Management Agency (FEMA). 2008. *Glossary – Incident Command System Training maio 2008*. Washington, DC, U.S. Department of Homeland Security. Disponível em: <https://training.fema.gov/emiweb/is/icsresource/assets/icsglossary.pdf> [Consultado a 14 novembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/RHW4-EAFV>

Department of Homeland Security Federal Emergency Management Agency (FEMA). 2009. *FEMA National US&R Response System Structural Collapse Technician Module 2a Shoring Basics*. Washington, DC, FEMA. Disponível em: <https://www.fema.gov/pdf/emergency/usr/module2a.pdf> [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/WF28-Q5QU>

Department of Homeland Security Federal Emergency Management Agency (FEMA). 2015. *Disposing of Debris and Removing Hazardous Waste*. Washington, DC, U.S. Department of Homeland Security. Disponível em: <https://www.fema.gov/disposing-debris-removing-hazardous-waste> [Consultado a 11 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/3CNY-ZNQF>

Department of Homeland Security Federal Emergency Management Agency (FEMA). 2018. *Reclaiming Precious Heirlooms From Flood Waters*. Washington, DC, U.S. Department of Homeland Security. Disponível em: <https://www.fema.gov/news-release/2003/09/23/reclaiming-precious-heirlooms-flood-waters> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/XY64-GPM6>

Department of Homeland Security Science and Technology Directorate, Infrastructure Protection and Disaster Management Division. 2011. *Field guide for Building Stabilization and Shoring Techniques*. Washington, DC, U.S. Department of Homeland Security. Disponível em: <https://www.dhs.gov/xlibrary/assets/st/st-120108-final-shoring-guidebook.pdf> [Consultado a 24 outubro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/ZN3R-NRWU>

Department of the Interior. 2006. *Frequently Asked Questions about Contaminated Museum Collections*. Washington, DC, U.S. Department of the Interior. Disponível em: https://www.doi.gov/sites/doi.gov/files/migrated/museum/upload/Contaminated_Collections_FAQs.pdf [Consultado a 20 dezembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/DX5W-UJN8>

Dorge, V. & Jones, S.L. 1999. *Building an Emergency Plan: A Guide for Museums and Other Cultural Institutions*. Los Angeles, The Getty Conservation Institute. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/emergency_plan.pdf [Consultado a 14 novembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QZ7N-BRCK>

El-Habashi, A. 2016. Course Glossary. First Aid to Cultural Heritage in Times of Crisis. Unpublished course document, 2–29 junho 2016, Washington, DC, International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) & the Smithsonian Institution.

Grimaz, S., Cavriai, M., Mannino, E., Munaro, L., Bellizzi, M., Bolognese, C., Caciolai, M., D'Odorico, A., Maiolo, A., Ponticelli, L., Barazza, F., Malisan, P. & Moretti, A. 2010. *Vademecum, STOP, Shoring Templates and Operating Procedures for the Support of Buildings damaged by Earthquakes*. Rome, Ministry of Interior – Italian Fire Service. Disponível em: http://sprint.uniud.it/sites/default/files/Vademecum_STOP_eng_0.pdf [Consultado a 24 outubro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/62JX-UGLP>

Healthy Buildings International. 2017. *Flood Water Clean-up Procedures Indoor Environmental Quality*. Healthy Buildings International. Disponível em: <http://healthybuildings.com/services/indoor-air-quality/flood-clean-up-procedure/> [Consultado a 11 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/H332-2QLS>

Heritage Collections Council. 1998a. *reCollections: Caring for Collections Across Australia – Caring for Cultural Material 1*. Canberra, Heritage Collections Council. Disponível em: https://aiccm.org.au/sites/default/files/docs/reCollections/1_caring_for_cultural_material_1.pdf [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/9DS2-DRPA>

Heritage Collections Council. 1998b. *reCollections: Caring for Collections Across Australia – Caring for Cultural Material 2*. Canberra, Heritage Collections Council. Disponível em: https://aiccm.org.au/sites/default/files/docs/reCollections/2_caring_for_cultural_material_2.pdf [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/49CQ-QVUV>

Heritage Collections Council. 1998d. *reCollections: Caring for Collections Across Australia – Managing Collections*. Canberra, Heritage Collections Council. Disponível em: https://aiccm.org.au/sites/default/files/docs/reCollections/4_managing_collections.pdf [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/5NAY-J562>

Heritage Collections Council. 1998f. *reCollections, Caring for Collections Across Australia – Handling, Transportation, Storage and Display*. Canberra, Heritage Collections Council. Disponível em: https://aiccm.org.au/sites/default/files/docs/reCollections/6_htsd.pdf [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/5XRJ-U9R3>

Historic England. 2015. *Flooding and Historic Buildings*. Swindon, Historic England. Disponível em: <https://content.historicengland.org.uk/images-books/publications/flooding-and-historic-buildings-2ednrev/heag017-flooding-and-historic-buildings.pdf> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/M66M-3E8L>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. n.d. *The IFRC Shelter Kit*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <http://www.ifrc.org/PageFiles/95526/publications/D.03.a.07.%20IFRC%20shelter-kit-guidelines-EN-LR.pdf> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/RYSZ-DEU3>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2015. *IFRC bamboo frame for emergency shelters and emergency roofs – Technical sheets*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <http://www.ifrc.org/Global/Documents/Secretariat/Shelter/IFRC-bamboo-frame-A4-FINAL-EN-2015.pdf> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/S7YY-78MG>

Jamal, H. 2017. Frame Structures – Types of Frame Structures. *AboutCivil.org*. Disponível em: <https://www.aboutcivil.org/frame-structures-definition-types.html> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/4KQE-XVQP>

Kelley, S. 2010. *ICOMOS Methodology for Building Assessment and Mitigation following the janeiro 12, 2010 Haiti Earthquake*. Haiti, ICOMOS, Disponível em: http://www.r-dmuch.jp/en/project/itc/training_guide/sections/section_3/files/ICOMOS_Haiti_Methodology.pdf [Consultado a 21 dezembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/PNF6-CEL9>

Ko, K.M. 2016. *Safeguarding the Tradition of Myanmar Marionette and Performing Arts*. Bern, Report for the Swiss Agency for Development and Cooperation. Disponível em: <http://www.cujucr.com/downloads/Individual%20Articles/13/vol13%20Kyaw%20Myo%20Ko.pdf> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QS4B-H593>

Levitan, A. 1993. Emergency Treatment for Water-Soaked Furniture and Wooden Objects. *National Parks Service Conserve O Gram*, 7(7). Washington, DC, U.S. Department of the Interior. Disponível em: <https://www.nps.gov/museum/publications/conservoogram/07-07.pdf> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/4J9T-SFVZ>

Levy, M. & Salvadori, M. 1992. *Why Buildings Fall Down: How Structures Fail*. London, W.W. Norton & Co. Disponível em: <https://civiltechnocrats.files.wordpress.com/2013/11/82003327-why-buildings-fall-down-how-structures-fail.pdf> [Consultado a 16 novembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/B3XW-HJ4F>

Merriam-Webster. 2018a. *Definition of First Responder*. Springfield, Merriam-Webster, Incorporated. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/first%20responder> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Merriam-Webster. 2018b. *Definition of Load*. Springfield, Merriam-Webster, Incorporated. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/load> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Merriam-Webster. 2018c. *Definition of Shore*. Springfield, Merriam-Webster, Incorporated. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/shore> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

National Park Service's National Center for Preservation Technology & Training (NCPTT) & the Louisiana Division of Historic Preservation (LDHP). 2015. *Resilient Heritage – Protecting your Historic Home from Natural Disasters*. Natchioches, Northwestern State University. Disponível em: <https://www.crt.state.la.us/Assets/OCD/hp/uniquely-louisiana-education/Disaster-Recovery/GOHSEP%20BOOKLET%20Final%20For%20Web.pdf> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/DL4P-3BFZ>

New Zealand Ministry of Business, Innovation and Employment (MBIE) Hikina Whakatutuki. 2014. *Rapid Post Disaster Building Usability Assessment – Flooding*. Wellington, MBIE. Disponível em: <http://www.building.govt.nz/assets/Uploads/managing-buildings/post-emergency-building-assessment/flooding-field-guide-1-1.pdf> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/N98E-X9RY>

PROMEDHE. 2017. *PROMEDHE* Homepage. Rome, Italian Civil Protection Department. Disponível em: <http://www.promedhe.eu/> [Consultado a 5 outubro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/7MHJ-RK9L>

Russell, R. & Winkworth, K. 2009. *Significance 2.0: A guide to assessing the significance of collections*. Canberra, Collections Council of Australia Ltd. Disponível em: <https://www.arts.gov.au/sites/g/files/net1761f/significance-2.0.pdf> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/GJ8G-ERAN>

Scott, M. 2003. *Bushfires... Protect Your Precious Possessions*. Melbourne, University of Melbourne. Disponível em: https://aiccm.org.au/sites/default/files/docs/AICCM_Brochures/bushfire-protection.pdf [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/8KVN-5YJQ>

Smithsonian Institute. *Emergency Preservation Activities Completed at Syria's Ma'arra Mosaic Museum*. Washington, DC, Smithsonian Institute. Disponível em: <http://newsdesk.si.edu/releases/emergency-preservation-activities-completed-syria-s-ma-arra-mosaic-museum> [Consultado a 4 outubro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/UAP5-2D7Y>

State Library of Queensland. 2014a. *Caring for your collections: Salvaging water-damaged collections*. Brisbane, Queensland Government. Disponível em: http://www.slq.qld.gov.au/__data/assets/pdf_file/0005/128984/Caring-for-your-collections-Salvaging-water-damaged-collections.pdf [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/8V9X-YFNS>

State Library of Queensland. 2014b. *Caring for your collections: Freezing water-damaged and insect infested collections*. Brisbane, Queensland Government. Disponível em: http://www.slq.qld.gov.au/__data/assets/pdf_file/0004/128983/Caring-for-your-collections-Freezing-water-damaged-and-insect-infested-collections.pdf [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/V6KB-XKZL>

Tandon, A. 2016. *Endangered Heritage: Emergency Evacuation of Heritage Collections*. Paris, UNESCO & Rome, ICCROM. Disponível em: https://www.iccrom.org/wp-content/uploads/Endangered-Heritage_INTERACTIVE.pdf [Consultado a 14 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/7J4C-TJDK>

Van Balen, K. 2008. The Nara Grid: An evaluation Scheme Based on the Nara Document on Authenticity. *APT Bulletin*, 39(2/3): 39–45. Disponível em: <http://orcp.hustoj.com/wp-content/uploads/2016/01/2008-The-Nara-Grid-An-Evaluation-Scheme-Based-on-the-Nara-Documents-on-Authenticity.pdf> [Consultado a 17 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/DL8A-E32V>

Etapa 4: Fase inicial da recuperação

Associazione Culturale Territori L'Aquila. 2012. *Laboratorio Città*. L'Aquila, Associazione Culturale Territori. Available (in Italian) at: <https://territoriaq.com/2012/11/26/266/> [Consultado a 8 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/283S-B89H>

Bailey, S., Pavanello, S., Elhawary, S. & O'Callaghan, S. 2009. *Early Recovery: an overview of policy debates and operational challenges*. London, Humanitarian Policy Group Working Paper, Overseas Development Institute. Disponível em: <https://www.odl.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/5638.pdf> [Consultado a 10 dezembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/927F-UPE2>

Cultural Heritage Imaging. 2018. *Photogrammetry*. Disponível em: <http://culturalheritageimaging.org/Technologies/Photogrammetry/> [Consultado a 17 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/Z4YF-WWSW> <http://www.conflictrecovery.org/bin/dfid-conflictassessmentguidance.pdf> [Consultado a 20 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/XFC9-4HMN>

Heritage Collections Council. 1998c. *reCollections: Caring for Collections Across Australia – Damage and Decay*. Canberra, Heritage Collections Council. Disponível em: https://aiccm.org.au/sites/default/files/docs/reCollections/3_damage_and_decay.pdf [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/527E-WB8U>

Historic England. 2018. *3D Laser Scanning for Heritage: Advice and Guidance on the Use of Laser Scanning in Archaeology and Architecture*, 3rd edition. London, Historic England. Disponível em: <https://content.historicengland.org.uk/images-books/publications/3d-laser-scanning-heritage/heag155-3d-laser-scanning.pdf/> [Consultado a 17 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/YLM5-LQL2>

Inter-Agency Standing Committee Cluster Working Group on Early Recovery. 2006. *Implementing Early Recovery*. Geneva, Inter-Agency Standing Committee. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/26FB981DE9BEE0E3852571C000560D35-iasc-earlyrecovery-jul2006.pdf> [Consultado a 16 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/7BK3-8KFP>

Inter-Agency Standing Committee Cluster Working Group on Early Recovery. 2008. *Guidance note on Early Recovery, abril 2008*. Geneva, Bureau for Crisis Prevention & Recovery United Nations Development Programme. Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/crisis-prevention-and-recovery/guidance-note-on-early-recovery-cwger-april-2008.html> [Consultado a 13 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/H9SG-6CTF>

Meskill, L. 2002. Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology. *Anthropological Quarterly*, 75(3): 557–574. Disponível em: <https://canvas.brown.edu/courses/949664/files/47749506/download?wrap=1> [Consultado a 7 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QZ4H-DCCX>

National Geographic Society. 2017. *GIS (Geographic Information System)*. Washington, DC, National Geographic Society. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/geographic-information-system-gis/> [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/XU43-PRHP>

Spano, V. 2017. *Community involvement in post-disaster reconstruction: The Italian case of the city of L'Aquila*. Cottbus-Senftenberg, Brandenburg University of Technology. (Master's Thesis). Disponível em: https://www.academia.edu/36199562/COMMUNITY_INVOLVEMENT_IN_POST-DISASTER_RECONSTRUCTION_THE_ITALIAN_CASE_OF_THE_CITY_OF_LAQUILA [Consultado a 4 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/27SU-S9UV>

Tandon, A., Pradhan, M., Hebatallah, A., Pradhananga, N. & Cotte, S. 2017. Building capacity for post-disaster recovery of museum collections in Nepal. In J Bridgland, ed. *ICOM-CC 18th Triennial Conference Preprints. Copenhagen, 4–8 setembro 2017*. Paris, International Council of Museums. Disponível em: https://www.iccom.org/sites/default/files/2017-12/tandon_pradhan_2017_building_capacity_for_pd_recovery.pdf [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/3BXJ-NGT2>

Till, K.E. & Kuusisto-Arponen, A.K. 2015. Towards Responsible Geographies of Memory: Complexities of Place and the Ethics of Remembering. *Erdkunde*, (69/4): 291–306. Disponível em: http://eprints.maynoothuniversity.ie/9001/1/KT_erdkunde%202015.pdf [Consultado a 5 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/H4BB-9XW9>

Tolles, E.L., Kimbro, E.E., & Ginell, W.S. 2002. *Planning and Engineering Guidelines for the Seismic Retrofitting of Historic Adobe Structures*. Los Angeles, The Getty Conservation Institute. Disponível em: https://getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/seismic_retrofitting.pdf [Consultado a 13 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/6TCW-WUPX>

United Nations. 2018. *Peacebuilding & The United Nations*. New York, United Nations Peacebuilding Support Office. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pbun.shtml> [Consultado a 7 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/62EJ-FPM2>

United Nations Development Programme. 2009. *Early Recovery, Vulnerability Reduction and Disaster Risk Reduction: A Contribution to the 2009 ISDR Global Assessment Report on Disaster R Reduction*. Geneva, Bureau for Crises Prevention and Recovery, United Nations Development Programme. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wINetgnLQhQJ:https://www.preventionweb.net/english/hyogo/gar/background-papers/documents/Chap5/thematic-progress-reviews/recovery/UNDPBCPR-ERT.doc+&cd=3&hl=en&ct=clnk&gl=my&client=firefox-b-ab> [Consultado a 13 janeiro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/27P5-P7DA>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). 2016. *Nepal's museums re-opening post-earthquake*. Paris, UNESCO. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/nepal-s-museums-re-opening-post-earthquake> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/BA5G-ZUNB>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) World Heritage Convention. 2018. *World Heritage Review*, 86. London, UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002612/261275e.pdf> [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/P8M5-GR53>

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. 2017. *Terminology – Build back better*. Geneva, PreventionWeb, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Disponível em: <https://www.preventionweb.net/english/professional/terminology/> [Consultado a 16 janeiro 2017],

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/Calca3D78-H6DJ>

United Nations Secretary-General. 2010. *Guidance Note of the Secretary General: United Nations Approach to Transitional Justice*. New York, UN Secretary-General. Disponível em: https://www.un.org/ruleoflaw/files/TJ_Guidance_Note_março_2010FINAL.pdf [Consultado a 7 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/A8H5-DPTK>

United Nations World Commission on Environment and Development. 1987. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Oxford, Oxford University Press. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf> [Consultado a 19 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/U3SD-AKMZ>

Viviamolaq n.d. *Viviamolaq Homepage*. L'Aquila, Viviamolaq. Available (in Italian) at: <https://viviamolaq.blogspot.sg/> [Consultado a 8 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/Y8FT-6Y7S>

Glossário

Abarquez, I. & Murshed, Z. 2004. *Field Practitioners' Handbook, Community-Based Disaster Risk Management*. Thailand, Asian Disaster Preparedness Center. Disponível em: <https://www.adpc.net/igo/category/ID428/doc/2014-xCSf7I-ADPC-12handbk.pdf> [Consultado a 22 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/2PU2-V57Q>

Bailey, S., Pavanello, S., Elhawary, S. & O'Callaghan, S. 2009. *Early Recovery: an overview of policy debates and operational challenges*. London, Humanitarian Policy Group Working Paper, Overseas Development Institute. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/5638.pdf> [Consultado a 10 dezembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/927F-UPE2>

Cockburn, A. 2001. *Writing Effective Use Cases*. New Jersey, Addison-Wesley. Disponível em: <http://alstair.cockburn.us/get/2465> [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/8LKF-RYNJ>

Collections Trust 2018, *Accession Register*. London, Collections Trust. Disponível em: <https://collectiontrust.org.uk/resource/accession-registers/> [Consultado a 12 julho 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/J4GF-WHWN>

Cultural Heritage Imaging. 2018. *Photogrammetry*. Disponível em: <http://culturalheritageimaging.org/Technologies/Photogrammetry/> [Consultado a 17 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/Z4YF-WWSW>

Department of the Interior. 2006. *Frequently Asked Questions about Contaminated Museum Collections*. Washington, DC, U.S. Department of the Interior. Disponível em: https://www.doi.gov/sites/doi.gov/files/migrated/museum/upload/Contaminated_Collections_FAQs.pdf [Consultado a 20 dezembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/DX5W-UJN8>

Department of Homeland Security Federal Emergency Management Agency (FEMA). 2009. *FEMA National US&R Response System Structural Collapse Technician Module 2a Shoring Basics*. Washington D.C. FEMA. Disponível em: <https://www.fema.gov/pdf/emergency/usr/module2a.pdf> [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/WF28-Q5QU>

Department of Homeland Security Federal Emergency Management Agency. 2017. *ICS Glossary*. Washington, DC, United States Department of Homeland Security. Disponível em: <https://training.fema.gov/emiweb/is/icsresource/assets/icsglossary.pdf> [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/CF9H-D462>

Dorge, V. & Jones, S.L. 1999. *Building an Emergency Plan: A Guide for Museums and Other Cultural Institutions*. Los Angeles, The Getty Conservation Institute. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications/resources/pdf_publications/pdf/emergency_plan.pdf [Consultado a 14 novembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QZ7N-BRCK>

El-Habashi, A. 2016. Course Glossary. First Aid to Cultural Heritage in Times of Crisis. Unpublished course document, 2–29 junho 2016, Washington, DC, International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) & the Smithsonian Institution.

Historic England. 2018. *3D Laser Scanning for Heritage: Advice and Guidance on the Use of Laser Scanning in Archaeology and Architecture*, 3rd edition. London, Historic England. Disponível em: <https://content.historicengland.org.uk/images-books/publications/3d-laser-scanning-heritage/heag155-3d-laser-scanning.pdf/> [Consultado a 17 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/YLM5-LQL2>

Inter-Agency Standing Committee. 1994. Definition of Complex Emergencies. Inter-Agency Standing Committee Working Group XVth Meeting, 30 novembro 1994, Geneva, Inter-Agency Standing Committee. Disponível em: https://interagencystandingcommittee.org/system/files/legacy_files/WG16_4.pdf [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/973S-7TEU>

Inter-Agency Standing Committee. 2011. *IASC Operational Guidelines on the Protection of Persons in Situations of Natural Disasters*. Washington, DC, The Brookings – Bern Project on Internal Displacement. Disponível em: <https://docs.unocha.org/sites/dms/Documents/Operational%20Guidelines.pdf> [Consultado a 27 abril 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/85SP-6HKW>

Inter-Agency Standing Committee. 2012. *Humanitarian System-Wide Emergency Activation: Definition and Procedures*. Geneva, Inter-Agency Standing Committee. Disponível em: https://interagencystandingcommittee.org/system/files/legacy_files/2.%20System-Wide%20%28Level%203%29%20Activation%20%2820Apr12%29.pdf [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/CQU7-FLK2>

International Civil Defence Organisation. 2017. *Disasters*. Geneva, International Civil Defence Organisation. Disponível em: <http://www.icdo.org/disaster> [Consultado a 2 junho 2017].

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). 2002. *ICOMOS International Cultural Tourism Charter, Principles and Guidelines for Managing Tourism at Places of Cultural and Heritage Significance*. Charenton-le-Pont, ICOMOS International Cultural Tourism Committee.

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2010. *Project/Programme Planning Guidance Manual*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, Geneva. Disponível em: <http://www.ifrc.org/Global/Publications/monitoring/PPP-Guidance-Manual-English.pdf> [Consultado a 8 maio 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/3Q8E-EU7M>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2017. *Complex/Man-Made Hazards: Complex Emergencies*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/about-disasters/definition-of-hazard/complex-emergencies/> [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/X8XD-HBC6>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2017. *Contingency Planning*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/preparing-for-disaster/disaster-preparedness-tools/contingency-planning-and-disaster-response-planning/> [Consultado a 8 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/W2BZ-U92R>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. 2017. *Disaster and crisis management*. Geneva, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/> [Consultado a 8 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/WP7R-ELK8>

International Union for Conservation of Nature (IUCN). n.d. *Situation Analysis – An Approach and Method for Analysing the Context of Projects and Programme*. Gland, International Union for Conservation of Nature. Disponível em: http://cmsdata.iucn.org/downloads/approach_and_method.pdf [Consultado a 9 abril 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/EG6K-E3TQ>

Jamal, H. 2017. *Frame Structures – Types of Frame Structures*. *AboutCivil.org*. Disponível em: <https://www.aboutcivil.org/frame-structures-definition-types.html> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/4KQE-XVQP>

Letellier, R. 2007. *Recording, Documentation, and Information Management for the Conservation of Heritage Places, Guiding Principles*. Los Angeles, The Getty Conservation Institute. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/guiding_principles.pdf [Consultado a 22 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QW3W-FA9U>

Levy, M. & Salvadori, M. 1992. *Why Buildings Fall Down: How Structures Fail*. London, W.W. Norton & Co. Disponível em: <https://civiltechnocrats.files.wordpress.com/2013/11/82003327-why-buildings-fall-down-how-structures-fail.pdf> [Consultado a 16 novembro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/B3XW-HJ4F>

Merriam-Webster. 2017. *Definition of Inventory*. Springfield, Merriam-Webster, Incorporated. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/inventory> [Consultado a 30 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/V2C8-YBA9>

Merriam-Webster. 2018a. *Definition of First Responder*. Springfield, Merriam-Webster, Incorporated. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/first%20responder> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/6CW4-VCTE>

Merriam-Webster. 2018b. *Definition of Load*. Springfield, Merriam-Webster, Incorporated. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/load> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/3BWH-FSC4>

Merriam-Webster. 2018c. *Definition of Shore*. Springfield, Merriam-Webster, Incorporated. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/shore> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/QK5P-TLYX>

National Geographic Society. 2017. *GIS (Geographic Information System)*. Washington, DC, National Geographic Society. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/geographic-information-system-gis/> [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/XU43-PRHP>

National Park Service. 2017. *Definitions – Preservation Maintenance*. Washington, DC, U.S. Department of the Interior. Disponível em: https://www.nps.gov/dscw/definitionsdc_p.htm#preservmain [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/4EVW-LK9W>

Office of Disaster Management and Preparedness. 2013. *Damage Assessment*. Port of Spain, Government of the Republic of Trinidad and Tobago. Disponível em: <http://www.odpm.gov.tt/node/70> [Consultado a 22 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/6PUJ-5Z24>

Oxford University Press. 2018a. *Definition of Damage*. Oxford Living Dictionary. Oxford, Oxford University Press. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/> [Consultado a 20 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/5XGA-8SYQ>

Oxford University Press. 2018b. *Definition of Prioritize*. Oxford Living Dictionary. Oxford, Oxford University Press. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/prioritize> [Consultado a 23 junho 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/2Z4V-2UKN>

Resource Planning and Development Commission. 2003. 'Understanding Heritage Assets'. *State of the Environment Tasmania 2003*. Hobart. Department of Justice, Government of Tasmania. Disponível em: <http://soer.justice.tas.gov.au/2003/copy/73/index.php> [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/CNS7-SZNA>

Russell, R. & Winkworth, K. 2009. *Significance 2.0: A guide to assessing the significance of collections*. Canberra, Collections Council of Australia Ltd. Disponível em: <https://www.arts.gov.au/sites/g/files/net1761/f/significance-2.0.pdf> [Consultado a 18 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/GJ8G-ERAN>

Tolles, E.L., Kimbro, E.E., & Ginell, W.S. 2002. *Planning and Engineering Guidelines for the Seismic Retrofitting of Historic Adobe Structures*. Los Angeles, The Getty Conservation Institute. Disponível em: https://getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/seismic_retrofitting.pdf [Consultado a 13 janeiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/6TCW-WUPX>

United Nations Department of Humanitarian Affairs. 1992. *Internationally agreed basic glossary of terms related to Disaster Management*. Geneva, United Nations Department of Humanitarian Affairs. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/004DFD3E15B69A67C1256C4C006225C2-dha-glossary-1992.pdf> [Consultado a 2 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/F5AP-ACVD>

United Nations General Assembly. 2016. *Report of the open-ended intergovernmental expert working group on indicators and terminology relating to disaster risk reduction*. Geneva, United Nations. Disponível em: <http://www.preventionweb.net/publications/view/51748> [Consultado a 22 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/TR42-CA9D>

United Nations International Strategy for Disaster Reduction. 2009. *UNISDR Terminology on Disaster Risk Reduction*. Geneva, United Nations International Strategy for Disaster Reduction. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf [Consultado a 8 junho 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/85M4-6TB9>

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. 2017. *Terminology – Build back better*. Geneva, PreventionWeb, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Disponível em: <https://www.preventionweb.net/english/professional/terminology/> [Consultado a 16 janeiro 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/3D78-H6DJ>

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. 2017. *Terminology*. Geneva, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/terminology> [Consultado a 5 maio 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/L88V-8EBA>

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. 2018. *Words into Action Guidelines: Man-made and Technological Hazards. Practical considerations for Addressing Man-made and Technological Hazards in Disaster Risk Reduction*. Geneva, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/54012_manmadetechhazards.pdf [Consultado a 29 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/6PKN-W9ND>

United Nations Secretary-General. 2010. *Guidance Note of the Secretary General: United Nations Approach to Transitional Justice*. New York, UN Secretary-General. Disponível em: https://www.un.org/ruleoflaw/files/TJ_Guidance_Note_março_2010FINAL.pdf [Consultado a 7 abril 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/A8H5-DPTK>

United Nations Statistical Commission and Economic Commission for Europe. 2000. Terminology on Statistical Metadata. United Nations Statistical Commission and Economic Commission for Europe Conference of European Statisticians Statistical Standards and Studies No. 53, Geneva, United Nations. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/coded_files/UNECE_TERMINOLOGY_STAT_METADATA_2000_EN.pdf [Consultado a 27 abril 2017].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/NG4Z-V7YE>

United Nations World Commission on Environment and Development. 1987. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Oxford, Oxford University Press. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf> [Consultado a 19 fevereiro 2018].

Hiperligação permanente: <https://perma.cc/U3SD-AKMZ>

Apoios

“A vertente prática é o aspeto mais valioso do novo Manual e do Guia Prático. Repleto de conselhos diretos sobre como documentar, salvar e estabilizar quase todos os tipos de património cultural, este recurso é a peça que faltava para o planeamento e para o trabalho de resposta a catástrofes no terreno”.

Corine Wegener, Diretora, Smithsonian Cultural Rescue Initiative

“...este manual ajudará a comunicar o meu trabalho e a realizar a nossa missão de uma forma mais agradável, abrangente e eficaz.”

Samuel Franco Arce, Presidente, Regional Alliance of ICOM for Latin America and the Caribbean, Membro do ICOM Disaster Risk Management Committee e do Blue Shield Guatemala

“...Ao integrar o património material e imaterial numa única metodologia e ao alinhar especialmente a sua abordagem à prática e à terminologia das organizações humanitárias... este novo recurso contribuirá significativamente para a implementação da Estratégia da UNESCO 2015 para a cultura em situações de emergência, e tornar-se-á certamente um instrumento extremamente útil para os profissionais e as instituições do património cultural em todo o mundo”.

Mechtild Rössler, Diretora da Divisão para o Património Cultural e Diretora do Centro para o Património Mundial, UNESCO

“Estou confiante de que contribuirá para o conhecimento e fará avançar o trabalho tanto dos profissionais como do meio académico. A sua criação demonstra o respeito pelo legado criado por uma humanidade heterogénea, permitindo-nos compreender a plenitude do passado e inspirar criatividade nas gerações futuras”.

Richard Kurin, Eminente Académico do Smithsonian e Embaixador Itinerante

“Em 2017, organizei pela primeira vez na Síria um curso sobre Ajuda de Emergência. Teve um grande impacto nos profissionais da cidade de Homs, uma vez que destacou o importante papel que as instituições e os profissionais do património cultural podem desempenhar na preparação para uma crise. Eles começaram a pensar de forma diferente sobre o papel do património na construção da paz na nossa sociedade. Muitas organizações pediram posteriormente para replicar o curso noutras cidades sírias. O passo seguinte é utilizar o manual e o guia prático para estabilizar o património na antiga cidade de Homs. O conflito na Síria terminará um dia e acredito que estes volumes serão uma grande ferramenta de sensibilização e mostrar-nos-ão como recapturar a beleza do património cultural sírio”.

Lama Abboud, profissional sírio do património cultural e formador em Ajuda de Emergência

#culturecannotwait



Prince Claus Fund for
Culture and Development

Kingsfordweg 155
1043 GR Amesterdão
Países Baixos
+31 20 3449 160
www.princeclausfund.org



Av. de Berna, 45 A
1067-001 Lisboa
Portugal
+351 21 7823 000
www.gulbenkian.pt



Via di San Michele 13
00153 Roma
Itália
+39 06585531
www.iccrom.org

© ICCROM 2021
© Fundo Príncipe Claus para a Cultura e o Desenvolvimento 2021

ISBN 978-92-9077-311-5

ISBN 978-92-9077-311-5



9 789290 773115 >

ADJUDICATING EMERGENCY AD PATRONS CULTURAL EMPLOYEES DEGREE GRADUATE MANUAL